

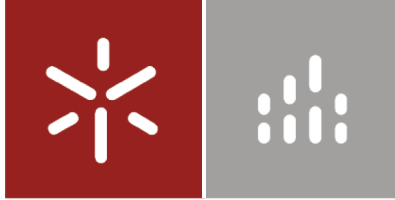


**Universidade do Minho**  
Escola de Arquitectura

Márcio Gonçalves de Castro  
**O Solar da Agrela:  
A Arquitectura Senhorial no Minho**

Márcio Gonçalves de Castro

**O Solar da Agrela:  
A Arquitectura Senhorial no Minho**



**Universidade do Minho**  
Escola de Arquitectura

Márcio Gonçalves de Castro

**O Solar da Agrela:  
A Arquitectura Senhorial no Minho**

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura  
Área de Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Jorge Manuel Simão Correia**

## AGRADECIMENTOS

*Ao Prof. Doutor Jorge Correia.  
À minha namorada em especial.  
Aos meus pais.  
Ao meu irmão.  
Ao sr. António Júlio Trigueiros.*

*Aos meus amigos e a todos aqueles que contribuíram  
De alguma forma para a concretização deste trabalho.*



## Resumo

O objeto de estudo do presente trabalho é o Solar da Agrela, situado no concelho de Ponte da Barca. Trata-se de uma residência de carácter nobre, situada num ambiente rural, e que terá sido a principal habitação do responsável pela sua edificação e descendentes durante quase três séculos, estando atualmente em avançado estado de degradação. Inserido num grande conjunto, este Solar possui atualmente cerca de 33.000 m<sup>2</sup> de terreno associado e que outrora era explorado para cultivo, sendo a principal fonte de rendimento. Além da Casa Principal, podemos encontrar ainda outras construções de apoio à transformação e armazenamento dos produtos provenientes do cultivo, assim como uma capela dos finais do século XVII que, apesar de privada, tinha a sua principal entrada no exterior da propriedade, podendo assim servir a restante população.

As informações relativas a este Solar são escassas e apenas foram encontrados documentos em Arquivos Distritais e em algumas bibliografias relativas à genealogia, permitindo assim identificar as famílias a quem este pertenceu bem como conhecer algumas datas relativas à história do mesmo. Dos documentos encontrados, destaca-se um que diz respeito ao pedido de construção da capela em honra de Nossa Senhora da Esperança, que data de 1686.

Além das motivações pessoais, uma vez que o Solar da Agrela atualmente pertence há minha família, a principal vontade que motivou a realização desta dissertação prende-se com o fato do arquiteto bracarense André Soares poder ter estado envolvido no projeto deste edifício. Assim pretende-se, através de uma análise a vários níveis, confirmar ou não esta possibilidade realizando um enquadramento histórico-artístico. Efetuou-se o levantamento métrico e fotográfico do edificado e através da leitura dos elementos que formam o Solar e comparando com outros exemplares, foram identificadas duas fases distintas do edifício ao nível morfológico.

Desta forma, sendo o Solar da Agrela um objeto anónimo no que diz respeito ao tema da habitação nobre, este trabalho pretende disponibilizar um conjunto de ferramentas projetuais, servindo de base a futuras investigações ou intervenções, permitindo assim manter a identidade e o valor patrimonial que este possui, colocando também o edifício na discussão do tema da Casa Nobre.



## Abstract

The object of study of the present work is the Manor of Agrela, located in the municipality of Ponte da Barca. It is a residence of noble character, situated in a rural environment, which has been the main dwelling of the person responsible for its construction and his descendants for almost three centuries, and is currently in an advanced state of degradation. Inserted in a large group, this Manor currently has about 33,000 m<sup>2</sup> of associated land that was once farmed for cultivation as the main source of income. In addition to the Main House, we can find other constructions supporting the transformation and storage of products from the farming, as well as a chapel from the late seventeenth century which, although private, had its main entrance outside of the property and could be attended by the surrounding population.

Information on this Manor is scarce and the only documents have been found in District Archives and in some bibliographies related to the genealogy, making it possible to identify the owner families as well as some relevant dates related to its history. Of the documents found, one is related to the request for the construction of the chapel in honor of Our Lady of Hope, which dates back to 1686.

In addition to personal motivations, since the Manor of Agrela currently belongs to my family, the main motivation for this essay is the fact that André Soares, a renowned Portuguese architect from the Eighteenth Century, could have been involved in the design of this building. Thus, it is intended, through a multi-level analysis, to confirm or not this possibility, performing a historical-artistic framing.

A metrical and photographic setup of the building was carried out and, through the analysis of the elements that form the Manor and comparing them with examples of other contemporary manors, two distinct phases of the building were identified at a morphological point of view.

In this way, since the Manor of Agrela is an unedited object regarding the theme of noble housing, this work intends to provide a set of design tools, serving as a basis for future investigations or interventions, thus allowing to maintain the identity and the patrimonial value that this one owns, also placing the building in the discussion of the theme of the Noble House.





## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução</b>   | <b>13</b> |
| <b>Motivações e objeto de estudo</b>                        | <b>17</b> |
| <b>Estrutura do trabalho e metodologia</b>                  | <b>21</b> |
| <br>  |           |
| <b>PARTE 1   Solar da Agrela: do sitio ao conhecimento:</b> |           |
| Da História   | 27        |
| Do local  | 31        |
| Das famílias e do edificio                                  | 35        |
| <br>  |           |
| Do Edificado  | 55        |
| Território e Quinta da Agrela                               | 57        |
| Solar da Agrela   | 81        |
| <br>  |           |
| <b>PARTE 2   Do conhecimento à análise e interpretação:</b> |           |
| O edificio  | 115       |
| Fase 1  | 119       |
| Interpretação   |           |
| Reconstituição  |           |
| Percursos   |           |
| Fase 2  | 139       |
| Interpretação   |           |
| Percursos   |           |
| Contextualização e enquadramento artístico                  | 143       |
| Autoria do projeto  | 163       |



|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>Síntese final</b>     | <b>167</b> |
| <b>Bibliografia</b>      | <b>173</b> |
| <b>Índice de imagens</b> | <b>179</b> |
| <b>Anexos</b>            | <b>183</b> |



Fig. 1 Exemplo de Solar com Torre. Solar de Bertandos. Ponte de Lima.  
*Solar de Bertandos*. <[www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)>. Acesso em 7 de Janeiro de 2017.

Fig. 2 Exemplo de Solar com torre. Torre de Aguiã. Arcos de Valdevez.  
*Torre de Aguiã*. <[www.guiadacidade.pt](http://www.guiadacidade.pt)>. Acesso em 7 de Janeiro de 2017.

## Introdução

A arquitetura senhorial ou arquitetura nobre é uma marca importante da arquitetura civil portuguesa, com forte presença na região Norte do país. *“(...) os solares de Entre Douro e Minho representam uma interessante modalidade da arquitetura rural portuguesa, quer pelo seu carácter, quer pela sua identidade.”*<sup>1</sup>

Na arquitetura senhorial podemos distinguir dois tipos distintos. Existem aquelas que se localizam num contexto urbano e as que se localizam no contexto rural. Estas últimas caracterizam-se não só pela imponência e dimensão dos seus edifícios que, normalmente, marcavam fortemente a paisagem, mas também por habitualmente estarem inseridas em propriedades de grandes dimensões onde, na sua maioria, havia grandes produções agrícolas e vinícolas e, conseqüentemente, eram local de trabalho para uma boa parte da população local, adquirindo assim um importante papel na região onde se inserem. O desenho e requinte que o edifício principal possuía, muitas vezes associado à presença de uma capela privada, fazia com que este tipo de arquitetura só estivesse ao alcance de famílias mais abastadas.

A arquitetura senhorial atinge a sua expressão máxima, provavelmente, no séc. XVIII, *“o século por excelência do barroco”*<sup>2</sup>, sendo resultado de uma constante evolução que se foi verificando na habitação desde a casa-torre até aos finais de setecentos. Existem atualmente muitos exemplares onde é possível ver essa evolução, em que novos corpos são edificados em torno da torre.

Carlos de Azevedo escreve ainda *“que é no século XVIII que a casa nobre adquire uma expressão mais conforme às tendências do carácter português. Na verdade, são deste século as casas que mais usualmente identificamos como «casas caracteristicamente portuguesas»*<sup>3</sup>.

Na região do Alto Minho encontramos diversos exemplares de casas nobres ou solares, de distintas épocas e expressões arquitetónicas variadas, que nos mostram um pouco dessa evolução da habitação nobre. Em muitos casos, existe informação relacionada com o edifício e com a genealogia a ele associada, o que nos permite conhecer a sua história, a sua evolução ao longo dos tempos.

---

<sup>1</sup> In prefácio de Fernando Távora: STOOP, Anne de. Palácios e Casas Senhoriais do Minho. 1993. Pág. 9.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Carlos. Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre. 1988. Pág.65.

<sup>3</sup> Idem.



Porém, existem ainda alguns exemplares dos quais essa informação é escassa ou totalmente inexistente, não sendo estes, no entanto, menos importantes. Devido à falta de informação relativa aos mesmos, esses exemplares são praticamente objetos desconhecidos nas bibliografias acerca do tema. É importante então a preocupação com o seu estudo, com a sua descoberta, criando assim material importante sobre esses exemplares, dando a conhecê-los e tornando-os parte da discussão da casa nobre.

Nos dias que correm, já são poucos os exemplares que continuam a cumprir a sua principal função aquando da sua construção: habitação familiar. As intervenções neste tipo de edifício são dispendiosas, dadas as suas dimensões e particularidades, o que faz com que em muitos casos fiquem ao abandono e em constante degradação, até serem readaptados, normalmente com outros programas associados que não a habitação. É importante então conhecer a história do edifício e aquilo que ele representa numa intervenção nestes edifícios, para assim manter a identidade dos mesmos.

É neste contexto que se encontra o caso de estudo em que este trabalho assenta, o Solar da Agrela, em Ponte da Barca.





## Motivações e Objeto de Estudo

O Solar da Agrela, ou Quinta da Agrela como também é conhecida, localiza-se no concelho de Ponte da Barca, na freguesia de Nogueira, outrora São Romão de Nogueira. O edifício encontra-se abandonado há mais de duas décadas, chegando aos dias de hoje num avançado estado de degradação. Classificado pela Direção Geral do Turismo como imóvel de “*relevante valor arquitectónico*”<sup>4</sup> (ANEXO 1), o edifício sobressai e marca a paisagem do vale onde se insere, abrindo-se para esta através da sua imponente fachada, geometricamente desenhada. Na propriedade onde o Solar se insere, podemos também encontrar outras construções, sendo que uma seria também uma habitação, e as restantes seriam de apoio ao armazenamento e à transformação dos produtos provenientes da agricultura e também como locais destinados aos animais. Separada do Solar, existe ainda uma capela pertencente ao conjunto.

Neste momento, o Solar da Agrela pertence há minha família, tendo sido adquirido à pouco mais de duas décadas, estando desde então ao abandono e como tal, num avançado estado de degradação, sendo mesmo impossível o acesso a algumas áreas do edifício.

Assim, tendo em vista uma possível intervenção no futuro, este trabalho pretende realizar um estudo aprofundado, tanto a nível histórico como arquitetónico, do edifício. O caso de estudo em questão carece de documentação, não havendo muitas informações históricas relativas ao edifício e às suas vivências, e a transformações/alterações que este possa ter sofrido. Desta forma, pretende-se como objetivo principal efetuar uma recolha de informação a vários níveis, de modo a produzir documentação fidedigna e pertinente acerca deste objeto, ficando assim disponível uma importante ferramenta projetual, de modo a que no futuro a mesma possa servir de base para outras investigações ou projetos de intervenção, proporcionando informações que permitam que o objeto mantenha a sua identidade e o seu valor.

---

<sup>4</sup> 2.1, alínea A), Despacho n.º46/94, publicado no Diário da República, II Série, n.º 152, de 04/07/94



Existe ainda a questão autoral do projeto. No livro “Portugal Monumental”, podemos ler que a traça da fachada principal do edifício é “atribuída ao arquiteto bracarense André Soares”<sup>5</sup>. Esta informação veio trazer ainda mais vontade na realização deste trabalho neste caso de estudo em particular, que assim tem também o intuito de tentar obter pistas que possam corroborar esta citação ou não, sendo que dessa forma seria acrescentada mais uma obra não conhecida de André Soares à sua extensa lista de projetos.

---

<sup>5</sup> AZEVEDO, José Correia de. PORTUGAL MONUMENTAL: Inventário Ilustrado. Tomo I. Pág.224.



## **Estrutura do trabalho e Metodologia**

Este trabalho divide-se essencialmente em duas partes distintas, sendo uma relacionada exclusivamente com o objeto de estudo e outra abrangendo uma vertente mais teórica e relacionada com a história da arquitetura.

Assim, na primeira parte, intitulada *“Solar da Agrela: do sítio ao conhecimento”*, serão apresentadas e analisadas todas as informações que foram recolhidas relacionadas diretamente com o Solar da Agrela e a sua envolvente. Este capítulo subdivide-se em duas partes. A parte da *“Da História”* pretende apresentar ao leitor informações acerca do local onde o Solar da Agrela se situa e também a genealogia relacionada com o edifício, as famílias que lá habitaram, os proprietários conhecidos, bem como documentos e datas descobertas relacionadas com o tema. Na outra parte, *“Do Edificado”*, será então apresentado o levantamento métrico e fotográfico do edifício e desenvolver-se-á a descrição do mesmo, desde a sua implantação até aos elementos que compõe as suas fachadas, abordando também a Quinta onde se insere. Pretende-se assim mostrar o edifício com ele é atualmente, desde a descrição espacial, a composição e desenho das fachadas e dos elementos que a decoram, a volumetria, o sistema estrutural.

Desta forma, com base na informação presente no primeiro capítulo, desenvolve-se o segundo capítulo deste trabalho, denominado *“Do conhecimento à análise e interpretação”*, também ele subdividido. Numa primeira parte, *“O edifício”*, pretende-se mostrar as alterações arquitetónicas que foram realizadas no Solar da Agrela, detetando-se duas fases distintas de intervenção. Serão identificadas assim as alterações e, com auxílio a um modelo tridimensional, mostrar o que poderia ser o edifício no seu início. Será abordado também o tema dos percursos internos. É feita ainda uma análise às geometrias do edifício, com foco principal no frontispício. De seguida é feita uma *“Contextualização e enquadramento artístico”*, onde se desenvolvem temas relacionados com a História da Arquitetura, com particular interesse para a casa nobre e a arquitetura civil em Portugal, com o intuito de relacionar, juntamente com tudo o que foi desenvolvido anteriormente, o objeto com uma época, com uma corrente arquitetónica, perceber o contexto onde este se insere, permitindo dessa forma dar resposta numa terceira parte à questão da *“autoria do projeto”*, um dos principais motes para a realização deste trabalho, que se prende com a possível envolvência do arquiteto bracarense André Soares.



Numa primeira fase, foi efetuada uma exaustiva recolha de informação relacionada com a história do edifício e da propriedade onde se insere, tendo sempre como foco principal a sua origem e os seus intervenientes (genealogia), para dessa forma ser possível enquadrar o edifício num tempo. Paralelamente a este processo de procura, procedeu-se ao levantamento métrico do edifício, tanto ao nível da planta como das volumetrias, sendo impossível a realização completa do mesmo pela impossibilidade de aceder, principalmente, a um dos pisos. Contudo, será usado um levantamento realizado anteriormente como forma de auxílio ao desenho dos espaços onde não foi possível aceder. O levantamento métrico foi efetuado segundo um método de triangulação de pontos. Através de dois pontos exteriores iniciais, medem-se os vértices que formam o perímetro do edifício. De seguida, desenham-se circunferências em ambos os pontos iniciais com as respetivas medidas para um mesmo ponto, e no cruzamento de ambas as circunferências encontra-se o vértice. Este processo é feito de forma sequencial, e a ligação dos pontos representam o objeto triangulado.

Na realização do levantamento métrico, juntamente com a realização de um registo fotográfico do edifício, foi sendo possível identificar algumas alterações que se realizaram ao longo do tempo, o que permitirá assim, juntamente com outras informações recolhidas, realizar uma reconstituição bidimensional e tridimensional de como poderá ter sido o edifício na sua génese. Essas alterações são, na sua maioria, identificáveis através da diferença de materiais usados e na lógica de funcionamento dos espaços do edifício. Será também importante a comparação com outras obras enquadradas na mesma época e região, para com isso poder obter mais informações sobre este objeto e realizar um enquadramento histórico-artístico.





PARTE I | **SOLAR DA AGRELA: DO SÍTIO AO CONHECIMENTO:**



Fig. 3 Vista da fachada poente do Solar da Agrela e envolvente.

**DA HISTÓRIA:**

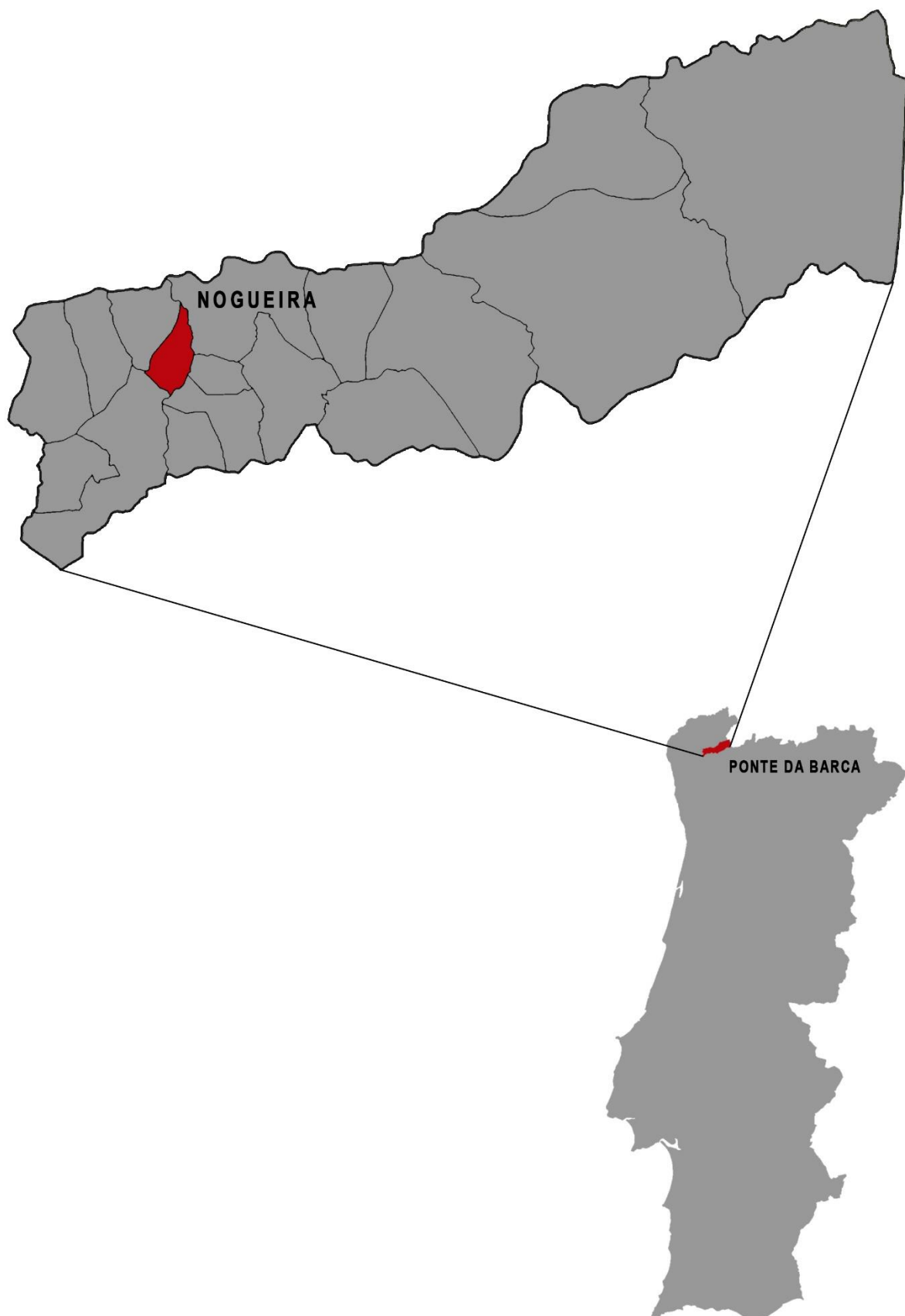


Fig. 4 Mapa de Portugal e de Ponte da Barca.

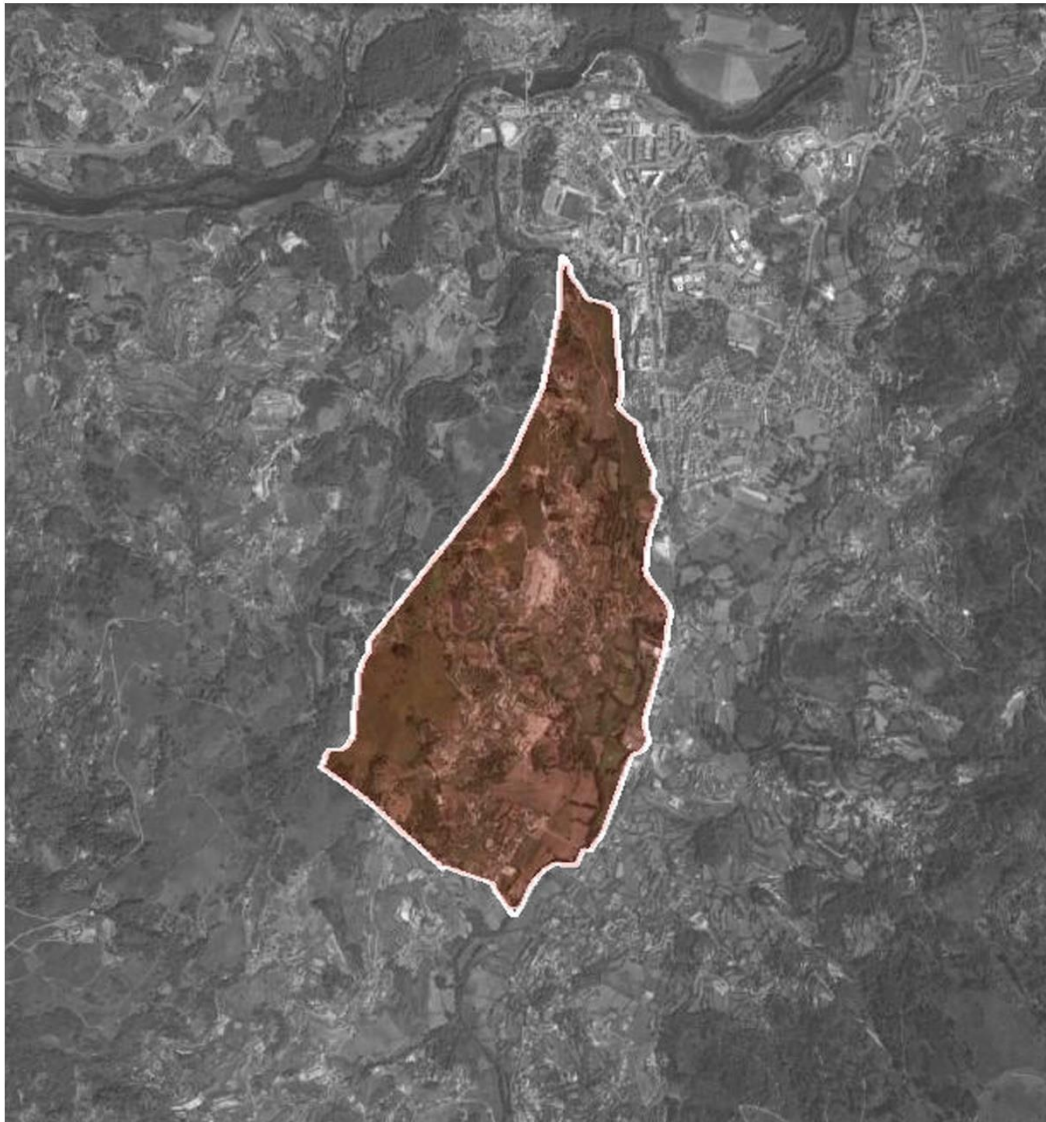


Fig. 5 Vista Aérea da Freguesia de Nogueira.  
Adaptado. In Google Inc. Google Earth.



Fig. 6 Brasão da Junta de Freguesia de Nogueira  
Heráldica da Freguesia:

<[www.freguesiasdeportugal.com](http://www.freguesiasdeportugal.com)>. Acesso em 12 de Novembro de 2016

## Do Local

O Solar da Agrela está situado em pleno coração do Alto Minho, Norte de Portugal, na freguesia de Nogueira, concelho de Ponte da Barca, com o Parque Nacional Peneda-Gerês a poucos quilómetros de distância.

Ponte da Barca está delimitada a Norte pelo concelho de Arcos de Valdevez, a Nascente por Espanha, a Sul pelos concelhos de Vila Verde e Terras de Bouro e a Poente pelo concelho de Ponte de Lima.

Com uma área de 1,90 km<sup>2</sup>e 410 habitantes<sup>6</sup>, a freguesia de Nogueira situa-se a cerca de 3 km de distância do centro de Ponte da Barca, na saída desta em direção a Braga, pela estrada nacional 101. A freguesia é atravessada pelo Rio Vade, ficando esta situada na sua maioria na margem esquerda do mesmo. Pela qualidade dos seus solos, a freguesia de Nogueira tem na agricultura a sua principal atividade económica, sendo a produção vinícola uma das principais, integrando mesmo a região demarcada do Vinho Verde, Sub-Região do Lima<sup>7</sup>. Aqui podemos encontrar também dois grandes solares, que são os ex-libris do património construído da freguesia. Um, a Casa da Torre de Quintela, que possui uma torre quinhentista, a partir da qual nasceu a restante habitação, sendo assim um bom exemplo da evolução da casa nobre. O outro, situado a poucos quilómetros de distância, em direção a Norte, o Solar da Agrela, que é o caso de estudo deste trabalho. Este encontra-se implantado numa encosta, na margem esquerda do Rio Vade, usufruindo, através das aberturas do piso nobre que compõem a fachada principal do edifício, de uma ampla paisagem a nascente, marcada principalmente por vegetação, interrompida pontualmente pelo edificado habitacional típico do vale onde se insere e da região.

Tendo como santo padroeiro S.Romão, Nogueira foi um território doado ao Mosteiro de Crasto no ano de 1190. Segundo o catálogo das igrejas do ano de 1320, Nogueira, na época denominada S. Romão de Nogueira, estava integrada na Terra de Nóbrega. Em 1839, Nogueira pertencia à comarca de Ponte de Lima, ficando em 1852 pertença da comarca de Arcos de Valdevez. Em 1878 a freguesia passa a pertencer à comarca de Ponte de Barca.

---

<sup>6</sup> INE. Dados do Instituto Nacional de Estatística. Nogueira, Ponte da Barca. <Censos2011\_RDefinitivos\_Norte\_3.pdf>. Acesso em 5 de Janeiro de 2017.

<sup>7</sup> Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes. <rota.vinhoverde.pt/pt/região-demarcada>. Acesso em 28 de Janeiro de 2017.





Porém, em 1927, pelo Decreto n.º13917 de 9 de Julho, a comarca de Ponte da Barca foi suprimida e as suas freguesias foram anexas à comarca de Arcos de Valdevez, até à data em que o concelho de Ponte da Barca foi de novo restabelecido.<sup>8</sup>

Na região do Alto Minho encontramos inúmeros exemplares de Casa Nobre ou Solares, sendo a vila de Ponte de Lima, provavelmente, onde existe uma maior concentração desses exemplares, bem como dos mais conhecidos. Contudo, o concelho de Ponte da Barca apresenta também bastantes exemplares, estando alguns bastantes próximos do Solar da Agrela.

---

<sup>8</sup> Freguesia de Nogueira, Concelho de Ponte da Barca.  
<[www.freguesiasdeportugal.com](http://www.freguesiasdeportugal.com)>. Acesso em 12 de Novembro de 2016.



## Da família e do edifício

A história do Solar da Agrela e das famílias a quem este pertenceu é praticamente desconhecida até ao início do séc. XX, altura em que aparece a primeira inscrição no *Livro de Descrições Prediais*, do Registo Predial. Porém, através de várias pesquisas em diversos documentos históricos referentes à freguesia de Nogueira, foi possível encontrar algumas referências ao Solar da Agrela ou Quinta da Agrela, podendo dessa forma traçar uma linha genealógica em relação ao edifício, assim como apontar algumas datas.

A primeira referência encontrada surge no livro 32 do Registo Geral do Arquivo Distrital de Braga. Nessa inscrição é possível encontrar o pedido para a construção da capela em honra de Nossa Senhora da Esperança, na Quinta da Agrela, em São Romão de Nogueira, Ponte da Barca. O pedido é feito por Gonçalo Cerqueira da Costa e sua mulher Catarina Pereira Aranha, e data de 1686 (ANEXO 2). A segunda referência surge no “*Livro de Processos de Habilitação Sacerdotal*” (ANEXO 3), de 1728, da freguesia de São Romão de Nogueira. Numa inquirição de género a Francisco Diogo Pereira Gomes (ou Barredo como aparece algumas vezes), encontram-se referências à Quinta da Agrela, pertencente ao seu avô paterno Francisco Vaz Cerqueira. Francisco Vaz Cerqueira e Gonçalo Cerqueira da Costa eram irmãos. Quando Gonçalo Cerqueira da Costa morre, em 1719, na Quinta da Agrela, como este não tinha descendentes, seguiu-se o seu sobrinho Paulo Pereira do Lago, filho de Francisco Vaz Cerqueira, como Senhor da Casa da Agrela.

De seguida, pode-se encontrar no livro de casamentos da freguesia de São Romão de Nogueira, presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, o assento de casamento entre António de Faria Barreto Vilas Boas, natural de Barcelos e descendente de uma família importante da região, com a sua prima D. Maria Luísa da Costa Rego Pereira do Lago (ANEXO 4), neta de Paulo Pereira do Lago, no dia 21/06/1784, na Capela de Nossa Senhora da Esperança da Casa da Agrela, de São Romão de Nogueira, nascida nessa mesma Casa da Agrela. D. Maria Luísa era filha de António Luís Pereira do Lago, que foi Capitão-Mor de Ponte da Barca e de sua mulher D. Isabel Maurícia da Costa Vilas Boas.

Do casamento entre António de Faria Pereira Barreto Vilas Boas e D. Maria Luísa nascem dois filhos, sendo que o primeiro, D. Maria Vitória, faleceu ainda menor. Segue-se então o segundo filho do casal, Baltasar de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas.



No livro *“Últimas gerações de Entre Douro e Minho”* (ANEXO 5), podemos encontrar o nome de Baltasar de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas, *“(...) Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (Alv. De 30-VI-1835), Tenente Coronel de Milícias, Sr. da Casa da Agrela, em S. Romão de Nogueira (Ponte da Barca) e dos Morgados do Mosteiro de Vitorino das Donas (Ponte de Lima, do Barral (Barcelos), e de Santa Luzia (Vila do Conde) (...)”*<sup>9</sup>. Este nasceu a 12 de Janeiro de 1789 e faleceu a 29 de Maio de 1847.

Baltasar de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas casa com Joana Felícia Pereira de Melo e Vasconcelos, irmã do 1º Visconde da Granja. Deste casamento nasce, a 26 de Março de 1813, Maria Augusta de Faria Barreto Vilas Boas e a 15 de Maio de 1815, António de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas-Boas, herdando este a casa de seu pai e passando a ser ele o Senhor da Casa da Agrela.

António de Faria da Costa Pereira Barreto de VilasBoas casa em 28 de Abril de 1853 com Maria José de Távora de Abreu e Lima, pertencente à Casa da Carreira (também conhecida por Casa dos Távoras) em Viana do Castelo, onde atualmente se situa a Câmara Municipal de Viana do Castelo. Deste casamento surgem quatro filhos, dos quais o terceiro vai herdar o Solar da Agrela. Joana Augusta de Faria e Távora de Abreu e Lima, terceiro filho do casal, nasce a 29 de Agosto de 1857 e morre a 30 de Dezembro de 1931. Casou com José da Cunha Guedes de Brito, resultando deste casamento quatro filhos, sendo que dois morreram em idade prematura. Desta forma, D. Joana Augusta e o marido José da Cunha Guedes de Brito herdaram uma grande fortuna.

Porém, essa grande fortuna herdada por José da Cunha Guedes de Brito não foi suficiente, e não impediu que o mesmo morresse na miséria. O seu vício pelo jogo, levou-o mesmo a contrair várias dívidas e a perder tudo que herdou.

Daqui para a frente, os seguintes donos podem ser encontrados já nas inscrições prediais, do Registo Predial. Em 25/03/1915, Antónia Carmina Vieira de Araújo Monteiro e o marido Augusto Casimiro Alves Monteiro, que ocupou altos cargos em Portugal, residentes em Barcelos, adquirem a Quinta da Agrela por arrematação em hasta pública, onde foram executados José da Cunha Guedes de Brito e sua mulher Joana Augusta de Faria Távora Abreu e Lima residentes na mesma Casa da Agrela, em Nogueira, Ponte da Barca.

---

<sup>9</sup> Machado, José de Sousa. *Últimas Gerações de Entre Douro e Minho*. Edição do autor. 1931. Braga. Pág.127.



Já na última década do séc. XX, mais precisamente em 1994, surgem mais três inscrições. A primeira, em 16/03/1994, a favor de Maria Teresa Malheiro de Araújo Vilhena Freire de Andrade, residente em Viana do Castelo, por partilha extrajudicial da herança de Antónia Carmina e Augusto Casimiro. No mesmo dia, a Quinta da Agrela é inscrita em nome de Maria Adelaide de Vilhena Freire de Andrade, residente em Lisboa, por partilha judicial. De seguida, surge a inscrição do último proprietário, e atual, da Quinta da Agrela. Manuel Dantas de Castro e sua esposa Hortênsia Peres Gonçalves de Castro adquirem o imóvel a Maria Adelaide de Vilhena Freira de Andrade a 02/05/1994.

Desta forma, percebe-se que a Quinta da Agrela existe, pelo menos, desde o séc. XVII, não se sabendo contudo quem poderá ter sido o responsável pela sua construção, e manteve-se na mesma família durante mais de dois séculos, passando de geração em geração, até ter ficado na posse de José da Cunha Guedes de Brito e sua mulher Joana Augusta que, devido a dívidas, viram a propriedade hipotecada e arrematada em hasta pública, terminando aqui a ligação dessa família ao imóvel.

Segundo publicações nos anos 90 do século XX num jornal local (ANEXO 8), houve dois dos proprietários do Solar da Agrela que marcaram a história do edifício por razões completamente opostas. Por um lado, António de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas, conhecido pela sua enorme generosidade. Segundo reza a história, este que viria a ficar conhecido com “*Santinho de Nogueira*”<sup>10</sup>, “*ao observar os lavradores a comer cerejas, lhes fazia chegar boroas de milho e garrações de vinho*”<sup>11</sup>. Era também possuidor de uma sineta, “*cujo toque servia para o anúncio da hora em que procedia à distribuição de algumas moedas e bens alimentícios pela população carenciada*”<sup>12</sup>. O Santinho de Nogueira, além de proprietário do Solar da Agrela, possuía também “*metade dos terrenos da freguesia e propriedades em Vilar de Mouros*”<sup>13</sup>. Ainda não há muitos anos, havia excursões para ver o túmulo do Santinho de Nogueira e deixar ofertas.

---

<sup>10</sup> In *O POVO DA BARCA*. Quinzenário de 20/09/98.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.



Fig. 7 Liteira

<[www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira](http://www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira)>. Acesso em 12 de Dezembro de 2016.

Fig. 8 Liteira

<[www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira](http://www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira)>. Acesso em 12 de Dezembro de 2016.



Mas, se por um lado, o Solar da Agrela teve o *Santinho de Nogueira* como proprietário, por outro, anos mais tarde, teve o seu genro, José da Cunha Guedes de Brito, que ficou conhecido pelo “*Menino D’Oiro*”<sup>14</sup>. Diz-nos a história que José da Cunha Guedes de Brito era conhecido pelo seu vício do jogo da fortuna e do azar, tendo destruído a fortuna toda que herdara de sua mulher e sogro, fortuna essa que “*corresponderia ao seu próprio peso em ouro*”<sup>15</sup>, daí o nome pelo qual ficou conhecido. Assim, devido às suas dívidas, o Solar da Agrela foi-lhe hipotecado pela justiça, terminando assim a ligação desta família ao Solar.

É ainda importante fazer referência ao fato de não ser encontrado nenhum brasão na propriedade, o que seria normal dada a riqueza da família inicial. Contudo, foi encontrada informação acerca de um objeto que foi a leilão, onde aparece a nota referente a um escudo esquartelado, “*provavelmente armas da família Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas-Boas, da casa da Agrela, em Nogueira, Ponte da Barca.*”<sup>16</sup>.

De seguida é apresentada a genealogia completa da primeira família a que o Solar da Agrela pertenceu.

---

<sup>14</sup> In *O POVO DA BARCA*. Quinzenário de 20/09/98.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> <[www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira](http://www.cml.pt/leiloes/2013/151-leilao/1-sessao/84/liteira)>. Acesso em 12 de Dezembro de 2016.



## **Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca**

**I Capitão Gonçalo Cerqueira da Costa.** Mandou edificar em 1686 a Capela de Nossa Senhora da Esperança, na Quinta da Agrela. Veio a falecer a 27/9/1719, na Quinta da Agrela, viúvo, sem testamento, e o seu sobrinho Paulo Pereira do Lago fez-lhe os bens de alma na Misericórdia da vila da Barca, onde foi sepultado.

Casou com Catarina Pereira Aranha, que morreu primeiro.

Sem geração.

Sucedeu seu sobrinho:

**II Paulo Pereira do Lago.** Era filho do Licenciado Francisco Vaz Cerqueira, de alcunha o “tange asnos”. Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo. Veio a falecer a 2/12/1772, na sua Quinta da Agrela, viúvo, e foi sepultado na igreja de S. João Baptista de Ponte da Barca.

Casou com D. Luísa Clara de Sequeiros. Veio a falecer a 8/4/1750, na vila da Barca, onde se achava, fez testamento verbal e foi sepultada na Capela de S. Sebastião da igreja de S. João Baptista.

### **Filhos:**

**1(III) António Luís Pereira do Lago,** que segue.

**2(III) D. Brites Josefa.** Foi educanda no Convento de São Bento, Barcelos. Veio a falecer a 3/9/1759, na vila da Barca, onde se achava e foi sepultada na Capela de S. Sebastião da igreja de S. João Baptista.

**3(III) D. Catarina Rosa Pereira do Lago.** Veio a falecer a 26/12/1787, na Casa da Agrela, solteira,

**4(III) Francisco Diogo Pereira de Berredo.** Nasceu a 14/11/1713, na Casa da Agrela e foi baptizado tendo por padrinhos Diogo de Sousa e Meneses, morador na quinta de Campos de Lima, freguesia de Paço, e D. Ana Maria Venacia, filha de Francisco de Araújo e Vasconcelos, da vila de Barca. Veio a falecer a 3/2/1803, na casa da Agrela, solteiro.

**5(III) Manuel António Pereira do Lago.** Nasceu a 3/1/1718, na Casa da Agrela e foi baptizado a 17, tendo por padrinhos o Tenente Coronel Manuel de Sá Sottomayor, morador na sua quinta de Boivães e D. Páscoa de Vasconcelos, mulher do Tenente Coronel



Alvaro Rebelo Pinto, moradora na Quinta de Casal Velho, freguesia de Paço, termo de Arcos Veio a falecer a 2/4/1808, na Casa da Agrela, solteiro.

**6(III) D. Antónia Maria Pereira do Lago.** Nasceu a 10/4/1719, na Casa da Agrela e foi baptizado a 19, tendo por padrinhos o Muito Reverendo Doutor António Teixeira Alvares, Lente de prima pública na Universidade de Coimbra com procuração a Francisco Pereira Castro e Melo, da Quinta da Quintela de Cima. Veio a falecer a 8/7/1807, na Casa da Agrela.

**7(III) Luís Manuel.** Nasceu a 25/8/1721, na Casa da Agrela e foi baptizado a 13/9/1721, tendo por padrinhos o Reverendo Doutor Manuel Rodrigues Claro, Abade de S. Tiago de Gavião e Brites Josefa, educanda no convento de S. Francisco, de Barcelos, e com procuração sua irmã Catarina Rosa, irmãs do baptizado.

**8(III) Paula Luísa.** Nasceu a 19/6/1723, na Casa da Agrela e foi baptizada a 27, pelo Padre Manuel da Costa Cerqueira, coadjutor de S. Romão de Nogueira, da vila da Barca, tendo por padrinhos o Dr. Pedro da Costa Fajardo, Abade de S. Romão de Nogueira e Catarina Rosa, irmã da baptizada.

**III António Luís Pereira do Lago.** Natural de Ponte da Barca. Capitão Mór do termo da Barca. Veio a falecer a 26/1/1788, na Casa da Agrela, mas foi sepultado na igreja de S. João Baptista da vila da Barca.

Casou com D. Isabel Maurícia da Costa Vilas Boas, natural de Vitorino das Donas.

Filha:

**(IV) D. Maria Luísa da Costa Rego Pereira do Lago,** que segue.

**IV D. Maria Luísa da Costa Rego Pereira do Lago.** Natural de Ponte da Barca. Veio a falecer a 4/2/1838, na Casa da Agrela, viúva.

Casou em Ponte da Barca, com seu primo António de Faria Barreto Vilas Boas Lobo. Nasceu a 12/2/1738, na Rua da Cruz, em Barcelos e foi baptizado a 5/3/1738, pelo Reverendo Manuel da Costa Lopes, Cônego da Colegiada, tendo por padrinhos o Reverendo António da Costa Pereira, Abade Reservatário de S. Pedro da Castanheira, com procuração ao Doutor António Barbosa de Goios e D. Rosa Maria Lobo Barreto, com procuração ao Reverendo André Lopes Pereira, Cônego da Colegiada. Habilitou-se a ordens por inquirição de género de 7/9/1752 (Proc. 7202). Cavaleiro da Ordem de Cristo, proprietário do officio de escrivão dos órfãos em Barcelos, foi Juiz de fora do Outeiro e depois de Penafiel.



Filhos:

**1(V) D. Maria Vitória.** Nasceu a 5/7/1787, na vila da Barca e foi baptizada a 22, na igreja matriz de S. João Baptista. Veio a falecer menor.

**2(V) Baltasar de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas,** que segue.

**V Baltasar de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas.** Nasceu a 12/1/1789, na freguesia de S. João Baptista, Ponte da Barca. Foi senhor da Casa do Barral, e da Casa da rua da Cruz e senhor da Casa da Agrela, em São Romão de Nogueira, Ponte da Barca e do Morgado do Mosteiro, de Vitorino das Donas, Ponte de Lima e de Santa Luzia, Viana do Castelo. Fidalgo Cavaleiro da casa Real (alvará de 30/6/1835), Tenente Coronel de Milicias. Veio a falecer a 29/5/1847, na Casa da Agrela, em S. Romão de Nogueira, em Ponte da Barca.

Casou em Aveiro com sua prima D. Joana Felícia Pereira de Medela de Vasconcelos, nascida em 23/3/1784, na freguesia do Espírito Santo, na cidade de Aveiro. Era filha Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, natural de S. Pedro de Aradas, Aveiro, Fidalgo da Casa Real (18.8.1803) e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Corregedor em Guimarães, Superintendente das Coudelarias de Aveiro e Desembargador da Relação do Porto e de sua mulher D. Angélica Margarida Pereira de Medela, natural do Espírito Santo, Aveiro; neta paterna de José Barreto Ferraz, natural de Vera Cruz, Aveiro, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo e de sua mulher D. Mariana Josefa de Vasconcelos, natural de S. Pedro de Aradas, Aveiro e materna do Dr. João António da Silva Medela, natural da freguesia do espírito Santo, Aveiro e de sua mulher D. Ana Bernarda Xavier Pereira, nascida na Casa de Vilarinho ou Sant'Ana, em S. Tiago de Encourados, Barcelos. Era irmã do 1º visconde da Granja. Veio a falecer a 30/11/1816, na Casa da Agrela, em S. Romão de Nogueira, em Ponte da Barca.

Filhos:

**1(VI) D. Maria Augusta de Faria Barreto de Vilas Boas,** 2ª Viscondessa da Granja. Nasceu a 26/3/1813, na Casa da Agrela, em S. Romão de Nogueira, em Ponte da Barca.

Casou a 25/6/1846, com seu primo co-irmão, Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti, 2º Visconde da Granja (por decreto de 3/4/1860, cujo título não usou), nascido a 8/12/1816, em Aveiro. Era filho de António Barreto Ferraz de Vasconcelos, 1º Visconde da Granja e de sua mulher D. Maria Bebiana Sacchetti. Par do Reino, Tenente Coronel do Batalhão Nacional





de Caçadores, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (alvará de 1/2/1822), Cavaleiro da Ordem de Cristo, adido de legação honorário. Veio a falecer a 12/10/1896.

Com geração, que seguiu nesse título.

**2(VI) António de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas**, que segue.

**VI António de Faria da Costa Pereira Barreto de Vilas Boas.** Nasceu 15/5/1815, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (alvará de 9/11/1835), Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (carta de 21/2/1849). Sucedeu na casa de seu pai. Veio a falecer em 1879.

Casou a 28/4/1853, em Viana do Castelo, com D. Maria José de Távora de Abreu e Lima, nascida a 9/11/1814, na Casa da Carreira. Santa Maria Maior, Viana do Castelo. Era filha de Diogo Gomes de Abreu e Lima, 2º Visconde da Carreira, natural de Santa Maria Maior, Viana do Castelo e de sua mulher D. Maria José de Alpoim e Silva, natural de Santo Adrião de Oleiros, Ponte da Barca. Senhora da Casa da Carreira em Viana do Castelo, também conhecida por Casa dos Tavoras (actual Câmara Municipal), por ter sucedido em todos os bens de seu irmão Luís Bravo de Abreu e Lima, 3º Visconde da Carreira, falecido em 1866.

Filhos.

1(VII) D. Maria Luísa de Faria e Távora de Abreu e Lima, 4ª Viscondessa da Carreira. Nasceu a 10/2/1852, na Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca e foi baptizada a 29/2/1852, tendo por padrinhos Luís Bravo de Abreu e Lima, da cidade de Viana, tio e D. Maria Augusta de Faria Barreto Vilas Boas, assistente na cidade de Aveiro, tio, com procuração a D. Isabel Ermelinda Cirne Pereira de Castro, da Casa da Prova, freguesia de Paço, Arcos e testemunhas Manuel da Cunha Guedes de Brito, residente na Casa da Prova e Simão Cardoso Pereira, de S. Tomé de Vade. Foi senhora da Casa da Carreira, em Viana do Castelo. Veio a falecer a 20/3/1924.

Casou a 25/4/1881, na Capela de S. João Baptista da Casa da Carreira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo, com Bento Malheiro Pita de Vasconcelos, 4º Visconde da Carreira, nascido a 6/2/1841, na freguesia de Santa Maria dos Anjos, Monção. Era filho de João Malheiro Pereira Ferraz e de sua mulher D. Narcisa Maria Pita Borges de Vasconcelos. Veio a falecer a 17/1/1915.

Com geração, que seguiu na Casa da Carreira.



**2(VII) Baltasar de Faria e Távora de Abreu e Lima.** Nasceu a 21/2/1853, na Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca e foi baptizado a 15/3/1853, tendo por padrinhos o Visconde da Carreira, Luís António de Abreu e Lima, tio, com procuração a Luís Bravo de Abreu e Lima, da cidade de Viana, tio e Nossa Senhora da Conceição . Veio a falecer solteiro a 23/4/1880, em Viana do Castelo.

Sem geração.

**3(VII) Diogo de Faria e Távora de Abreu e Lima.** Nasceu a 15/3/1854 na Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca e foi baptizado a ¼/1854, tendo por padrinhos Luís Bravo de Abreu e Lima, da cidade de Viana do Castelo e Nossa Senhora da Conceição. Veio a falecer solteiro a 19/8/1875.

Sem geração.

**4(VII) D. Joana Augusta de Faria e Távora de Abreu e Lima,** que segue.

**VII D. Joana Augusta de Faria e Távora de Abreu e Lima.** Nasceu a 29/4/1857, na Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca e foi baptizada a 6/5/1857, tendo por padrinhos o Visconde da Carreira, Luís Bravo de Abreu e Lima, da cidade de Viana, tio e D. Maria Luísa de Faria de Abreu e Lima, de S. Romão de Nogueira. Foi a última senhora da Casa do Barral, que vendeu a 7/6/1897, a Manuel de Ramos Paula. Foi senhora da Casa da Agrela que foi arrematada. Nesse ano vivia em Ponte da Barca. Veio a falecer a 30/12/1931, em Viana do Castelo, viúva.

Casou a 2/2/1882, na Capela de S. João Evangelista, da Casa da Carreira, em Viana do Castelo, com José da Cunha Guedes de Brito Sá Sotto Maior, nascido a 2/7/1863, em S. Paio, Arcos de Valdevez. Era filho herdeiro de Manuel da Cunha Guedes de Brito, senhor da Casa das Regadas, em Arcos de Valdevez e de sua segunda mulher D. Júlia da Felicidade de Araújo Malheiro Pereira Sá Sotto Mayor. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e sucessor da grande casa de seu pai e diz José de Sousa Machado (Ultimas Gerações..., vol. 1º, p. 318) que “dissipou seus bens e morreu pobre”. Veio a falecer de repente em 1922.

Filhos:

**1(VIII) Manuel da Cunha Guedes de Brito de Sá Sotto Mayor.** Nasceu a 16/2/1883, na rua da Carreira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo e foi baptizado a 1/3/1883, na igreja dessa freguesia, tendo por padrinhos Manuel da Cunha Guedes de Brito,



casado, proprietário e D. Maria Luísa de Faria Távora Abreu e Lima, casada, proprietária. Faleceu solteiro.

Sem geração.

**2(VIII) António da Cunha Guedes de Brito.** Nasceu a 25/2/1884, na rua da Bandeira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo e foi baptizado a 17/3/1884, na igreja dessa freguesia, tendo por padrinhos o Ex.mo Senhor Visconde da Carreira, casado, proprietário e D. Maria José de Abreu e Lima Alpoim, viúva, proprietária, com procuração à avó paterna. Faleceu a 12/1/1939, no Hospital Emídio Navarro, no Asilo da Caridade, em Viana do Castelo, solteiro.

Sem geração.

**3(VIII) D. Maria Augusta da Cunha Guedes de Brito.** Nasceu a 10/5/1885, na rua da Bandeira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo e foi baptizada a 22/6/1885, na igreja dessa freguesia, tendo por padrinhos o Ex.mo Par do Reino, Casimiro Barreto Ferraz Sachetti, casado, proprietário, representado pelo Ex.mo Manuel da Cunha Guedes de Brito e a ex.ma D. Maria Augusta de Faria Barreto, casada, proprietária, representada pelo seu sobrinho Ex.mo Visconde da Carreira.

**4(VIII) D. Júlia da Cunha Guedes de Brito.** Nasceu a 7/2/1887, na rua da Bandeira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo e foi baptizada a 27/3/1887, na igreja dessa freguesia, tendo por padrinhos os avós paternos. Faleceu solteira.

Sem geração.

**5(VIII) José da Cunha Guedes de Brito e Amorim.** Nasceu a 19/2/1888, na rua da Bandeira, Santa Maria Maior, Viana do Castelo e foi baptizado a 29/4/1888, na igreja dessa freguesia, tendo por padrinhos os avós paternos.

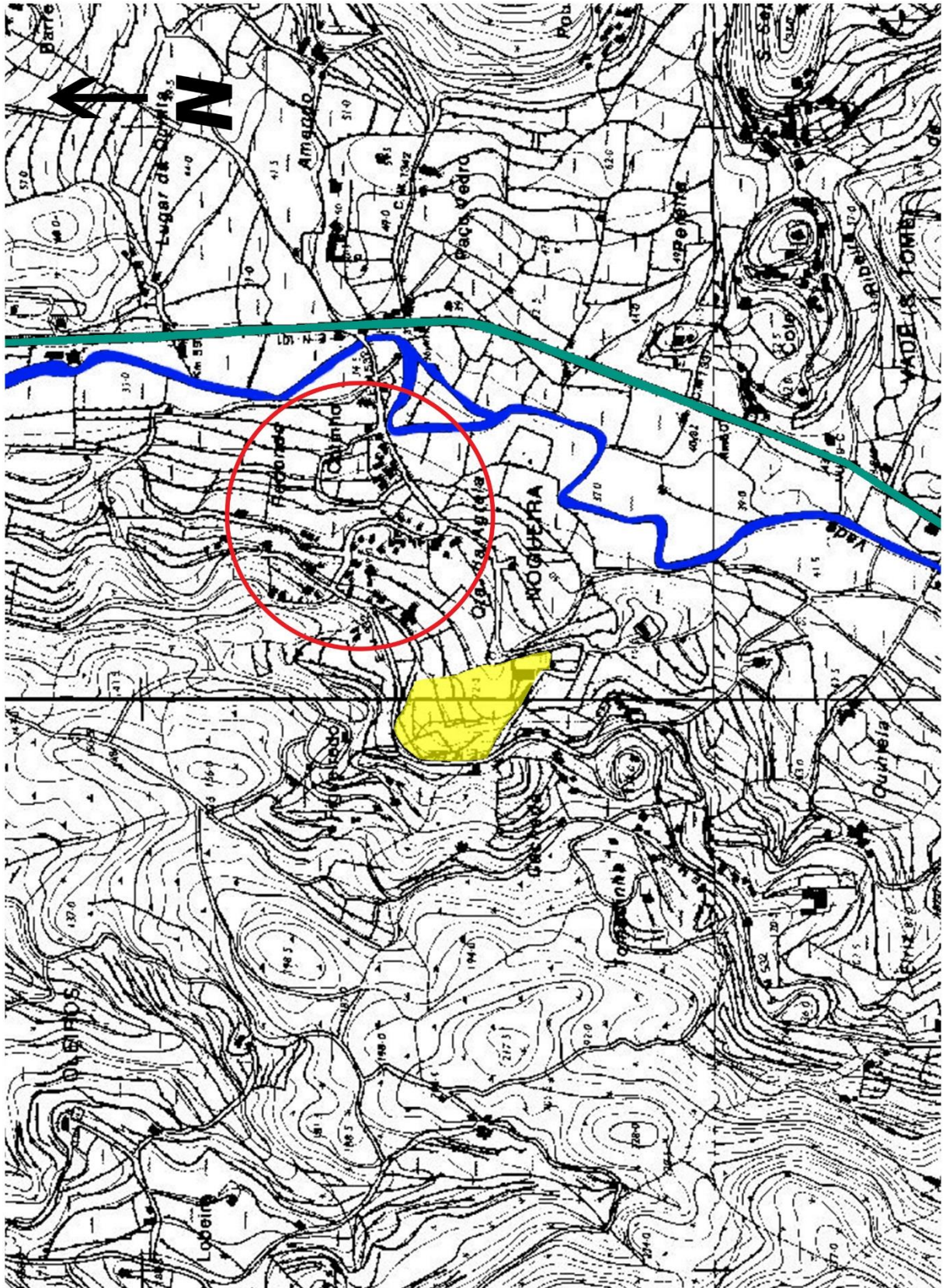
**6(VIII) Baltasar.** Nasceu a 16/2/1889, na Casa da Agrela, S. Romão de Nogueira, Ponte da Barca e foi baptizado a 31/3/1889, na capela dessa casa, tendo por padrinhos os Ex.mos Visconde da Carreira, Bento Malheiro Pereira Pita de Vasconcelos e sua mulher D. Maria Luísa de Faria Alpoim, da Casa da Carreira. Veio a falecer menor.

Sem geração.



Fig. 9: Entrada principal da Quinta da Agrela.

**DO EDIFICADO:**



A vermelho – aglomerado habitacional  
 A azul – Rio Vade

A amarelo – Quinta da Agrela  
 A verde – Estrada Nacional 101

Fig. 10 Cartografia de 1978 da Freguesia de Nogueira, Ponte da Barca



## **Território e Quinta da Agrela**

A Quinta da Agrela situa-se a meia encosta de um vale na margem esquerda do Rio Vade, na freguesia de Nogueira, conselho de Ponte da Barca. Possui uma área de cerca de 33.000 m<sup>2</sup>, maioritariamente de cultivo, e com algumas construções. Uma dessas construções, e aquela que tem maior destaque, é o Solar da Agrela.

O Solar situa-se na parte sudeste da propriedade, ocupando uma área de implantação de 696,00 m<sup>2</sup>. A sua localização na propriedade é estratégica, uma vez que funciona como barreira, mas ao mesmo tempo como ponto de ligação, entre a zona nobre da propriedade e a zona laboral. A partir da entrada principal da Quinta da Agrela temos acesso ao jardim principal da propriedade, o jardim nobre ou social, situado a nascente do Solar, de onde é possível aceder tanto ao solar como à capela privada da propriedade. Este jardim encontra-se uma cota bastante superior da restante propriedade situada a norte e da estrada a nascente, com uma diferença de cotas de cerca de 4,5 metros. Esta diferença permite que a zona nobre da propriedade adquira uma total privacidade em relação à restante propriedade, mas de onde é possível controlar a mesma, e faz ainda com que desfrute de uma vasta paisagem a norte e a nascente principalmente. Este posicionamento torna-se também importante pois desta forma o Solar marca fortemente a paisagem, sendo visível ao longe, mostrando ao resto da população e a quem ali passa um sinal de riqueza e nobreza.

Através da análise de uma cartografia antiga da freguesia de Nogueira (fig. 10), facilmente percebemos que o maior aglomerado de habitações se situava mais próximo do Rio Vade e também da Estrada Nacional 101. Esta constitui um eixo viário muito importante e estruturante do território, pois liga o concelho de Ponte da Barca à cidade de Braga, sendo também um dos caminhos da peregrinação a Santiago de Compostela. O aglomerado habitacional situava-se a uma cota bastante inferior à cota onde está implantado o Solar da Agrela, a nordeste do mesmo.

Esta análise permite perceber o modo como o edifício se apresenta na paisagem. Se observarmos as fachadas do edifício, percebemos que a fachada norte e a fachada nascente (fachada principal) do edifício, aquelas que se abrem para a paisagem, possuem maior requinte que as restantes. Geometricamente bem desenhadas, estas duas fachadas têm a clara intenção de se mostrar para o resto da população.



Fig. 11 Vista da fachada Sul do Solar da Agrela e estrada

Fig. 12 Pormenor do muro limite da propriedade - caleiro

Fig. 13 Vista da fachada principal da Capela e relação com a estrada.

O piso nobre é animado pelas portas de sacada encimadas por frontões triangulares em pedra que contrastam com a cor branca das paredes, ganhando maior destaque.

Contudo, se analisarmos a implantação do Solar da Agrela em relação à restante propriedade, levantam-se algumas questões sobre o que poderiam ser os limites iniciais da Quinta da Agrela.

Observando a fachada sul do edifício, percebemos que grande parte confronta diretamente com a estrada, o que deixa algumas dúvidas em relação aos limites referidos, pois um edifício com esta imponência e com este desenho, e possuindo a propriedade grandes dimensões, é um pouco intrigante a forma como este contacta com a estrada. Em contrapartida, esta também é a fachada mais contida das quatro fachadas do edifício, possuindo apenas três janelas, e sendo uma delas uma pequena abertura para uma zona térrea do edifício que seria usada como local para animais. Ao analisarmos também a implantação da capela, verificamos que se encontra a eixo com a estrada que confronta com a fachada sul da propriedade, estando a entrada principal virada para poente. Assim, apesar de ser um pouco estranho a forma como o edifício interage com a estrada, parece ser evidente que o limite da propriedade a sul seria essa mesma estrada em toda a sua extensão, pois a capela claramente tira partido desse enfiamento para se posicionar. Outro pormenor que ajuda a corroborar esta situação é o fato de o muro que limita a propriedade a sul, numa extensão de cerca de 180 metros, desde o seu ponto mais alto até ao encontro com a fachada poente do solar, desenhar no seu topo uma forma côncava. Isto serviria para que todas as águas pluviais que ali caíssem seguissem pelo muro até à fachada poente do solar, onde de seguida entravam numa espécie de caleiro em pedra, perfeitamente integrado na fachada, para serem conduzidas para um tanque que se situa junto da dita fachada.

Este gesto deixa poucas dúvidas acerca do limite inicial da propriedade a sul, pois o muro de limite e a fachada poente foram pensados para funcionar em conjunto. Atualmente, essa estrada que limita a sul, quando chega à entrada da capela, onde também se situa a entrada principal da Quinta da Agrela e que dá acesso a zona nobre do solar, adquire outra direção, perpendicular à inicial, desviando-se aí dos limites da Quinta da Agrela. Esta mudança já parece ser forçada, e terá acontecido apenas por uma razão de facilidade para o percurso automóvel.



Observando a cartografia do local de 1978 (fig.10), e também algumas fotografias atuais, especula-se que esse acesso que delimitava a propriedade a sul, ao chegar a entrada da capela e da Quinta da Agrela, possivelmente seguia junto à fachada sul da capela, ligando à estrada que se situa a nascente da propriedade. Este possível traçado do acesso que percorre o limite sul da propriedade ajuda a perceber e a explicar o posicionamento da capela e do solar.

Assim quem percorresse esse eixo no sentido poente-nascente, sabendo que o início a poente se situa a uma cota bastante superior à cota de entrada da capela e do solar, cerca de 16 metros de diferença, começava por observar a fachada poente do solar e toda a Quinta da Agrela, e à medida que se ia descendo, toda a propriedade ia desaparecendo e substituída pelo muro que limita a mesma, ao mesmo tempo que nos aproximávamos da capela e da entrada principal da Quinta da Agrela. Por outro lado, fazendo o percurso inverso, de nascente para poente, começávamos por ver a fachada principal, fachada nascente, e a fachada norte, a uma cota bastante superior, e à medida que nos íamos aproximando, deixávamos de ter essa percepção e apenas víamos um enorme muro em pedra que limita a propriedade a nascente, com cerca de 4,50 metros de altura, até chegar à fachada sul da capela e percorrer a mesma até ao ponto onde se entra para a mesma e para a Quinta da Agrela.



Fig. 14 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.  
Fig. 15 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente



Fig. 16 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.  
Fig. 17 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.



Fig. 18 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.

Fig. 19 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.





Fig. 20 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.  
Fig. 21 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.



**LEGENDA**

- |                     |                       |
|---------------------|-----------------------|
| 1 - Solar da Agrela | 5 - Anexo             |
| 2 - Capela          | 6 - Casa dos Caseiros |
| 3 - Garagem         | 7 - Fonte             |
| 4 - Lagar           |                       |

Fig. 22 Planta de implantação da propriedade. Escala 1/2000.

A Quinta da Agrela é limitada, à exceção de uma parte a nascente, por estrada, sendo murada em toda a extensão dos seus limites. O fato de se posicionar em uma encosta, trouxe a necessidade de combater o declive para dessa forma aproveitar o terreno para aquilo que foi o seu principal sustento e atividade durante os séculos, a agricultura e vinicultura. Dessa forma, o terreno distribui-se em plataformas, mais ou menos planas, sustentadas por muros de pedra, os socalcos, havendo pequenas diferenças de cotas entre eles. Existem duas linhas de água que percorrem a quinta encontrando-se depois e seguindo numa só, o que faz com que a prática agrícola fosse mais fácil.

A propriedade tem três entradas, duas através do limite sul e um através do limite norte. As duas entradas a sul da propriedade situam-se bastante próximas uma da outra, apenas com a fachada sul do Solar da Agrela a separá-las, sendo que uma era a entrada nobre que dá acesso ao jardim e conseqüentemente à zona nobre e social do edifício, e a outra servia como serventia para a zona laboral imediatamente posterior à fachada poente do Solar da Agrela e, conseqüentemente, ao resto do terreno da quinta.

Além das duas principais construções já mencionadas que compõem a propriedade, o Solar da Agrela e a capela, é possível ainda identificar outras de menor importância. Do jardim a nascente do Solar da Agrela (nr.1) temos acesso à capela (nr.2) e a uma outra edificação contígua à capela (nr.3), que seria a garagem das charretes. Na zona laboral da propriedade, junto à fachada poente do solar, existe um anexo (nr.4) que seria usado como lagar e alguns arrumos, que tem como particularidade, que o cume do seu telhado acompanha o muro que limita a propriedade. Junto a este lagar, temos outra construção (nr.5), esta já do séc. XX, não se sabendo bem qual o propósito da sua construção nem o seu uso, mas provavelmente para apoio à agricultura e arrumos. Seguindo para poente, uns metros mais à frente podemos encontrar outra edificação, já de maiores dimensões que seria a casa dos caseiros (nr.6). Relativamente perto desta construção encontra-se uma fonte em pedra (nr.7) encastrada no socalco. Existia ainda um espigueiro, junto ao nr.5, que há já alguns anos ruiu.

De seguida, são apresentados os desenhos correspondentes a cada uma das construções mencionadas anteriormente, bem como algumas fotografias.



Fig. 23 Conjunto de imagens da capela e do seu interior.

# CAPELA (2)

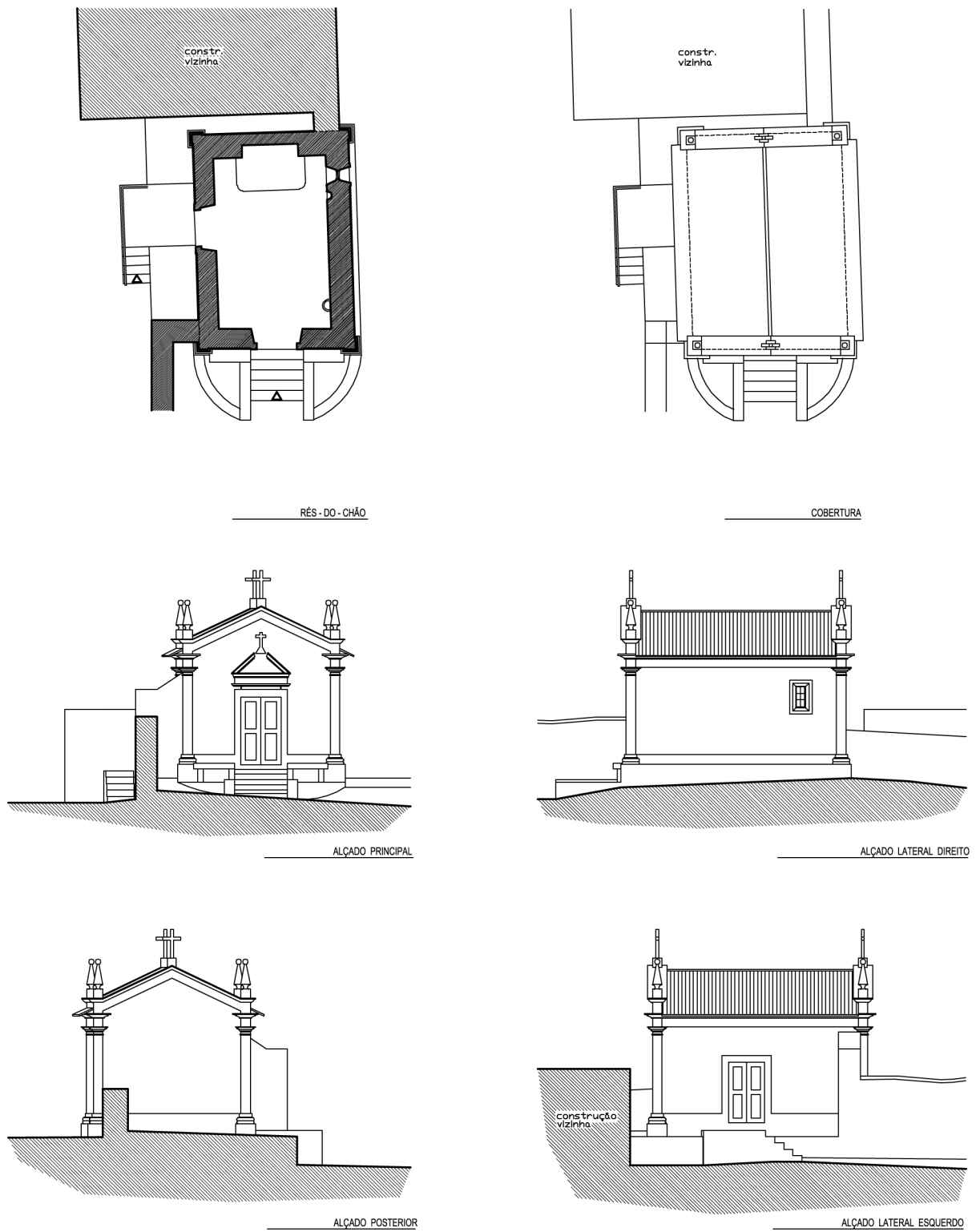


Fig. 24 Plantas e alçados da capela. Escala 1/200



Fig. 25 Vista do anexo destinado a garagem dos carros dos animais.

# GARAGEM (3)

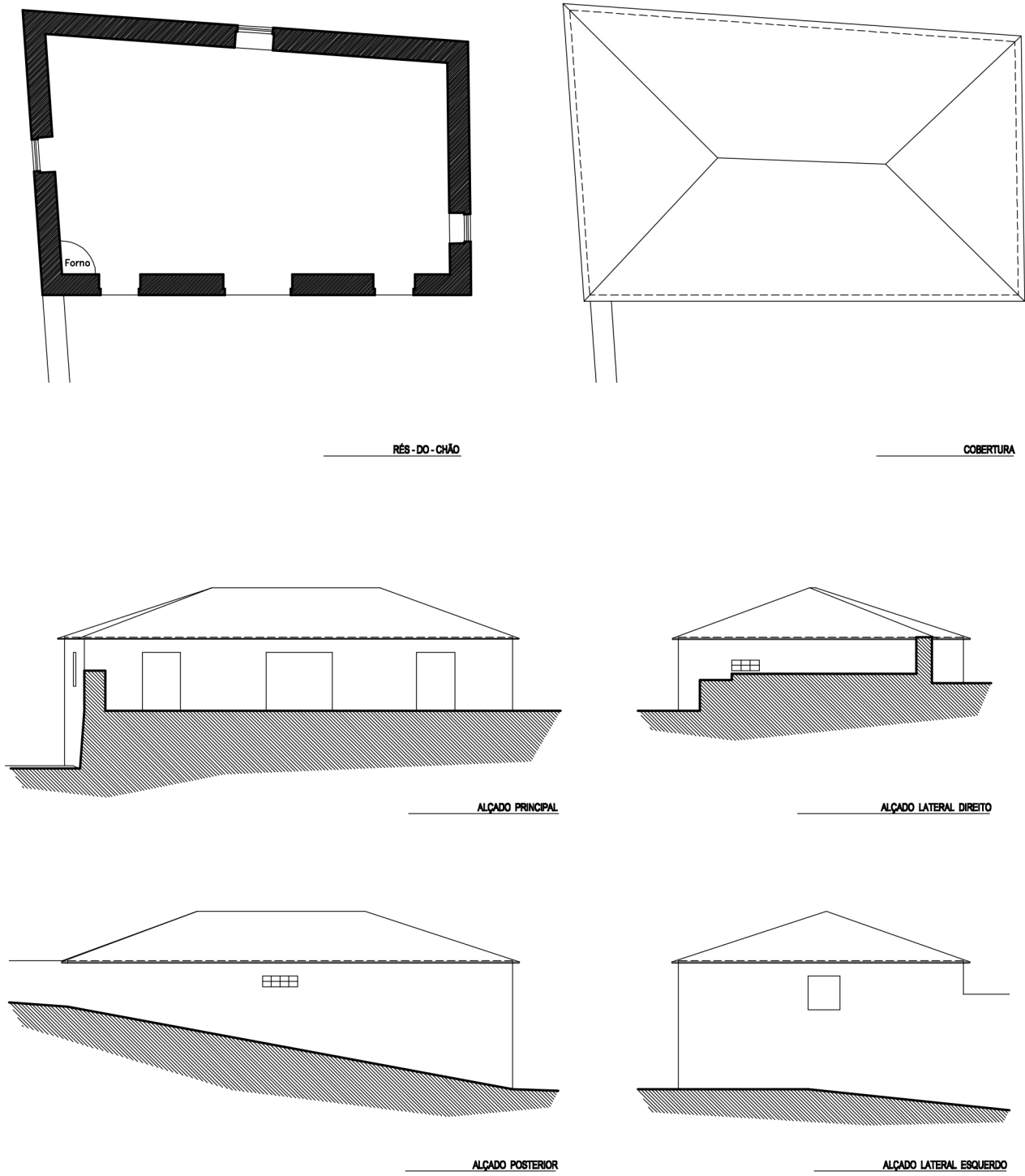


Fig. 26 Plantas e alçados da garagem destinada aos carros dos animais. Escala 1/200



Fig. 27 Conjunto de imagens do lagar.



# LAGAR (4)

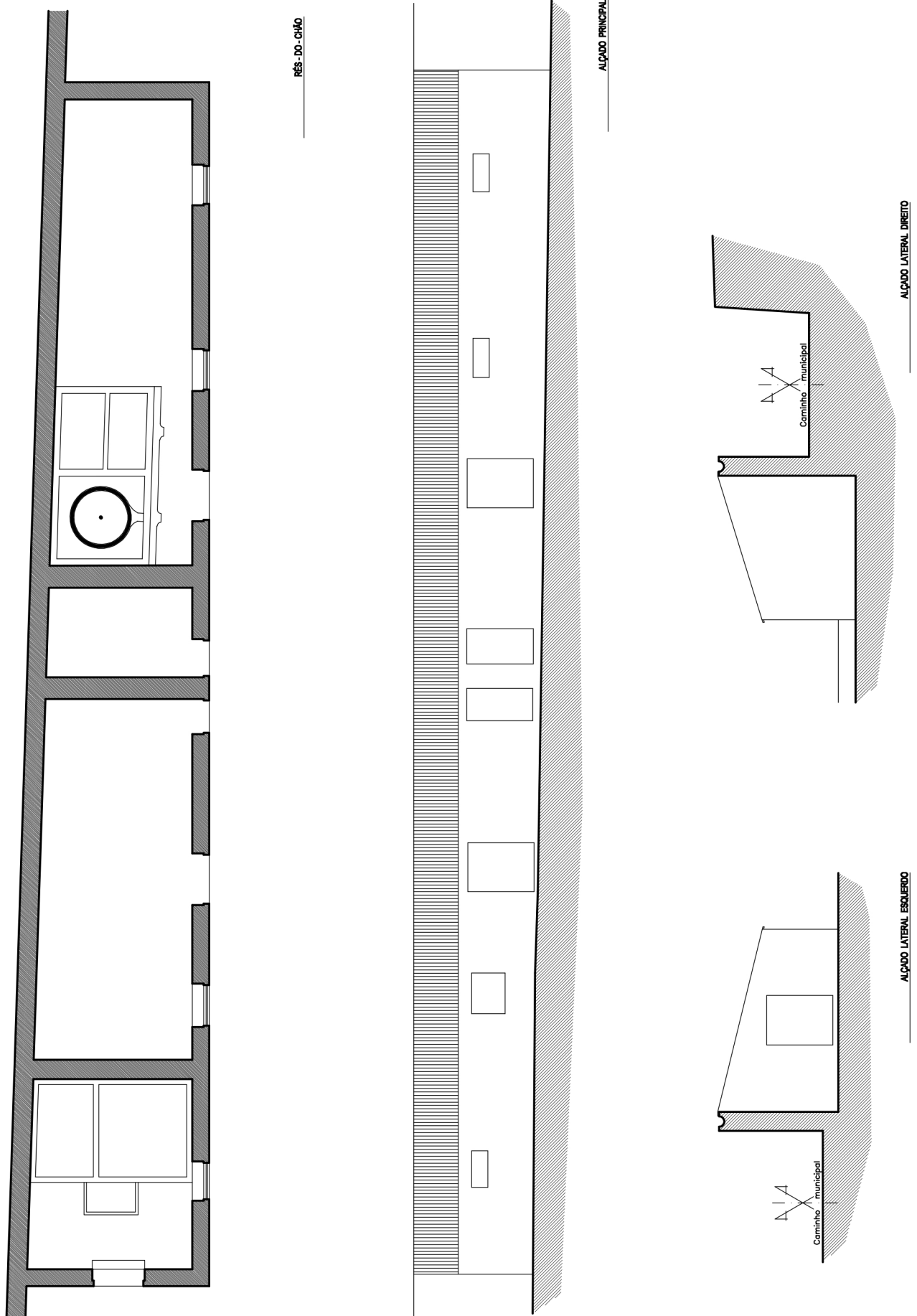


Fig. 28 Plantas e alçados do lagar. Escala 1/200



Fig. 29 Vistas da casa do caseiro.

# CASA DOS CASEIROS (6)

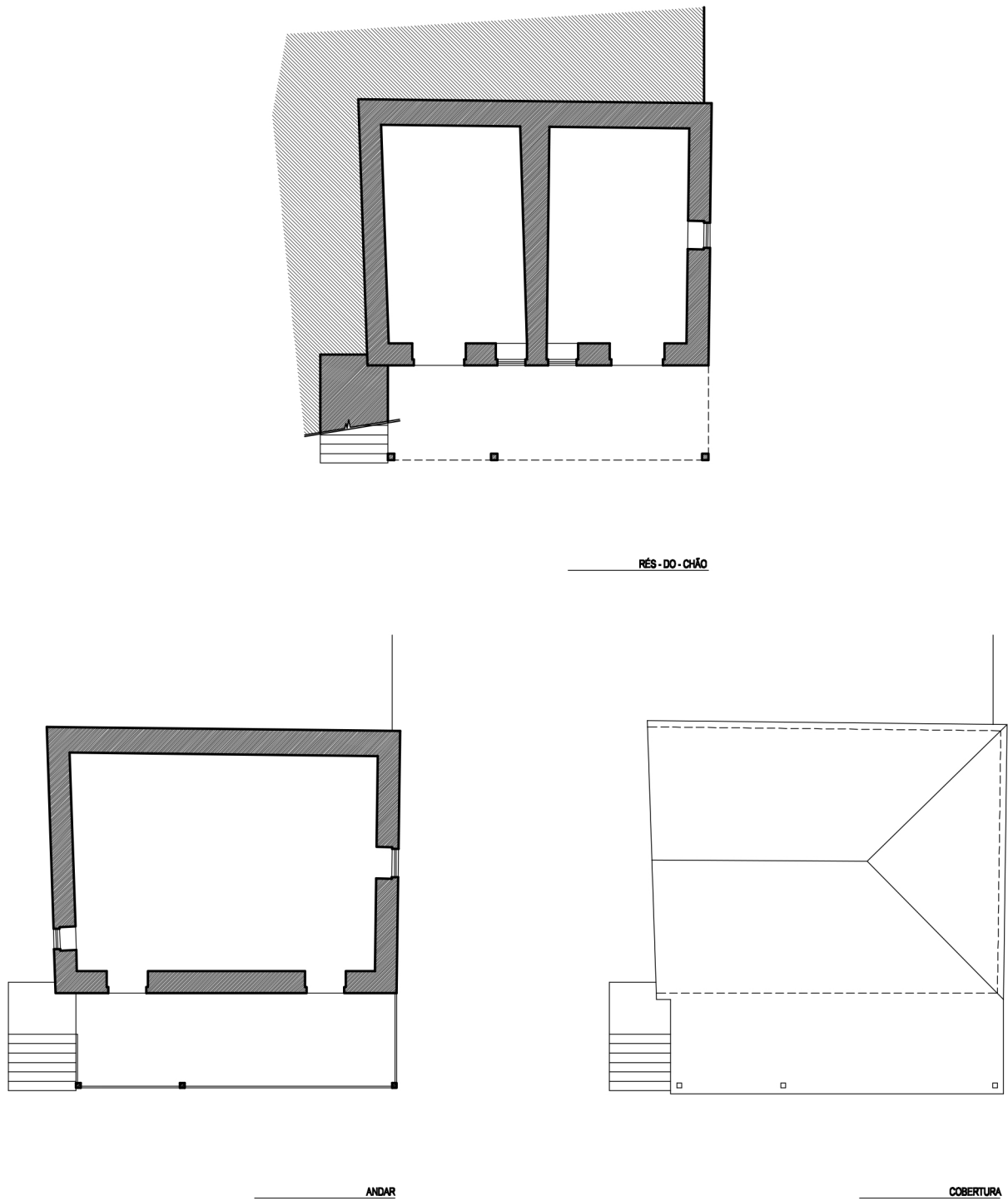


Fig. 30 Plantas da casa dos caseiros. Escala 1/200.



## CASA DOS CASEIROS (6)

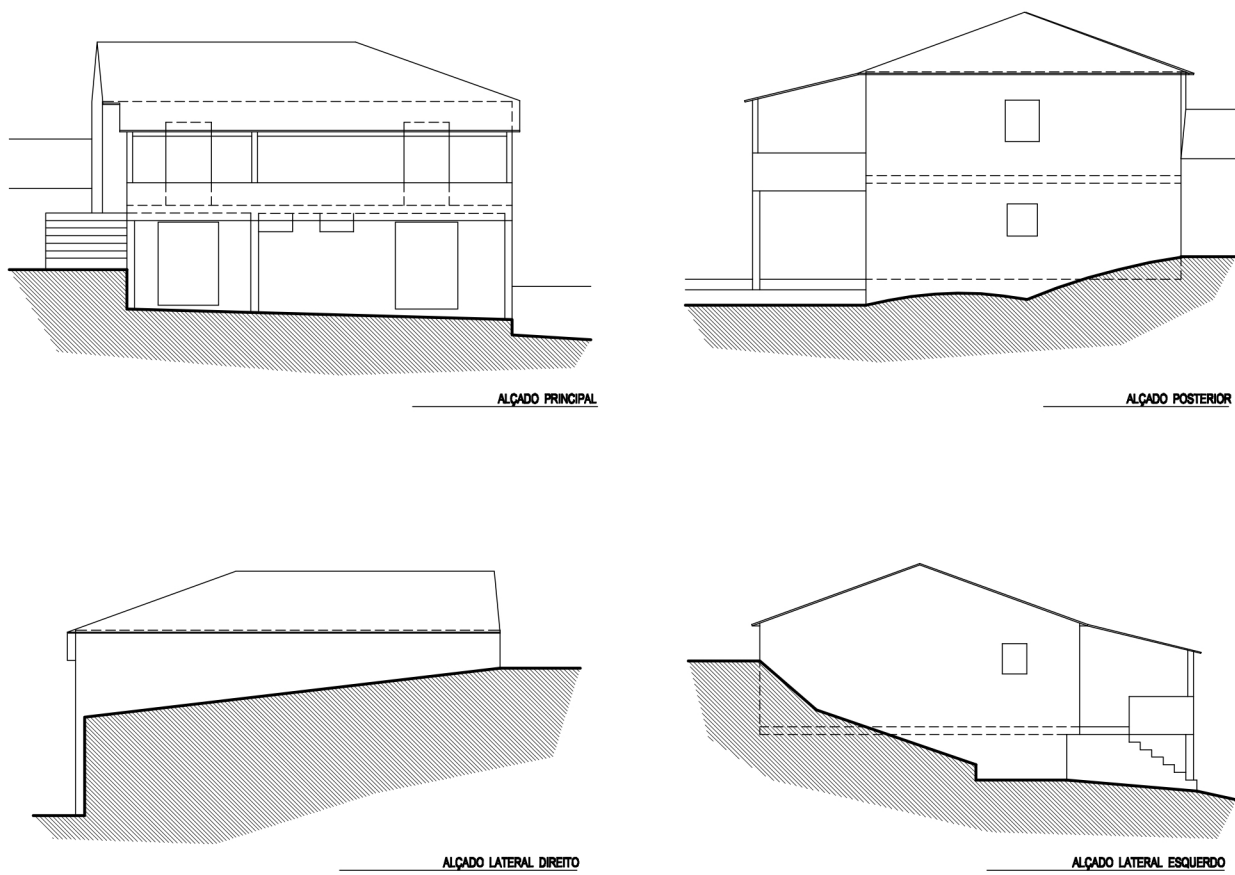


Fig. 31 Alçados da casa dos caseiros. Escala 1/200.







Fig. 32 Fachada principal do Solar da Agrela



## ***Solar da Agrela***

Esta última parte do primeiro capítulo deste trabalho pretende apresentar ao leitor, de forma mais aprofundada, o objeto central do caso de estudo: o Solar da Agrela

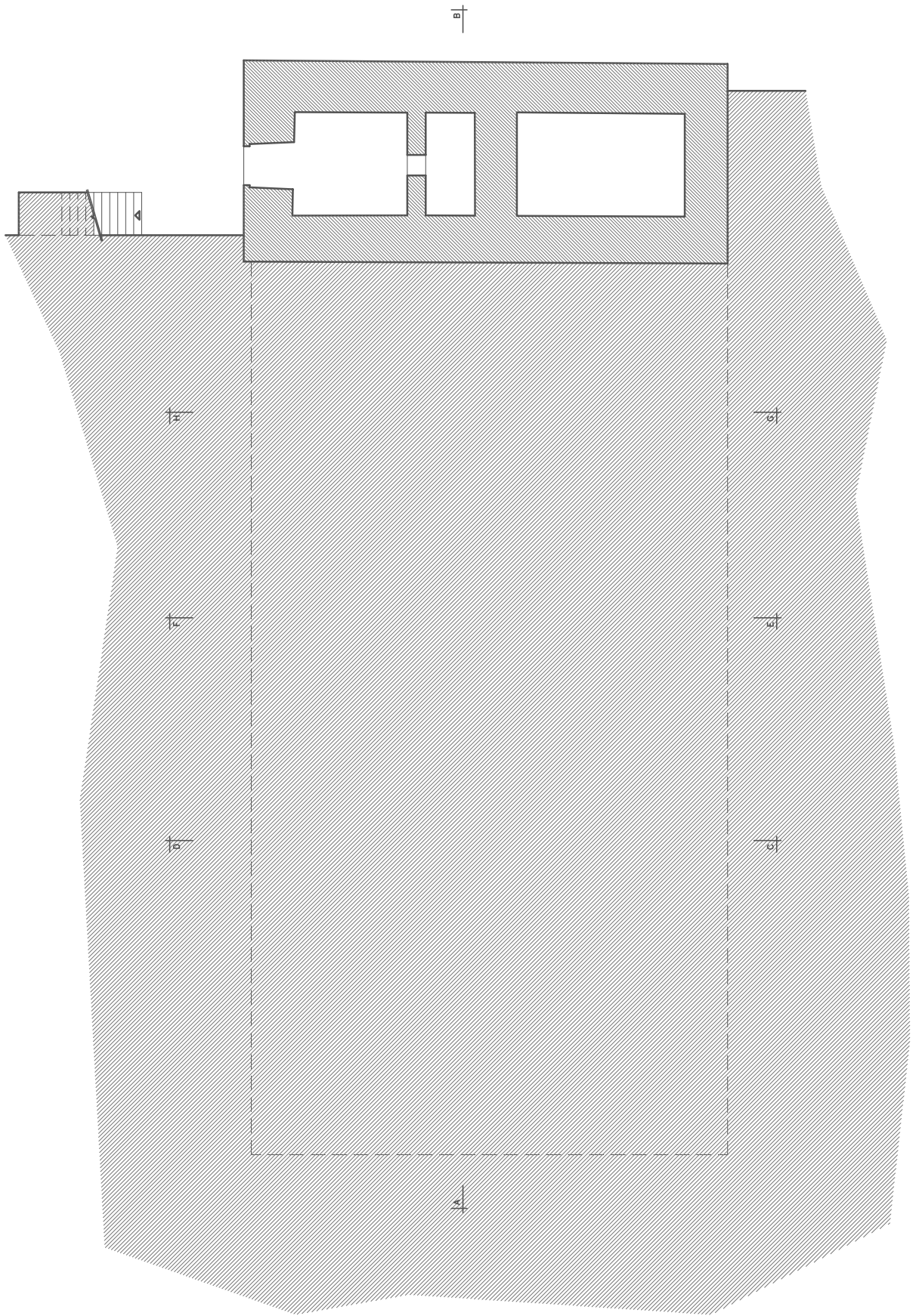
Com base na análise espacial e morfológica do edifício, o objetivo principal é mostrar a lógica do mesmo, o seu funcionamento, como se articulam os diferentes espaços que o compõem e o que os caracteriza e diferencia, os percursos, as vivências.


Este conjunto de análises será sempre apoiada em desenhos rigorosos, tais como plantas, alçados e cortes, mas também em material fotográfico, para dessa forma ser mais clara a interpretação e percepção do que pretende demonstrar.

Mas, antes de partir para as referidas análises, parece pertinente oferecer ao leitor um primeiro contato com o edifício, o Solar da Agrela, através da apresentação do levantamento arquitetónico rigoroso, efetuado numa primeira fase de recolha de documentos e informação com vista à elaboração do trabalho.

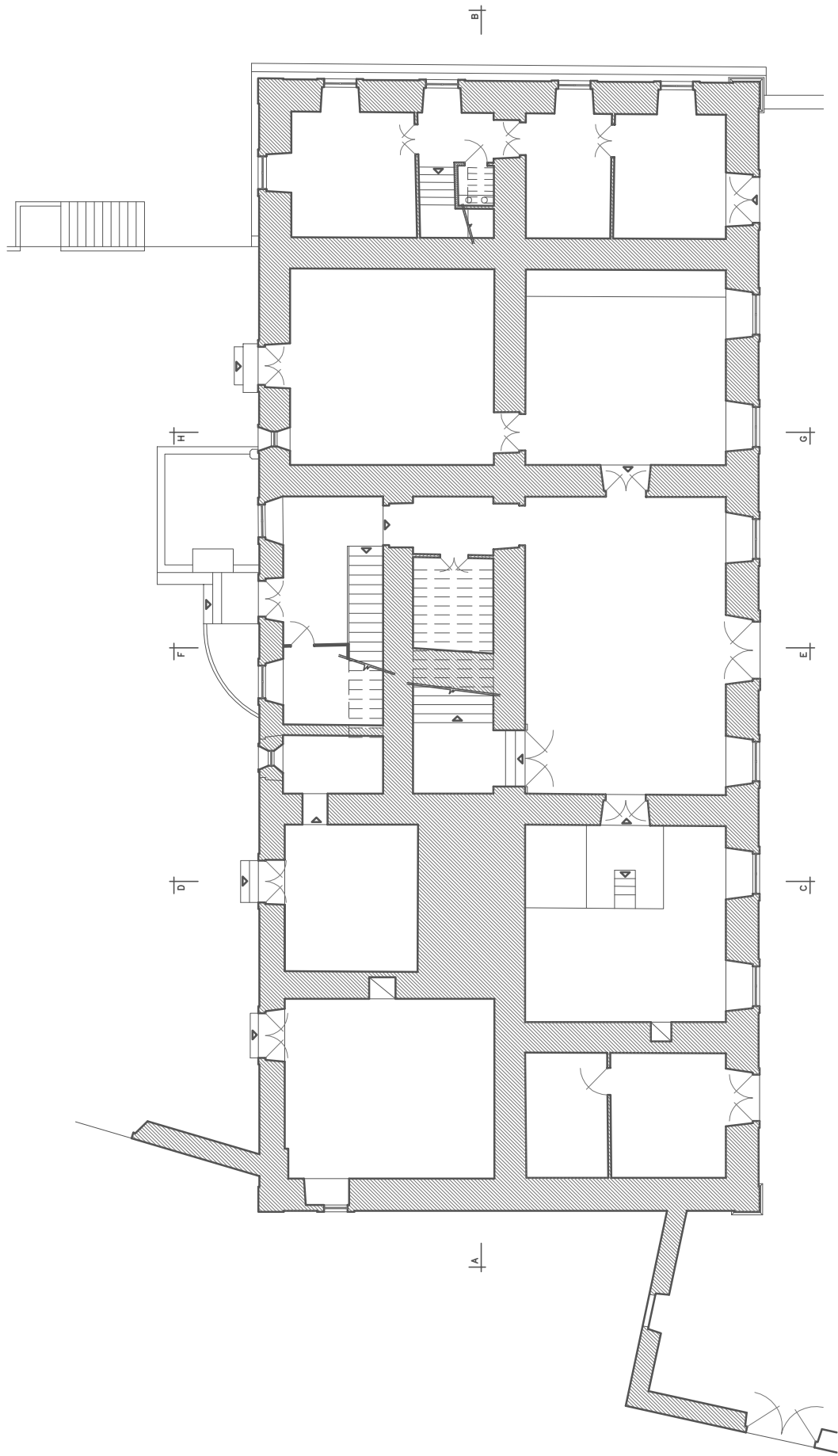
Assim, as peças desenhadas apresentadas de seguida, correspondem às plantas dos diversos pisos que compõem o Solar da Agrela, à escala 1/200, por uma questão de estrutura do trabalho, e sempre com orientação a Norte. São também apresentados os quatro alçados do edifício e duas secções, uma no sentido transversal e outra no sentido longitudinal, a igual escala das plantas arquitetónicas.





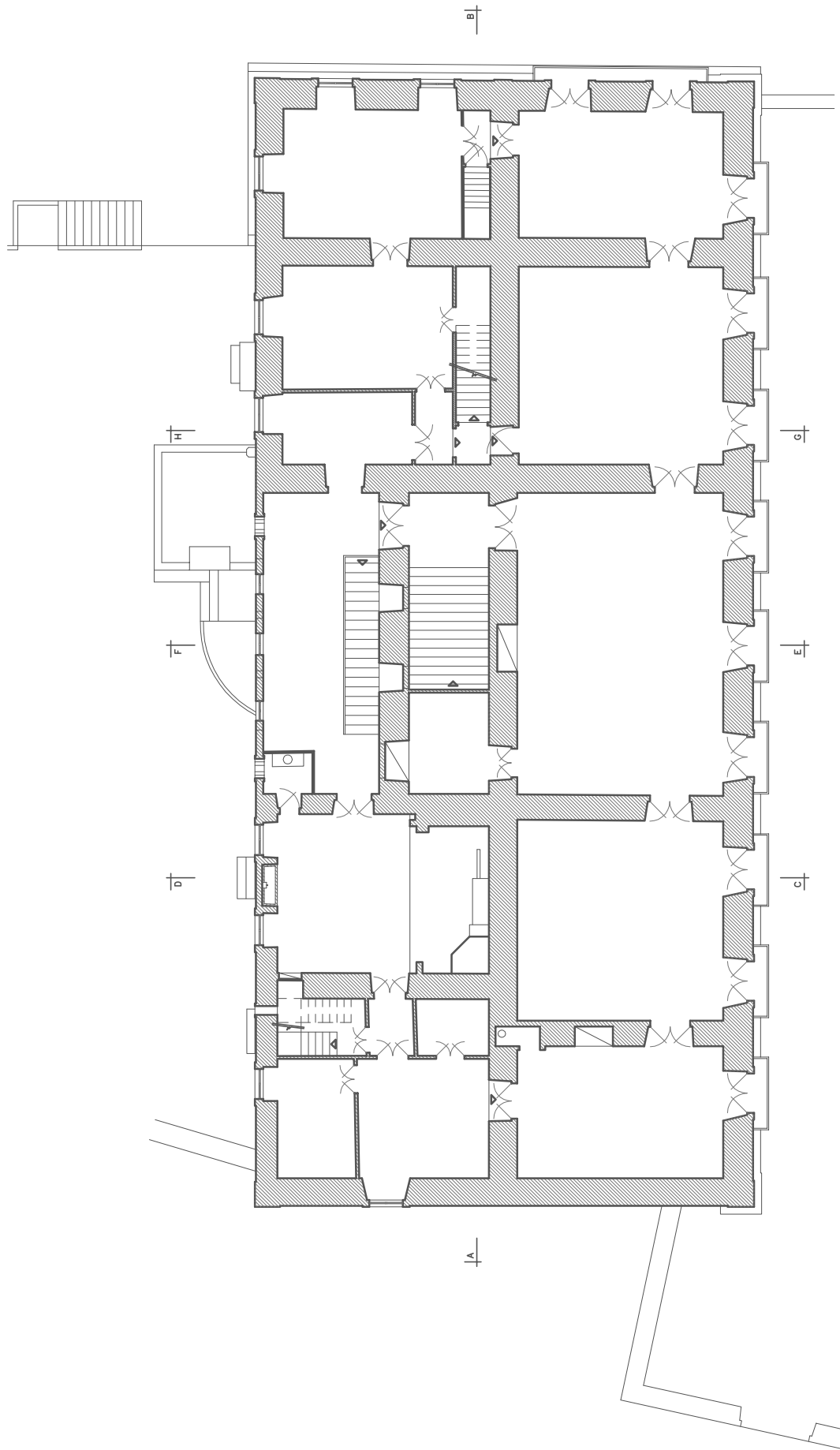
|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Fig. 33 - Levantamento Arquitetónico | 1/200   |
| Planta da cave                       |  |





|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Fig. 34 - Levantamento Arquitetónico | 1/200   |
| Planta do rés-do-chão                |  |

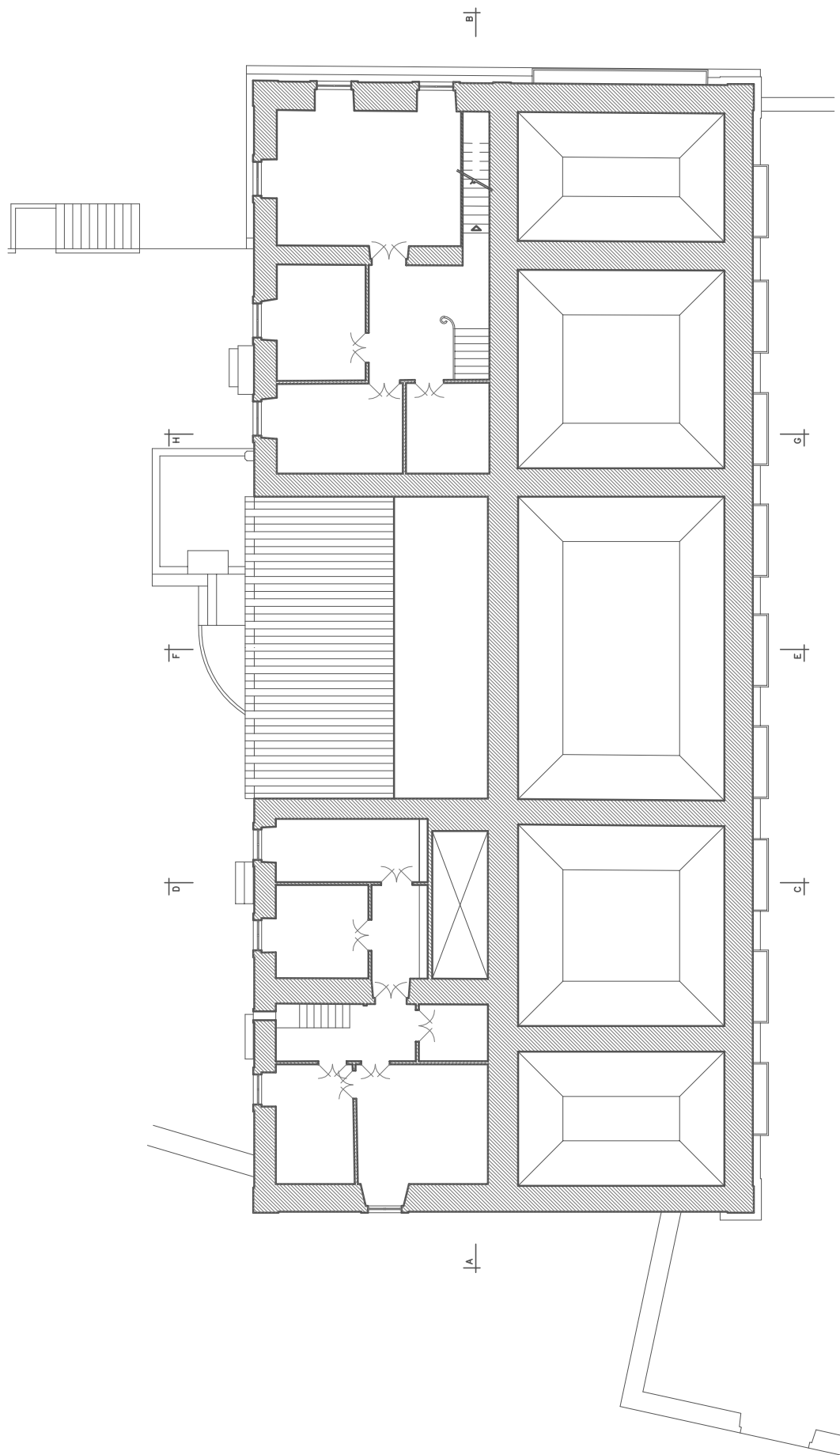




|   |   |
|---|---|
| <p>Fig. 35 - Levantamento Arquitetônico</p> | <p>1/200</p>  |
| <p>Planta do andar nobre</p>                |  |

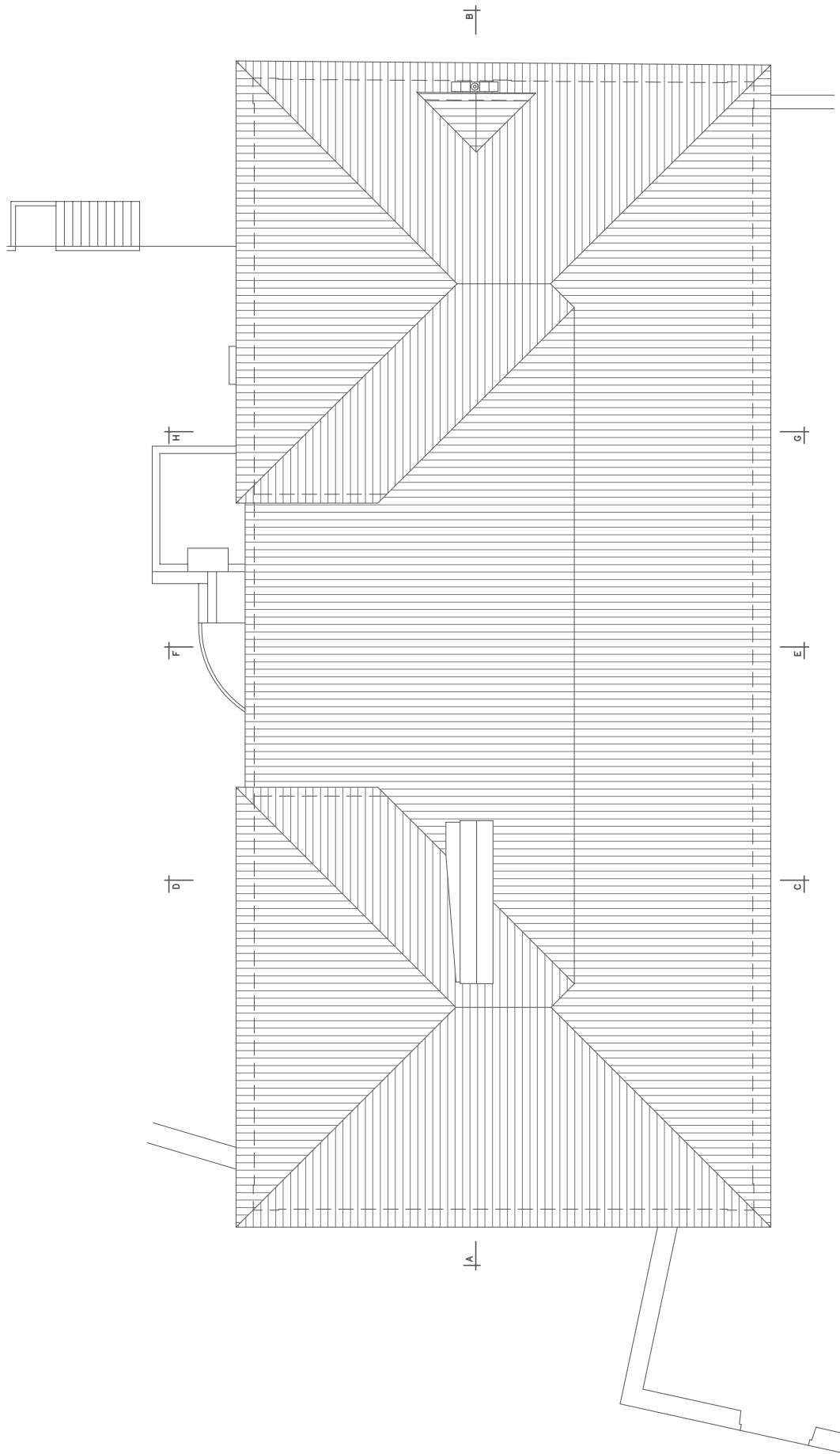







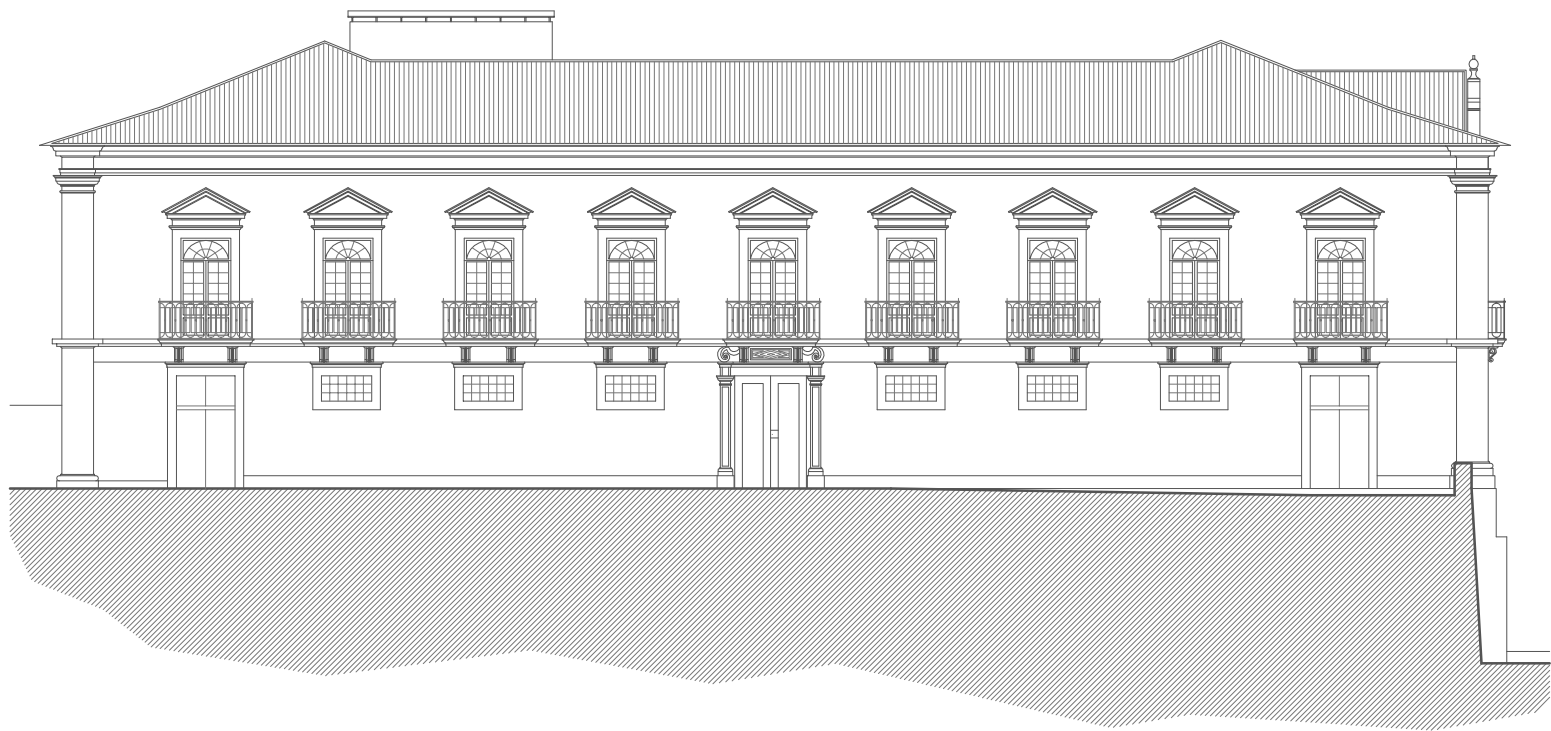
|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Fig. 36 - Levantamento Arquitetônico | 1/200   |
| Planta do terceiro piso              |  |





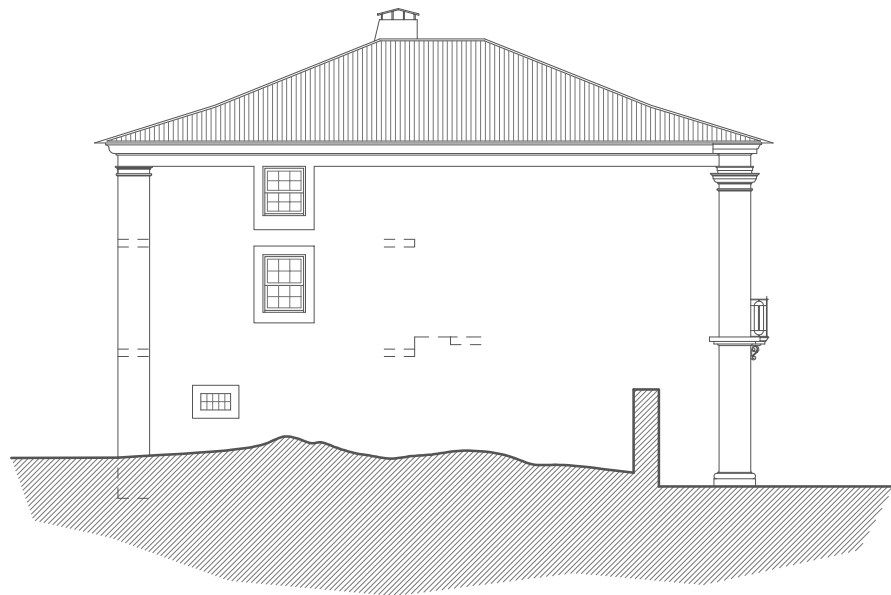
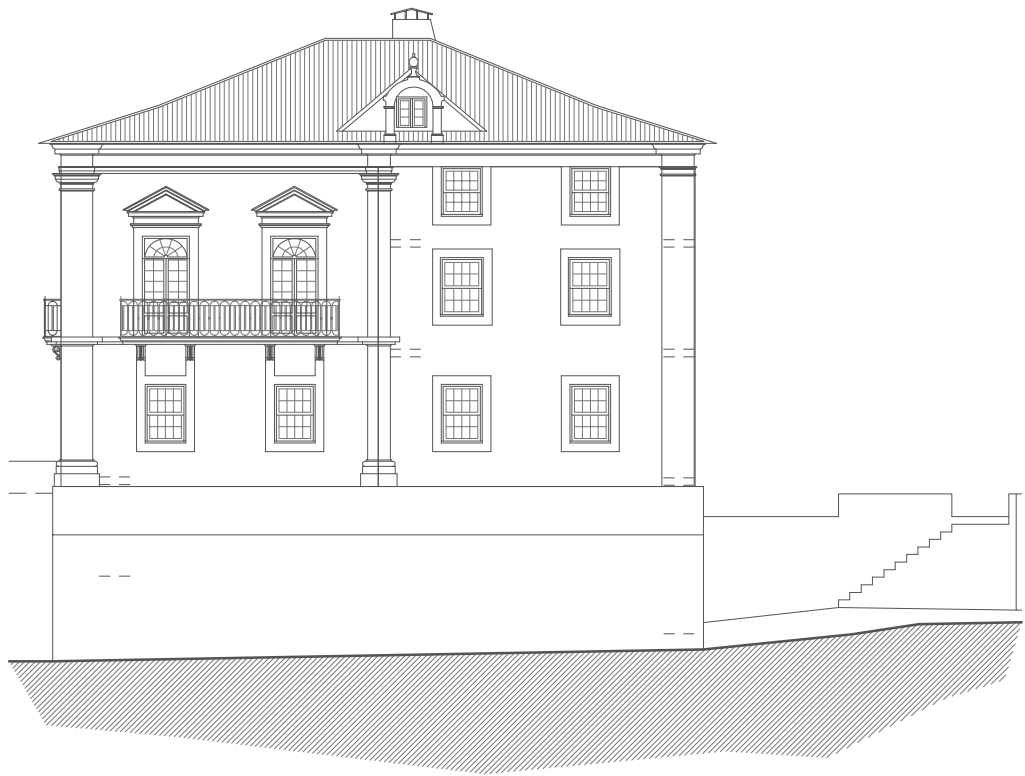
|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Fig. 37 - Levantamento Arquitetónico | 1/200   |
| Planta da cobertura                  |  |





|                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| Fig. 38 - Levantamento Arquitetónico | 1/200 |
| Alçado nascente/principal            |       |
| Alçado poente                        |       |

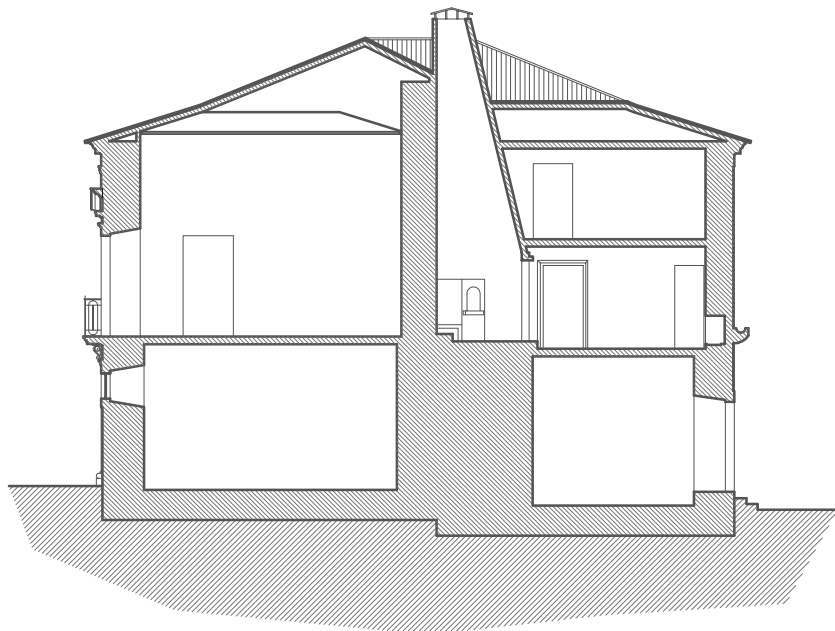
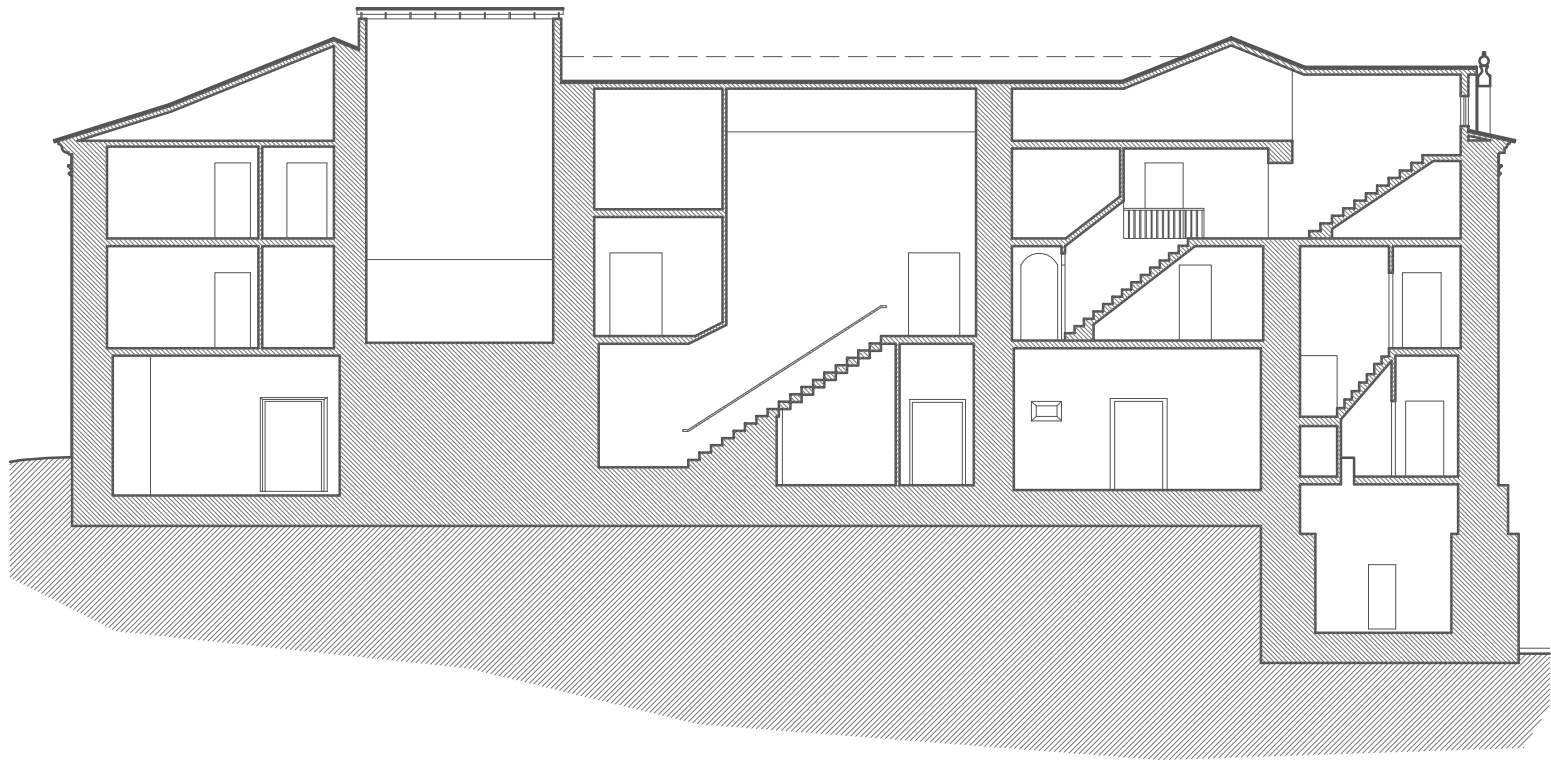




|                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| Fig. 39 - Levantamento Arquitetónico | 1/200 |
| Alçado norte                         |       |
| Alçado sul                           |       |

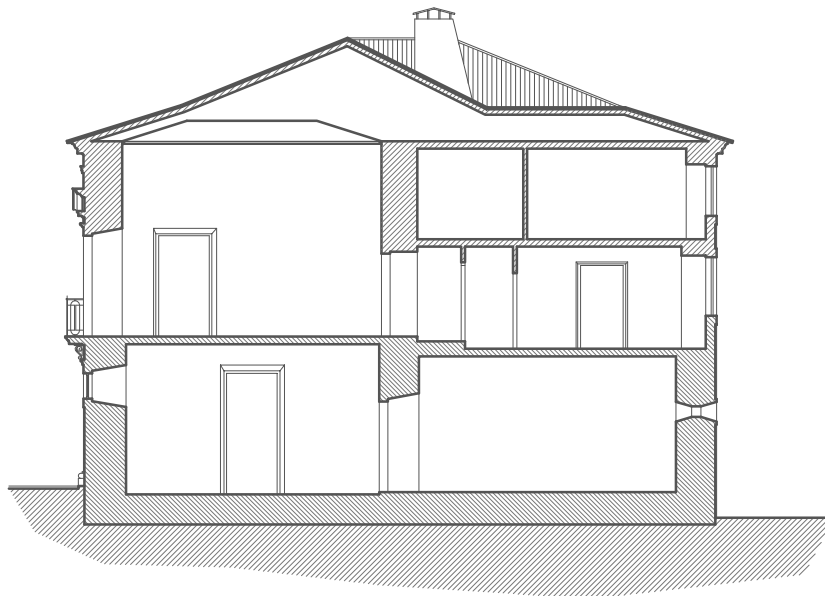
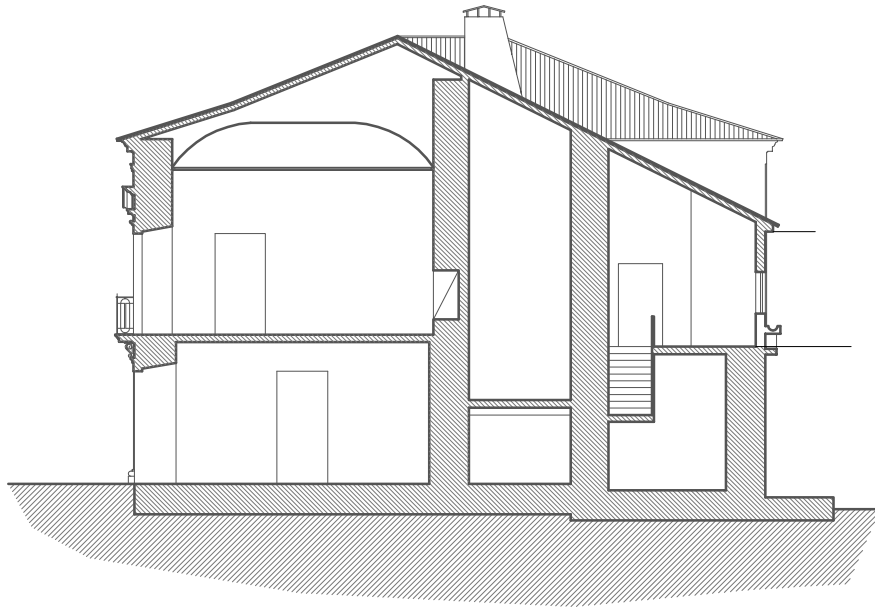






|                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| Fig. 40 - Levantamento Arquitetônico | 1/200 |
| Perfil A-B                           |       |
| Perfil C-D                           |       |





|                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| Fig. 41 - Levantamento Arquitetónico | 1/200 |
| Perfil E-F                           |       |
| Perfil G-H                           |       |



Fig. 42 Portal de entrada do Solar da Agrela.

Fig. 43 Escadaria nobre.

Fig. 44 Porta de acesso à escadaria nobre.

O Solar da Agrela apresenta-se num único volume, paralelepípedo, sob a forma de casa alongada, denotando uma implantação decorrente de um gesto único, concreto e preciso. Tal facto permite supor que o edifício, tal como hoje o encontramos, não terá sofrido alterações a nível volumétrico, isto é, não houve agregação ou desagregação de volumes, desde a sua construção inicial até ao presente, mantendo assim o seu aspeto.

O edifício é envolvido por quatro fachadas, das quais duas se evidenciam pelo seu desenho rigoroso e decoração (fachada norte e nascente), mostrando muito provavelmente pertencer à zona nobre do edifício. O alçado nascente assume o papel de fachada principal do edifício e é a partir desta que se faz acesso mais importante ao edifício.

A partir do jardim nobre, situado em frente à fachada principal do edifício, existem três pontos de transição do exterior para o interior do edifício ao nível do rés-do-chão, estando dois situados nas extremidades do frontispício e o terceiro, a entrada principal, situada a meio. Das três entradas apenas duas (assinaladas a vermelho na figura 45) permitem a ligação do piso térreo ao piso nobre, sendo elas a entrada situada na extrema-direita da fachada e a entrada principal. A entrada situada na extrema-esquerda apenas dá acesso a um espaço fechado, que possivelmente seria usado para animais, como se pode verificar na planta representada na figura 46.

A entrada principal diferencia-se das restantes pela sua decoração (fig.42). Ultrapassando-a, chega-se a um espaço amplo, que serve de distribuição a vários espaços ao nível térreo usados como locais de armazenamento e usos para a agricultura e para os animais, sendo também por este espaço a única forma de atravessar o edifício desde a parte social para a parte laboral da propriedade, onde o edifício funciona como uma barreira entre estas duas vivências, como já foi descrito no capítulo anterior. É também através desse espaço que se tem acesso à principal comunicação vertical do edifício, a grande escadaria (fig. 43), desde o qual se chega ao sobrado, ou andar principal. O acesso a esta escadaria diferencia-se dos demais não só pela largura superior da porta que lhe dá acesso desde o espaço de entrada, como também pela forma da mesma, que é encimada por um arco de volta perfeita (fig.44), indicando dessa forma o eventual percurso nobre do edifício aquando do seu funcionamento original.

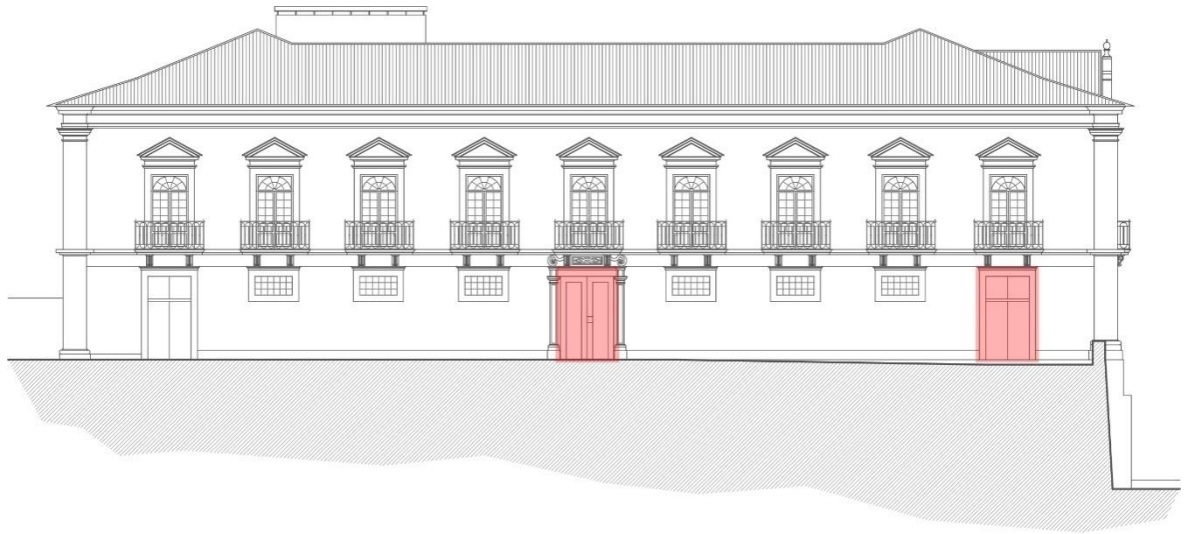


Fig. 45 Alçado nascente, principal (sem escala).

*A vermelho estão assinaladas as duas entradas através das quais é possível ter acesso ao piso nobre.*

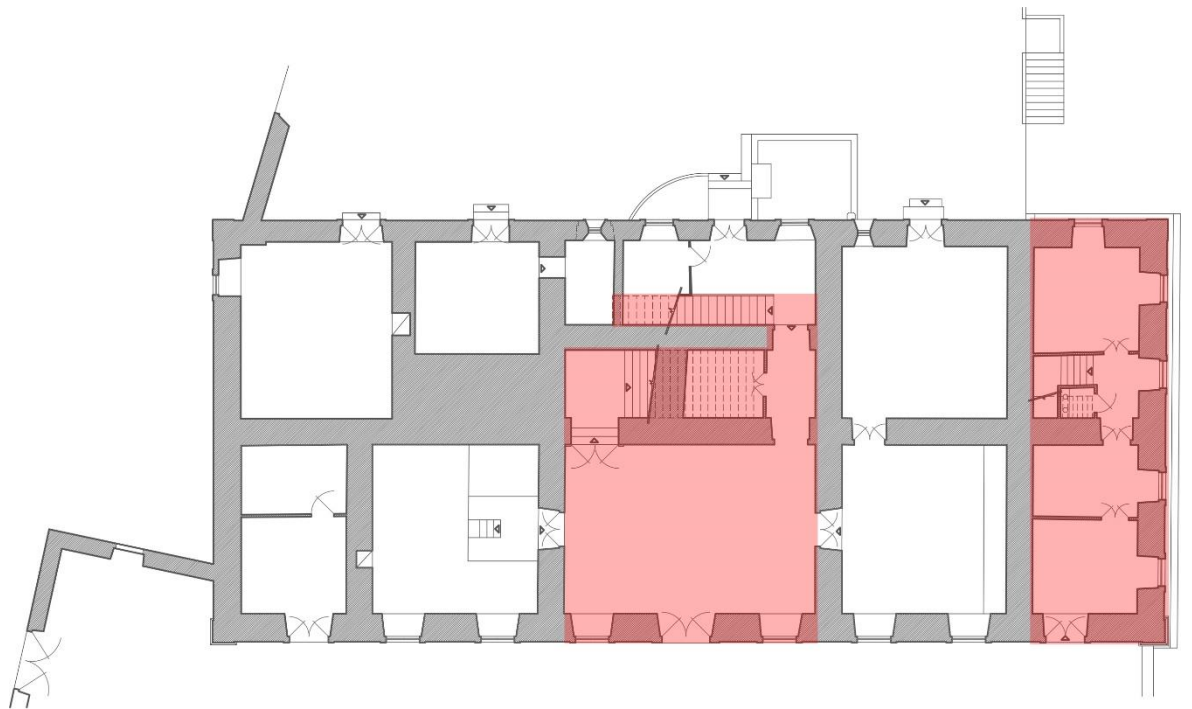


Fig. 46 Planta do rés-do-chão (sem escala).

*A vermelho estão assinaladas as zonas através das quais é possível ter acesso ao piso nobre.*

A entrada situada mais à direita do edifício apenas dá acesso a uma parte do rés-do-chão, que não comunica com o núcleo central, como se pode verificar na planta representada na figura 46. Dividido em quatro espaços consecutivos, este espaço possui outro ponto de acesso vertical ao piso nobre. Apesar de periféricos e de uso mais privado, constituem uma alternativa de acesso ao piso principal do edifício sem passar pelos principais espaços centrais do edifício.

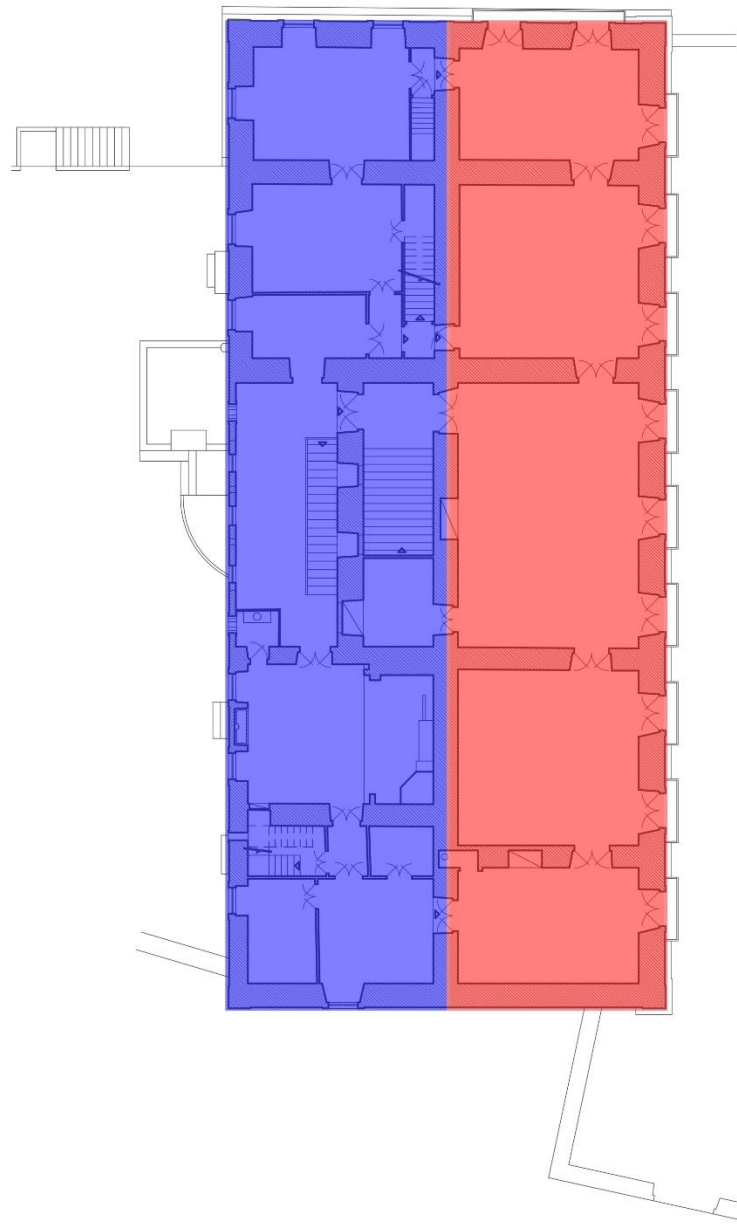


Fig. 47 Planta do piso nobre (sem escala)

A vermelho – área nobre

A azul – área privada



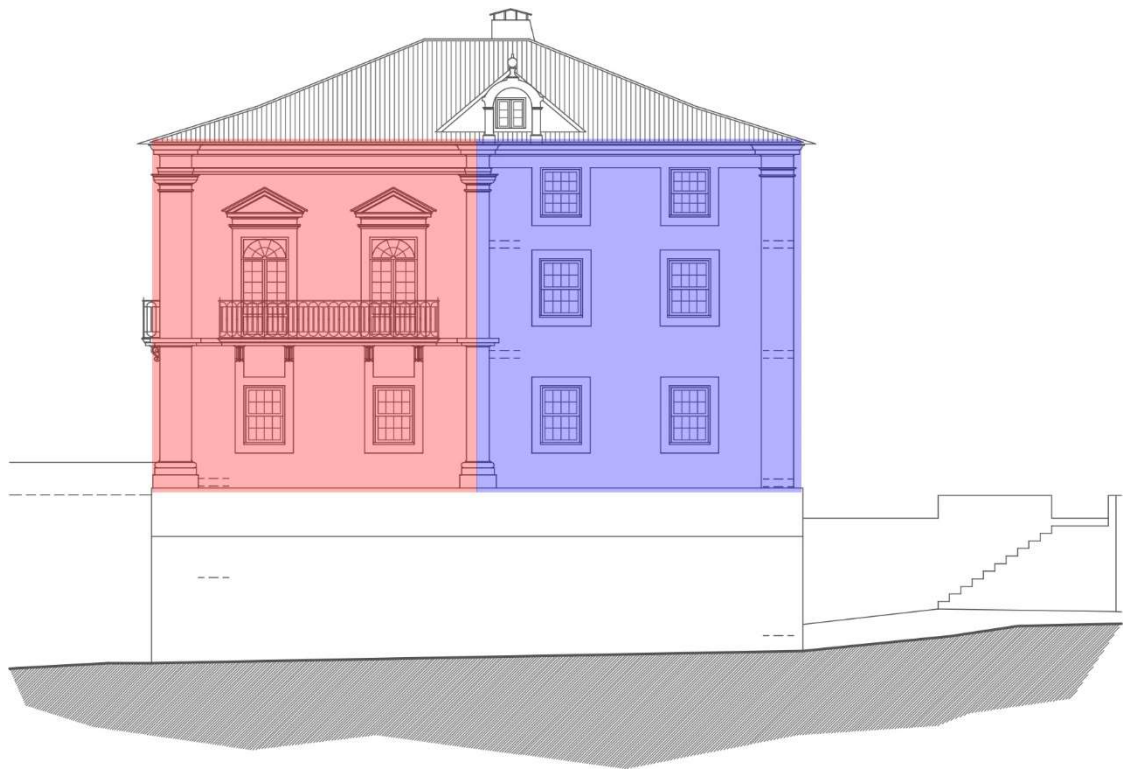
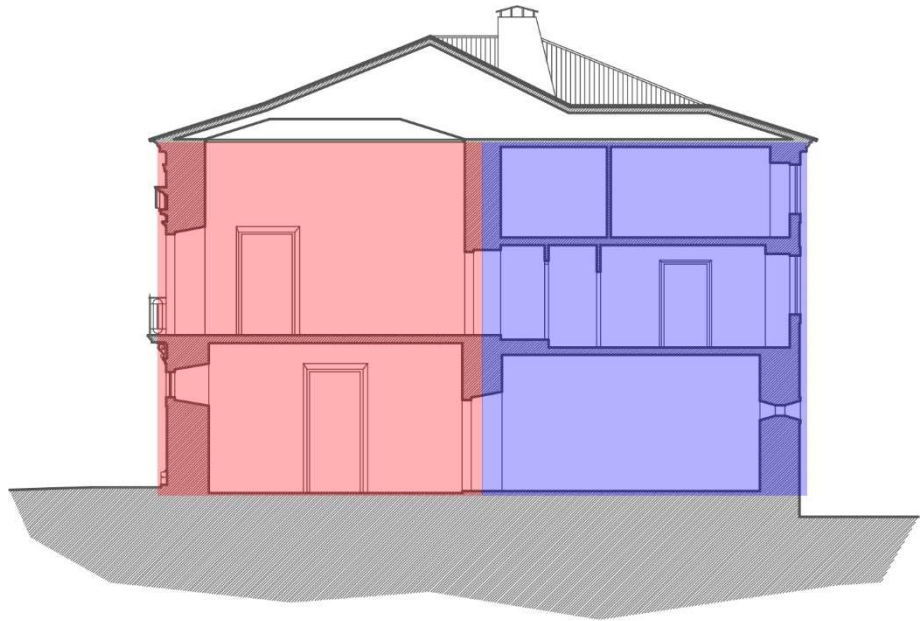


Fig. 48 Perfil do edifício (sem escala)

Fig. 49 Alçado Norte do edifício (sem escala)



No piso nobre é possível distinguir duas áreas distintas: uma área nobre/social, e uma área mais privada/laboral, visível na figura 47.

A área social é composta por cinco salões dispostos de forma consecutiva e ligados entre si, ocupando a metade nascente do edifício. Esta área social facilmente se diferencia da restante área mais privada por vários fatores. Em primeiro lugar pelas suas dimensões e configuração, sendo estas maiores que as restantes do edifício e formando espaços amplos e livres. Em segundo lugar pelo seu pé-direito duplo. Em terceiro lugar pela decoração e requinte que estes espaços possuem, havendo pinturas nas paredes e os tetos em masseira com talha dourada. Outra das características destes espaços é o facto de todos eles terem contacto com o exterior através de janelas de sacada, transportando desta forma a nobreza dos espaços interiores para o desenho da fachada.

Na metade poente deste andar encontra-se a área mais privada/laboral do edifício. Caracteriza-se por espaços mais compartimentados, com menor preocupação com a decoração e de pé-direito menor. É nesta área que estão situadas todas as comunicações verticais do edifício, mesmo aquelas que pertencem ao percurso principal.

Analisando um perfil do edifício (Fig.48), para este piso percebemos também que o pé-direito da zona nobre, corresponde a dois níveis na zona mais privada, fazendo assim com que metade do edifício possua dois andares (zona nobre) e outra metade três (zona privada). Esta diferença no número de pisos e das duas áreas distintas do edifício é transportada para o desenho da fachada norte do edifício (Fig. 49), onde é possível ver que metade da fachada possui apenas dois pisos desde a cota de entrada, com maior requinte no tratamento dos vãos, correspondendo esta à zona nobre, e a outra metade, com três pisos desde a cota de entrada e com vãos menos decorados.



Fig. 50 Vista de parte da estrutura dos pisos

Fig. 51 Vista de parte da estrutura dos tetos.

Fig. 52 Estrutura das paredes interiores.

A nível estrutural, o edifício é construído com base num sistema tradicional autoportante, muito utilizado na época, que consiste em paredes estruturais em alvenaria de pedra, onde posteriormente assentam as vigas de madeira e conseqüentemente os barrotes que suportam o soalho dos pisos. O mesmo sistema é usado para a construção da cobertura, onde as telhas são assentes sob ripas de madeira. As paredes divisórias interiores são feitas em tabique. As circulações verticais são feitas em madeira, com exceção da escadaria principal, feita em pedra.

Assim, desta forma, a estrutura do Solar da Agrela é bastante fácil de identificar. Além das quatro paredes exteriores, as fachadas, existem mais dez paredes que formam a estrutura vertical do edifício em alvenaria de pedra, sendo duas delas no sentido longitudinal do edifício, e as restantes no sentido transversal, garantindo assim o travamento. Nas plantas representadas de seguida, podemos facilmente identificar e perceber como se posicionam as paredes em alvenaria de pedra que formam a estrutura vertical nos diferentes pisos.

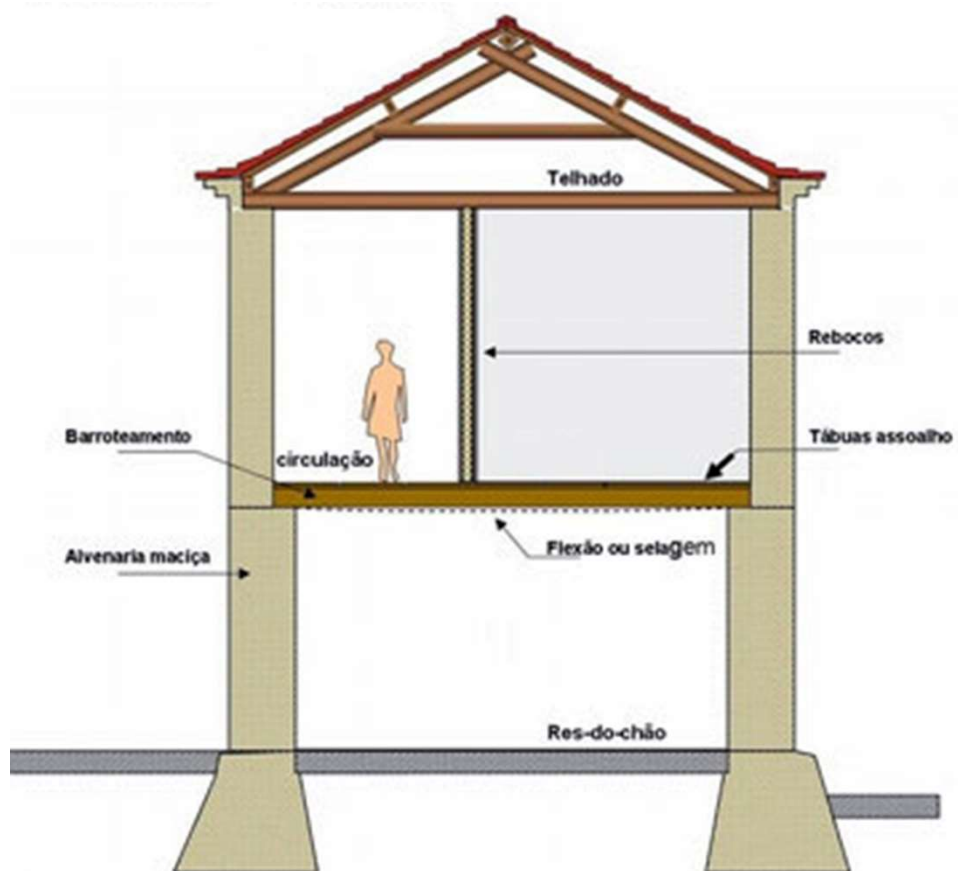
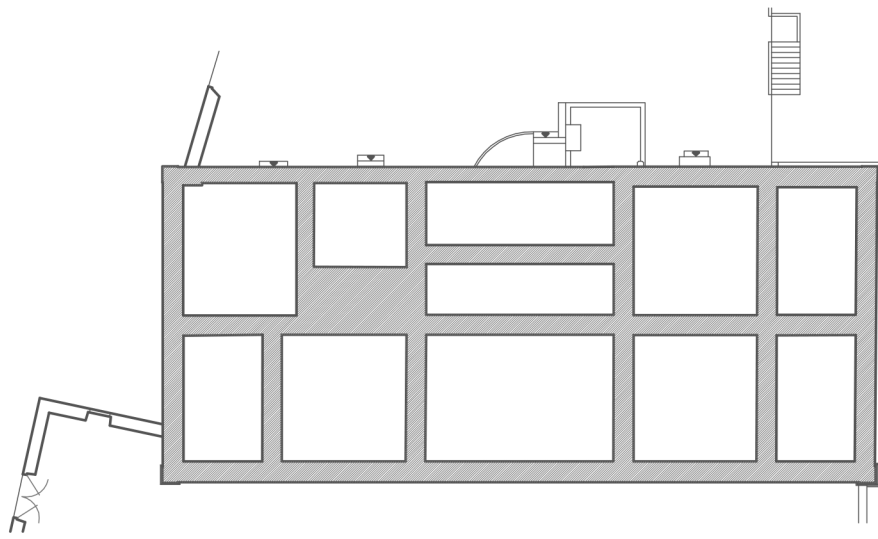


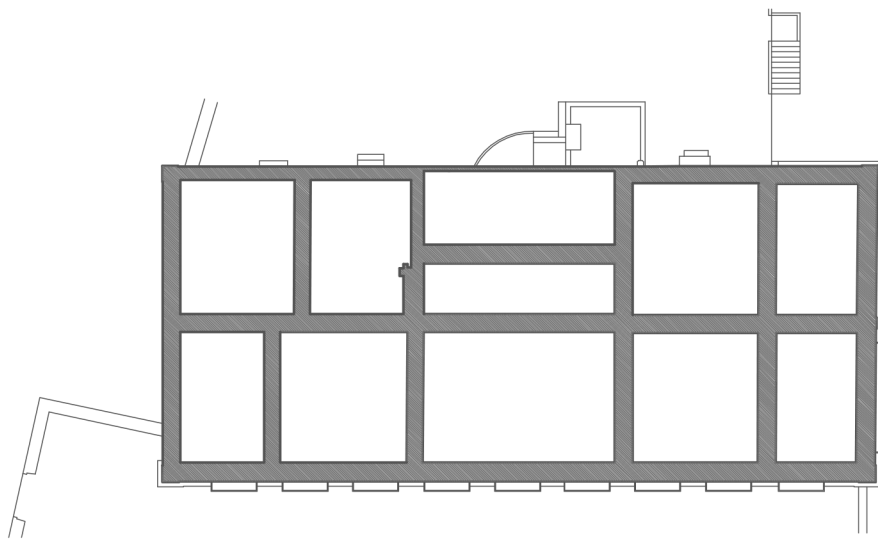
Fig. 53 Esquema básico do funcionamento estrutural.

Editado. <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/o-convento-franciscano/as-caracteristicas-da-construcao.html>>.

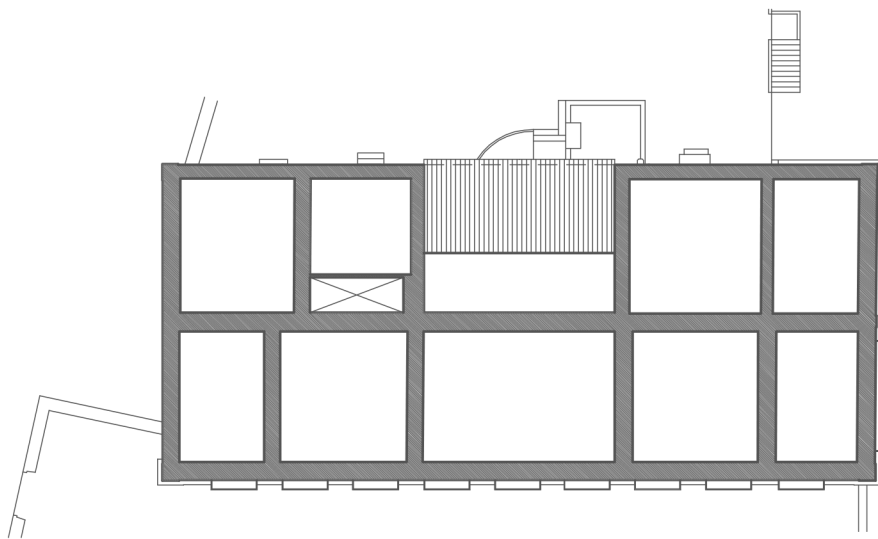
Acesso em 10 de Novembro de 2016.



PAREDES ESTRUTURAIS DO RÉS-DO-CHÃO  
sem escala



PAREDES ESTRUTURAIS DO 1º PISO  
sem escala



PAREDES ESTRUTURAIS DO 2º PISO  
sem escala





PARTE II | **DO CONHECIMENTO À ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO:**



**O EDIFÍCIO:**



Durante a investigação relativa ao objeto arquitetônico em questão, mais concretamente na fase inicial de procura de possível documentação existente e de realização do levantamento métrico e fotográfico do edificado, houve uma tentativa de registar possíveis alterações que poderão ter ocorrido ao longo dos tempos. Contudo, a inexistência de documentos históricos que registassem ou pudessem sugerir modificações do modelo que hoje encontramos com o que seria o inicial, apenas permite lançar pistas e especular sobre as mesmas, com base numa observação e numa análise daquilo que o objeto reflete.

Este capítulo será assim de dúvidas e incertezas quanto ao passado do Solar da Agrela. Serão apontadas possíveis modificações no edificado, sem documentos que as comprovem, contribuindo assim este trabalho com informação original que possa vir a ser extremamente útil em pesquisas futuras, sendo dessa forma uma base de trabalho. É importante que as questões que serão abordadas adiante se mantenham como dúvidas.

Numa possível intervenção futura, é crucial que o arquiteto compreenda o objeto e o conheça, não apenas como ele se apresenta nos dias de hoje, mas também as diferentes fases que este possa ter tido. Só assim é possível manter a identidade do mesmo, as suas características, respeitar o seu desenho e a sua expressão, mantendo-o autêntico.

Desta forma, com base nas alterações detetadas, foram identificadas, essencialmente, duas fases distintas do objeto. A primeira fase corresponde ao que seria o edifício original. A segunda fase diz respeito então à introdução das alterações no edificado, levando o edifício ao que hoje encontramos. É importante referir que, mais uma vez, devido à carência de documentos e à impossibilidade de datar as alterações encontradas, todas as alterações serão apresentadas como sendo de uma segunda fase, correspondendo assim ao modelo atual.

Cada uma das fases divide-se em três momentos distintos. Um primeiro momento destina-se à interpretação do edificado, seguindo-se uma reconstituição da fase em questão e, por último, uma análise aos percursos dentro da Casa em relação às duas classes que normalmente a habitavam: a classe nobre (proprietários) e a classe trabalhadora (empregados). A questão dos percursos internos é importante, pois com algumas das modificações esses mesmos percursos também foram alterados, modificando assim as vivências do Solar.

Por fim, será feita ainda uma análise às geometrias do edifício, com especial foco no frontispício, tentando assim estabelecer algumas relações de composição que possam estar



na origem do seu desenho. Como as alterações detetadas são essencialmente internas, e as que não o são não tem impacto na fachada nobre, esta análise é em relação ao que encontramos hoje que, provavelmente, é o desenho inicial da mesma, não havendo assim necessidade de fazer uma diferenciação nas distintas fases.



Fig. 54 Vista dos blocos utilizados para o encerramento dos vãos da loggia

Fig. 55 Nova escada incorporada



## Fase 1

Como já foi referido previamente no preâmbulo, a primeira fase do Solar da Agrela corresponde ao que seria o modelo inicial do edifício, a sua génese.

A identificação de possíveis alterações na morfologia do edifício realizou-se principalmente através de uma análise dos materiais que compõe o mesmo. O avançado estado de degradação da Casa é uma questão preocupante tendo em conta o valor patrimonial que este exemplar possui mas, em contrapartida, permite também uma observação mais atenta e pormenorizada do edificado.

Começando pela análise da fachada poente, desde logo se destaca a utilização de blocos de cimento para o enchimento de uns vãos na zona central do piso principal. Esses vãos eram conformados por três arcos duplos apoiados apenas em duas colunas (Fig. 54 e 57). Especula-se portanto, que estaríamos perante uma loggia, encerrada provavelmente no decorrer do século XX, tendo em conta o material utilizado. De facto, a presença dessa mesma loggia dava um maior requinte ao desenho da fachada poente, aquela que se apresenta mais rural, desprovida de elementos decorativos com aqueles que caracterizam o frontispício. Situada na zona central da fachada, esta fazia uma quebra na volumetria do edifício, tornando esta zona central apenas com dois pisos e um longo telhado de uma só água a cobri-la. Esta quebra volumétrica por sua vez realça a volumetria das alas dos quartos que se situam num terceiro piso e se dispõem nas laterais dessa mesma varanda, formando uma espécie de duas torres. Estando esta varanda situada já na zona rural da Casa, não deixava de ser um espaço com um carácter mais nobre, de onde se podia usufruir de uma paisagem diferente daquela que os salões nobres permitiam. Embora de decoração mais pobre que a restante zona social, também aqui podemos encontrar dois pormenores que tornavam este espaço mais gracioso. O primeiro tem a ver, como já foi dito, com a presença de três arcos duplos, apenas apoiados em dois pilares, não havendo nenhum ponto de apoio entre os dois arcos, e que emolduravam a paisagem. Embora preenchidos com blocos de cimento, ainda é possível distingui-los. O segundo pormenor é a presença de uma fonte de água posicionada sob os arcos, de forma simétrica ao comprimento da varanda. A água que lá chegava provinha da recolha de águas que era feita pelo muro limite da propriedade e conduzida até um elemento de pedra “colado” à fachada, que servia como uma espécie de caleiro, tema já abordado na primeira parte. Também neste espaço é ainda possível visualizar partes de paredes pintadas.



Esta terá sido a alteração mais significativa que o edifício sofreu. Não apenas pelo encerramento da loggia, que tornou aquele espaço como sendo interior, mas também pelas alterações que se seguem e se supõe que desta tiveram efeito, não havendo no entanto uma ordem de acontecimento.

A primeira diz respeito também ao encerramento de vãos mas, desta vez, na parede que faz a divisão da escadaria nobre para a loggia. Existiam três vãos de janela com moldura em pedra, que permitiam a entrada de luz natural para a grande escadaria e para um espaço adjacente ao salão nobre principal, que se situava por cima do patamar térreo dessa escadaria e que hoje já não existe. Com a transformação da varanda para espaço interno, apenas ficaram três janelas que permitiam a entrada de luz, reduzindo assim a quantidade da mesma que atingia a parede oposta à fachada, tornando desnecessária a existência das janelas para a escadaria. No entanto, as molduras das janelas ainda sobressaem na parede pelo lado da loggia, sendo que pelo lado da escada nobre a parede foi totalmente rebocada e decorada com pinturas.

A segunda alteração detetada refere-se à incorporação de um novo acesso vertical na loggia, uma escada, ligando este piso ao térreo (Fig. 55). A forma como esta está construída, um pouco tosca e com vários elementos da estrutura que não seguem a lógica do edifício, sugere que esta não foi pensada no projeto inicial. Na parede de alvenaria onde esta se encosta é possível ver ainda um buraco onde provavelmente apoiava uma viga de madeira que suportava o piso em toda a largura da varanda. Ao nível do rés-do-chão, parece ter resultado também a fragmentação do espaço onde a escada se encontra, acrescentando um parede em alvenaria, onde apoiava o topo da escada, e ainda uma divisão em tábuas de madeira. Esta última claramente não pertence aquele espaço, sendo que nem é rematada no seu topo. A criação da nova parede no piso térreo terá levado também ao encerramento de uma das portas que fazia a comunicação deste espaço com o exterior, onde é visível ainda na fachada a sua moldura, ficando apenas uma pequena janela no seu lugar.

A terceira alteração relacionada com o encerramento da varanda prende-se com a criação de um pequeno espaço, na área da varanda, mas que não comunica com esta, mas sim com a cozinha (Fig. 57). Consequência deste acrescento será também o vão que faz a ligação entre este e a cozinha, pois de outra forma seria desnecessária a sua existência. Este espaço era provável que fosse uma instalação sanitária, embora de reduzidas dimensões.



Fig. 56 Vista da estrutura da suposta claraboia.

Fig. 57 Vista do novo acréscimo na loggia, assim como parte dos vãos encerrados à esquerda

Assim, deduz-se que estas três alterações referidas tenham resultado do encerramento da varanda, estando todas elas diretamente ligadas e, provavelmente, executadas na mesma altura, já no século XX. Estas alterações podem estar relacionadas com a mudança de proprietários no início do século XX, quando o Solar da Agrela deixa de pertencer à família inicial.

Foram ainda identificadas outras duas modificações no edifício, embora com menos impacto que as anteriores, mas contudo de algum interesse.

A primeira situa-se no salão principal do piso nobre. Encastrado na parede que separa o salão da escadaria principal, onde hoje existe um móvel em madeira, anteriormente seria um fogão de sala, não se sabendo ao certo em que altura esta modificação terá ocorrido. Devido ao estado de degradação do referido móvel, foi possível obter uma fotografia do que seria a abertura para a extração do fumo para o exterior. Relacionado com este facto estará também a eliminação da respetiva chaminé no exterior do edificado.

A outra alteração detetada está relacionada com a possível existência de uma claraboia na escadaria nobre. Mais uma vez, o estado de degradação visível em algumas zonas do edifício, permite identificar possíveis modificações ocorridas. Neste caso, parte do teto da escadaria nobre já ruiu e como tal permite observar a estrutura que o compõe. Assim, como se pode ver na figura 56, verificamos que uma das estruturas de madeira que suporta o teto adquire uma forma curva, aproximando-se de meia circunferência, ficando a sensação de que outrora seria uma abertura no teto, onde de seguida existiria uma claraboia no telhado. Contudo, de todas as alterações anteriormente identificadas, esta será aquela com menos certezas, sendo apenas uma especulação resultante da observação do que existe atualmente. De fato, nos exemplares que adotam a escadaria nobre no interior do edificado, é comum a presença de luz natural na mesma, normalmente através de claraboias, sendo que essa escadaria é um elemento de grande importância no desenho do espaço interior, atribuindo assim uma maior beleza e requinte ao momento de transição até ao andar nobre. Neste caso em concreto, já foi referido que foram encerradas janelas que permitiam essa mesma entrada de luz através da loggia, ficando assim a dúvida se realmente terá existido ou não uma claraboia.



É natural que tenham ocorrido mais alterações ao longo dos anos, pois o edifício teve de responder às necessidades de cada época e adaptar-se. Contudo, estas foram as únicas que foram possíveis de identificar, sendo que a existirem mais, estariam relacionadas com a fragmentação e divisão dos espaços interiores.

Também importante é observar que a maioria das alterações ocorreram ao nível do piso nobre, demonstrando uma vez mais a importância que este tinha na vida familiar e que necessitava de ser adaptado às necessidades que existiam. No piso térreo apenas uma alteração foi detetada e que está diretamente ligada às modificações ocorridas no sobrado. Nos restantes espaços, talvez por serem espaços essencialmente de lavoura não foram identificadas mais alterações.



Fig. 58 Reconstituição 3D da fachada poente.



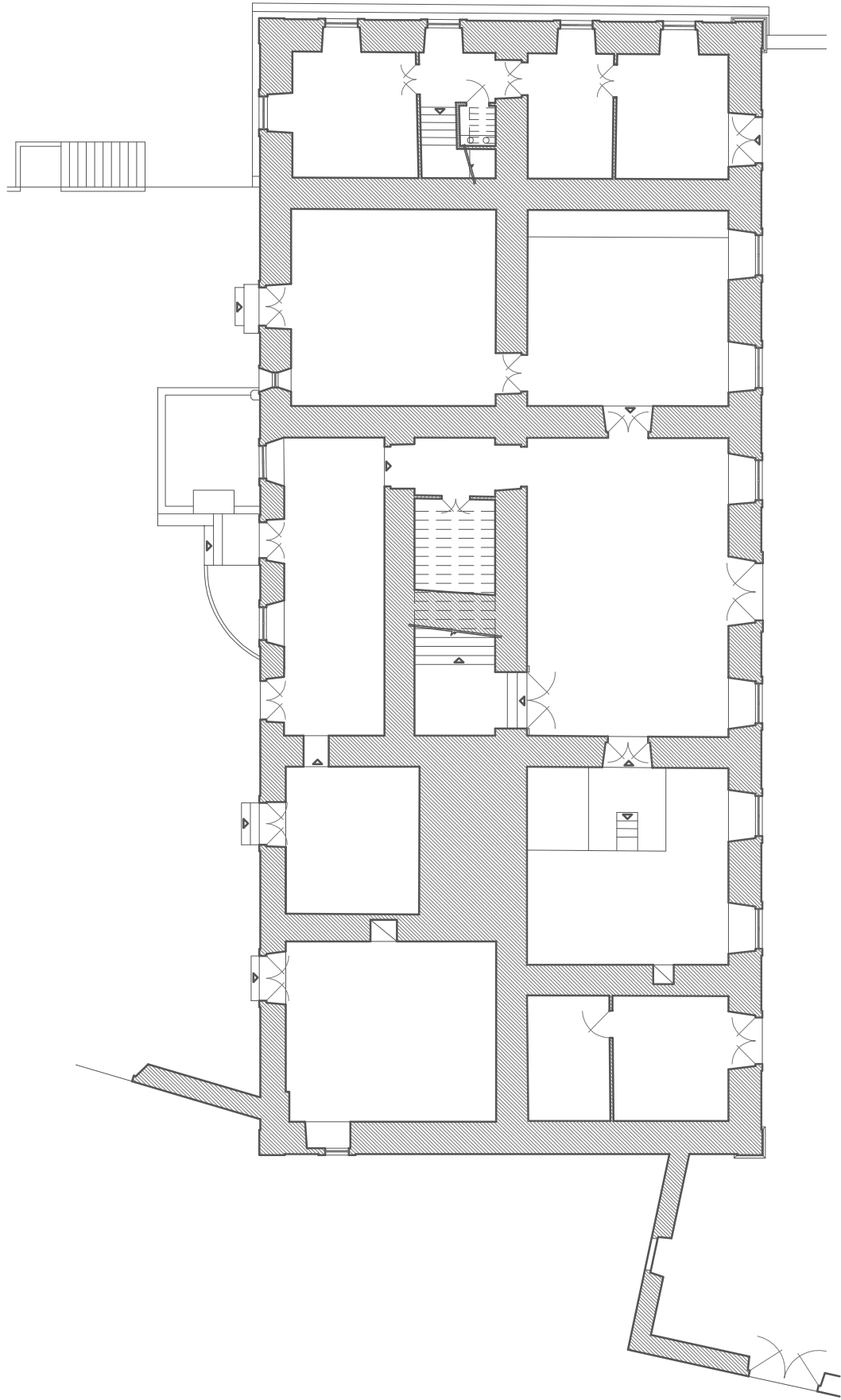


Fig. 60 - Desenho Arquitetónico

Reconstituição da planta do rés-do-chão

1/200





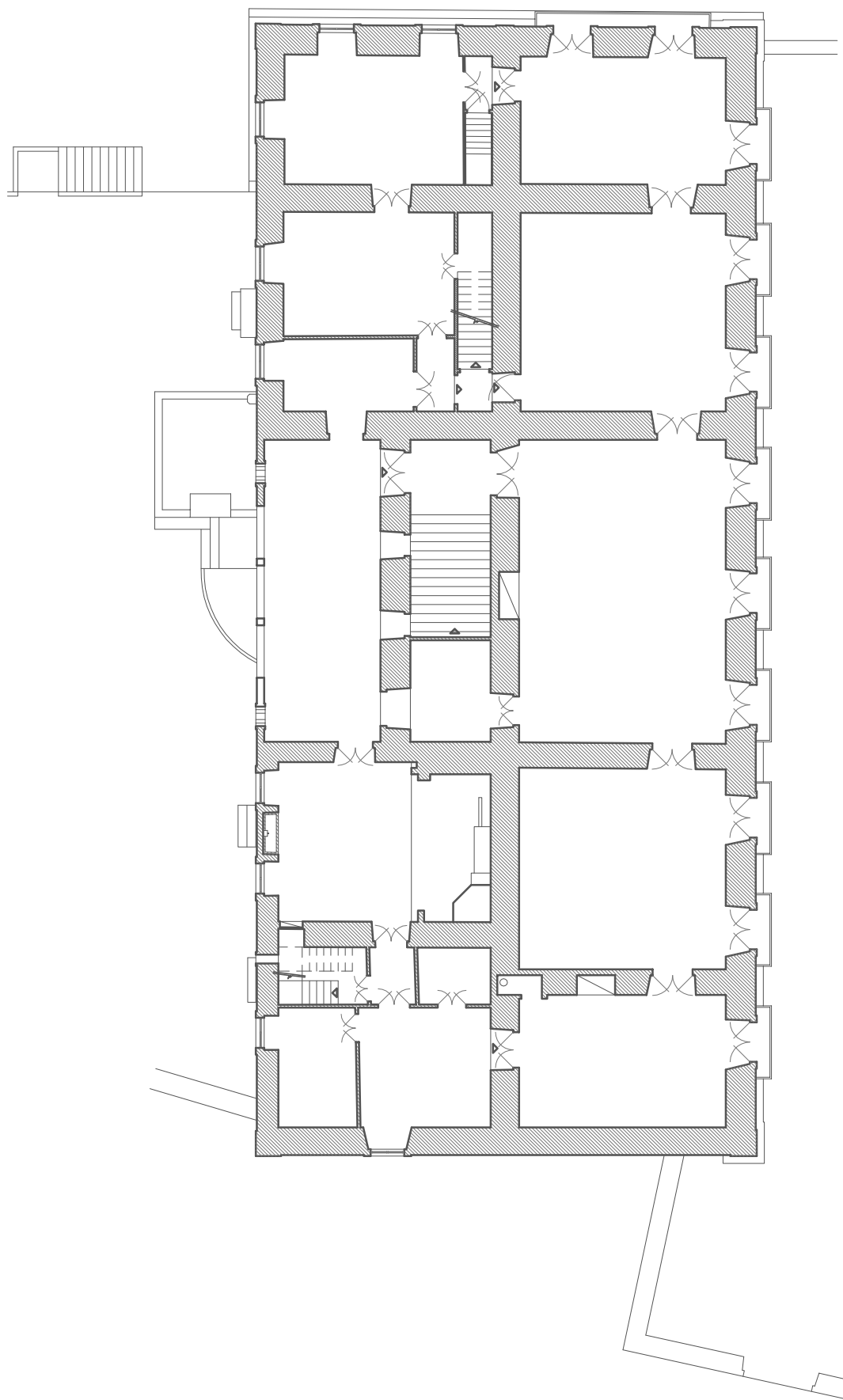


Fig. 61 - Desenho Arquitetónico

Reconstituição da planta do andar nobre

1/200







|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Fig. 62 - Desenho Arquitetónico | 1/200 |
| Reconstituição do alçado poente |       |



As alterações efetuadas no edificado, além de alterarem a morfologia do Solar, introduziram também alterações ao nível dos percursos e da mobilidade no seu interior por parte das classes sociais que o habitavam.

Se excluirmos a escada localizada nos espaços mais a norte do piso térreo, que apenas seria para uso dos proprietários, é interessante, e ao mesmo tempo curioso, observarmos que no seu início a Casa possuía apenas um acesso ao piso nobre, a escadaria principal, e que seria usada tanto pela classe nobre (proprietários e convidados), como pela classe trabalhadora (criados), havendo assim uma mistura de estratos sociais nas circulações do edifício. Tendo em conta que no século da provável construção do edifício, século XVIII, havia uma distinção muito vincada no que diz respeito às classes sociais, era natural que fossem criados dois percursos distintos e independentes no desenho inicial do edifício, proporcionando assim a existência de um para a nobreza e outro para os empregados, como era comum nos edifícios da época.

Assim, a classe nobre acedia à Casa através da porta principal, estando de imediato no átrio de entrada, seguindo então para a escadaria nobre e posteriormente para a ala dos salões nobres ou para a loggia, enquanto os criados usariam uma das entradas localizadas na fachada oposta do edifício, a fachada poente, seguindo depois até ao átrio e conseqüentemente para a escadaria nobre. Uma vez chegados ao sobrado, os criados teriam de usar a loggia para chegarem à área da cozinha e desde aí aos restantes espaços a si destinados. Como se pode ver na figura 62, apenas uma pequena área do sobrado e a correspondente no terceiro piso seriam destinadas aos empregados, sendo a restante destinada aos proprietários. Existiria portanto uma diferenciação de classes na organização espacial do edifício mas o mesmo não acontecia no percurso principal até se chegar ao piso nobre, sendo o átrio de entrada no piso térreo e escadaria principal um ponto de contacto entre estas duas classes.

Desde a área destinada aos trabalhadores, estes teriam acesso direto a um espaço situado já na parte nobre, o salão situado mais a sul, que provavelmente serviria de apoio à sala de jantar, que se especula que fosse o salão imediatamente a seguir. Se analisarmos a planta do andar nobre da Casa do Terreiro, em Arcos de Valdevez (Fig.69), reparámos que a organização espacial é semelhante à Agrela, onde os dois salões situados nas laterais eram destinados “a sala de jantar e quarto”.

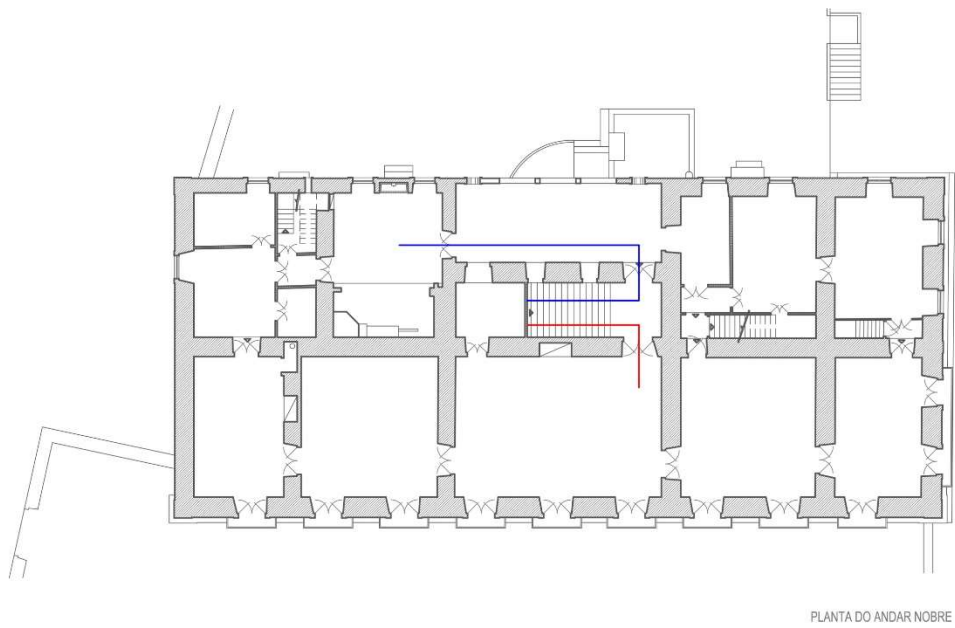
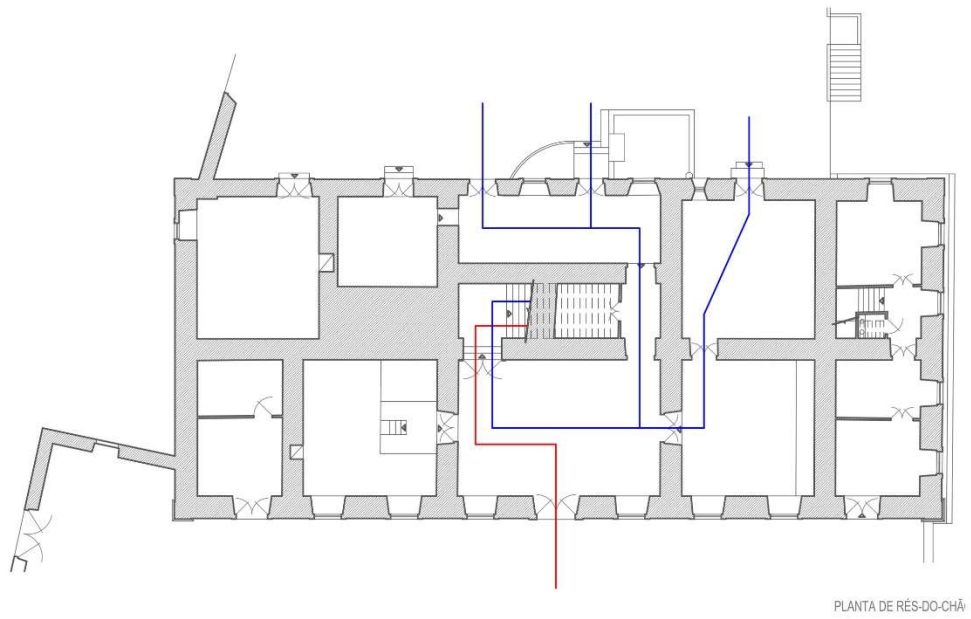


Fig. 62 Indicação dos percursos (Fase1).

A vermelho o percurso nobre e a azul o percurso dos criados.



Porém no Solar da Agrela, devido à reduzida largura dos salões laterais (no máximo cerca de 2,25 metros), tanto a sala de jantar como o quarto nobre não se localizariam aí. Assim a sala de jantar ocuparia o salão mais a sul dos três centrais, comunicando diretamente com o salão principal, enquanto o quarto nobre poderia ser no salão mais a norte dos três centrais. Contudo, se o mesmo se situasse no referido salão, para se aceder do salão nobre para os restantes espaços destinados aos proprietários situados na metade poente do edifício, incluindo o terceiro piso onde se localizavam os restantes quartos, a classe nobre teria de usar a loggia, o que levanta algumas dúvidas. É assim difícil ter certezas em relação à localização do quarto nobre.

Também a partir da zona da cozinha, atravessando a loggia, os criados teriam acesso à zona destinada aos proprietários na parte poente do andar nobre e terceiro piso, para dessa forma poderem realizar os trabalhos domésticos naqueles espaços. O fato de ser uma porta em ferro a fazer a ligação entre esses mesmos espaços e a loggia, sugere de imediato a diferenciação que havia ao nível das classes sociais que habitavam a Casa.

É portanto curioso perceber que ao nível da distribuição dos espaços, havia uma clara distinção daqueles que eram destinados à classe nobre e os que eram destinados aos criados, distinção essa que se reflete também no desenho do alçado poente, onde o terceiro piso, destinado a quartos, é dividido em dois volumes separados pela cobertura da varanda, mas a mesma diferenciação não era feita no que diz respeito ao acesso do piso térreo ao piso nobre.



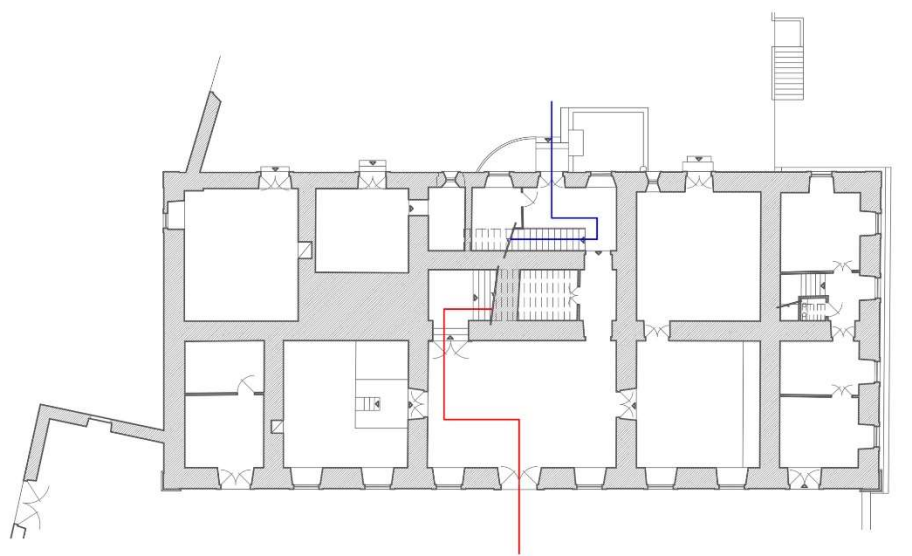
## Fase 2

A segunda fase do edifício corresponde ao Solar como hoje o encontramos, após as alterações efetuadas referidas na fase 1.

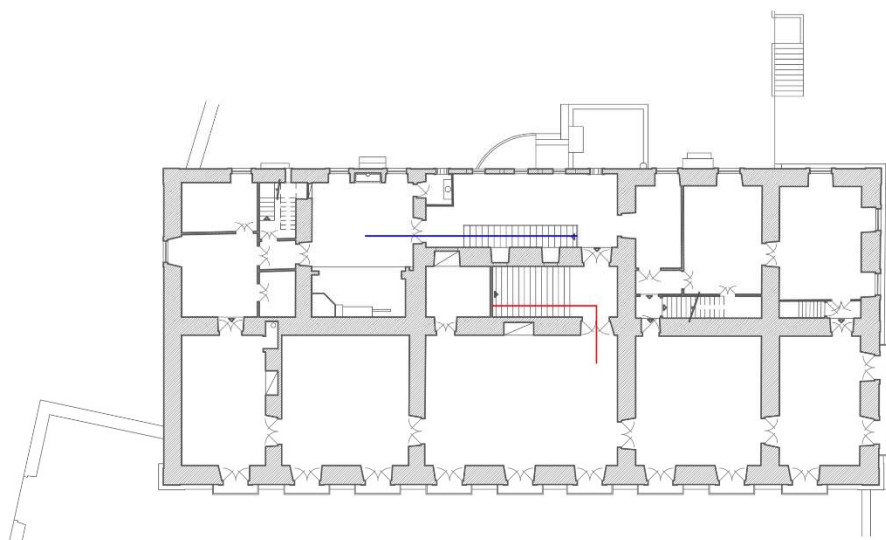
Assim, ao edifício inicial, foram realizadas modificações, adaptando assim a Casa a novas necessidades. É possível que as ditas modificações tenham ocorrido apenas no século XX, possivelmente sobre alçada de Augusto Alves Monteiro e sua mulher Antónia Monteiro quando adquiriram o edifício em hasta pública.

A eliminação da loggia é a alteração mais em destaque, isto porque permitiu ganhar espaço interior no andar nobre, incorporando aí novos elementos que vieram alterar a vivência do Solar, acabando também com um espaço de grande interesse aquando da sua construção inicial. Com a sua transformação, este espaço deixou assim de ser um local de repouso e deslumbramento do exterior, passando a servir como um espaço de chegada, de distribuição e comunicação para outras áreas do edifício, com um carácter rural.

Não há nada a acrescentar nesta parte do trabalho, refere-se aquilo que o Solar é atualmente e já muito foi dito anteriormente sobre a composição do mesmo. Contudo, adiante, será feita uma análise aos percursos no interior da habitação e como eles foram alterados da Fase 1 para a Fase 2, a fase atual.



PLANTA DE RÉS-DO-CHÃO



PLANTA DO ANDAR NOBRE

Fig. 63 Indicação dos percursos (Fase 2).

A vermelho o percurso nobre e a azul o percurso dos criados.

O encerramento da loggia poderá ter ocorrido com o propósito de colmatar um dos aspetos mais curiosos do edifício original: a inexistência de um percurso alternativo ao percurso principal, para uso dos trabalhadores, que fizesse a ligação do piso térreo ao piso nobre. Assim com a incorporação de uma nova escada que faz essa função, passou a haver uma clara distinção entre as classes que usavam a Casa, quais eram os espaços e os acessos destinados a cada uma delas. É interessante perceber que só no século XX é que esta distinção foi feita, sendo que a diferença de classes sociais era maior no século XVIII.

Assim, a classe nobre para chegar ao sobrado atravessa a entrada principal alcançando o átrio de entrada e, posteriormente, a escadaria nobre. A classe laboral possui agora uma alternativa à escadaria principal. Utilizando a porta situada na parte central da fachada poente, de imediato têm acesso ao novo lanço de escadas, permitindo assim uma ligação rápida da zona rural da propriedade com a cozinha situada na área laboral do piso nobre e, a partir da mesma com os restantes espaços que lhe são destinados. Esta é contudo a grande diferença no que diz respeito aos percursos no interior do edifício, uma vez que estando os criados na área da cozinha, os restantes percursos funcionam de forma idêntica aos mencionados na Fase 1 do Solar.

Deixa então de haver um cruzamento entre proprietários e criados na escadaria nobre, passando a haver um acesso de serviço e mais privado para os trabalhadores, que funciona de forma independente ao acesso principal.



Fig. 64 Fachada principal do Solar da Agrela.

Fig. 65 Vista de longe do Solar da Agrela

## Contextualização e Enquadramento Artístico

Nesta última parte do segundo capítulo, através da análise já efetuada do edifício em diversos níveis, e usando outros exemplos de casas nobres de forma comparativa, pretende-se perceber o enquadramento deste edifício no tempo e, se possível, quem o responsável pelo seu desenho ou que arquiteto o possa ter influenciado. Nem sempre é possível ou fácil atribuir uma data, mesmo que aproximada, ou uma determinada corrente arquitetónica a um edifício deste género, pois o normal é ele sofrer alterações ao longo dos tempos, respondendo dessa forma às necessidades da época em que são efetuadas, tornando mais difícil esse enquadramento temporal.

Contudo, a presença de documentos históricos, ou através duma do edifício, ou até mesmo comparando de forma direta com outros exemplares semelhantes e já datados, permite ter uma primeira noção acerca do enquadramento do objeto num determinado tempo.

Carlos de Azevedo, no seu livro “Solares Portugueses”, enumera nove pontos que caracterizam, de uma forma genérica e pragmática, a casa nobre barroca do século XVIII. Não sendo eles uma ferramenta exata para determinar se um edifício é setecentista ou não, ajudam-nos no entanto a perceber se se enquadram nesta época de grande desenvolvimento da arquitetura civil nobre, em especial no Norte de Portugal. Efetivamente, fazendo uma comparação direta do caso de estudo com os nove pontos descritos por Carlos de Azevedo, facilmente percebemos que o Solar da Agrela se enquadra na sua maioria.

No primeiro ponto da sua caracterização, o autor refere que “Na casa nobre setecentista todo o esforço arquitetónico e decorativo se concentra na fachada”<sup>17</sup>. Observando as quatro fachadas que envolvem o Solar da Agrela, percebe-se claramente que existe uma maior preocupação no tratamento da fachada nascente que, devido ao posicionamento do edifício no terreno, é aquela que se abre para a paisagem, adquirindo o estatuto de fachada principal do edifício. No entanto, também a fachada norte foi alvo do mesmo tratamento, sendo visualmente semelhante ao frontispício, provavelmente por serem aquelas que são visíveis desde as cotas mais baixas, mostrando assim sinais de nobreza a quem se aproximava.

---

<sup>17</sup> AZEVEDO. 1988. Pág. 70



Fig. 66 Vistas da aproximação ao Solar da Agrela.



Com a proximidade do conjunto à Estrada Nacional 101 (um importante eixo viário que fazia a ligação de Ponte da Barca a Braga) que se situa a cotas bastante inferiores ao Solar da Agrela, e que ao mesmo tempo era através deste eixo que se fazia o acesso à freguesia de Nogueira, era praticamente impossível não se avistar de imediato o edifício que se impõe e marca fortemente aquela encosta. A certo momento da ligação da estrada Nacional 101 à freguesia, existe uma bifurcação, possibilitando assim a escolha entre dois caminhos distintos. Seguindo por um, deparávamo-nos com o edifício em frente, a uma cota bastante superior, sendo que à medida que nos aproximávamo-nos este ia desaparecendo até chegarmos ao portão principal de entrada na propriedade (fig. 66). Percorrendo a outra alternativa, o edifício apresentava-se à nossa esquerda através da sua fachada norte. Assim, o edifício apresentava-se sempre de forma nobre a quem ali chegasse.

São inúmeros os exemplares datados do séc. XVIII onde a principal fachada do edifício reflete esse esforço de um tratamento mais generoso e exuberante em relação às restantes. Contudo, existem dois exemplos que parece pertinente referir, não apenas por refletir o que foi dito anteriormente, mas também por serem semelhantes na composição da sua fachada principal com a do Solar da Agrela.



Fig. 67: Casa de Nossa Senhora da Aurora ou Casa do Arrabalde  
< <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74700/>>, acesso em 17 de Janeiro de 2017

Fig. 68: Igreja e Casa do Consistório da Misericórdia de Monção  
Adaptado. < <http://blogimagens.blogspot.pt/2011/07/igreja-e-casa-do-consistorio-da.html>>, acesso em 17 de Janeiro de 2017

O primeiro caso é a Casa de Nossa Senhora de Aurora ou Casa do Arrabalde<sup>18</sup>, situada na vila de Ponte de Lima (Fig.67). O segundo caso é a Casa do Consistório da Misericórdia de Monção, no concelho de Monção (Fig.68).

A Casa de Nossa Senhora de Aurora apresenta-se para a Rua do Arrabalde com um frontispício idêntico ao da Agrela, sendo ligeiramente maior no seu comprimento, possuindo assim onze janelas de sacada no piso nobre em vez de nove e o piso térreo é também ele marcado pela alternância entre portas e janelas como no Solar da Agrela, sendo que em Aurora, as janelas do piso térreo possuem mais altura, provavelmente por estar inserida num ambiente citadino, e onde o rés-do-chão não era usado como local de armazenamento, ou pelo menos, não na sua área total. Assim, “a casa inscreve-se numa tradição de planta longitudinal, com longas fachadas, e onde o ritmo e movimento se encontram na profusão de vãos, regulares, que rasgam os alçados. As varandas do primeiro andar formam um friso, traçando uma linha horizontal, compensada pelas pilastras e pela organização vertical dos vãos de ambos os pisos, que se ligam entre si através da bandeira do piso térreo, cujas mísulas suportam as janelas de sacada, rematadas por frontão triangular”<sup>19</sup>. O desenho atual do edifício vem sendo atribuído ao engenheiro-arquiteto Manuel Pinto de Vilalobos, natural de Viana do Castelo. De fato, existem parecenças no tratamento do frontispício com outras obras de arquitetura civil conhecidas e atribuídas a Vilalobos. Entre elas, temos três exemplos referidos por Miguel Soromenho no estudo que fez sobre as obras do engenheiro-arquiteto vianense na sua tese intitulada “Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura”<sup>20</sup>, que são a Casa dos Pimenta da Gama, Casa do Mirante e a Casa de Gonçalo de Barros, todas situadas em Viana do Castelo. Observando estes três exemplos, sobressai a utilização do frontão triangular a encimar as janelas de sacada do piso nobre, estas dispostas ao longo das fachadas de forma ritmada.

---

<sup>18</sup> CARVALHO, Rosário. Casa de Nossa Senhora da Aurora ou Casa do Arrabalde. Direção-Geral Do Património Cultural-DGPC, Secretariado do Estado e da Cultura. <http://www.patrimoniocultura.pt>. Acesso em 23 de Outubro de 2016.

<sup>19</sup> CARVALHO, Rosário. Casa de Nossa Senhora da Aurora ou Casa do Arrabalde. Direção-Geral Do Património Cultural-DGPC, Secretariado do Estado e da Cultura. <http://www.patrimoniocultura.pt>. Acesso em 23 de Outubro de 2016.

<sup>20</sup> SOROMENHO, Miguel. MANUEL PINTO DE VILALOBOS: da engenharia militar à arquitectura. 1991.



A mesma descrição feita acima poderia ser usada para caracterizar a fachada da Casa do Consistório da Misericórdia de Monção, embora em dimensões inferiores aos exemplos anteriormente referidos.

Miguel Soromenho refere que “A fortuna das fachadas classicizantes desenvolvidas por Manuel Pinto de Vilalobos depressa ultrapassou os limites da vila de Viana. Elas aparecem em Monção, no edifício do Hospital (...), adossado à igreja da Misericórdia à imagem das casas nobres de Viana, elas chegaram a Ponte da Barca, onde, na vizinha povoação de Nogueira informaram o programa arquitectónico da Casa da Agrela (...), e atingiram por fim uma monumentalidade sem precedentes na Casa dos Condes de Aurora, em Ponte de Lima, que tem andado atribuída, não sem fundamentos, à arte de Vilalobos”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> SOROMENHO, Miguel. MANUEL PINTO DE VILALOBOS: da engenharia militar à arquitectura. 1991. Volume I. Pág. 196.

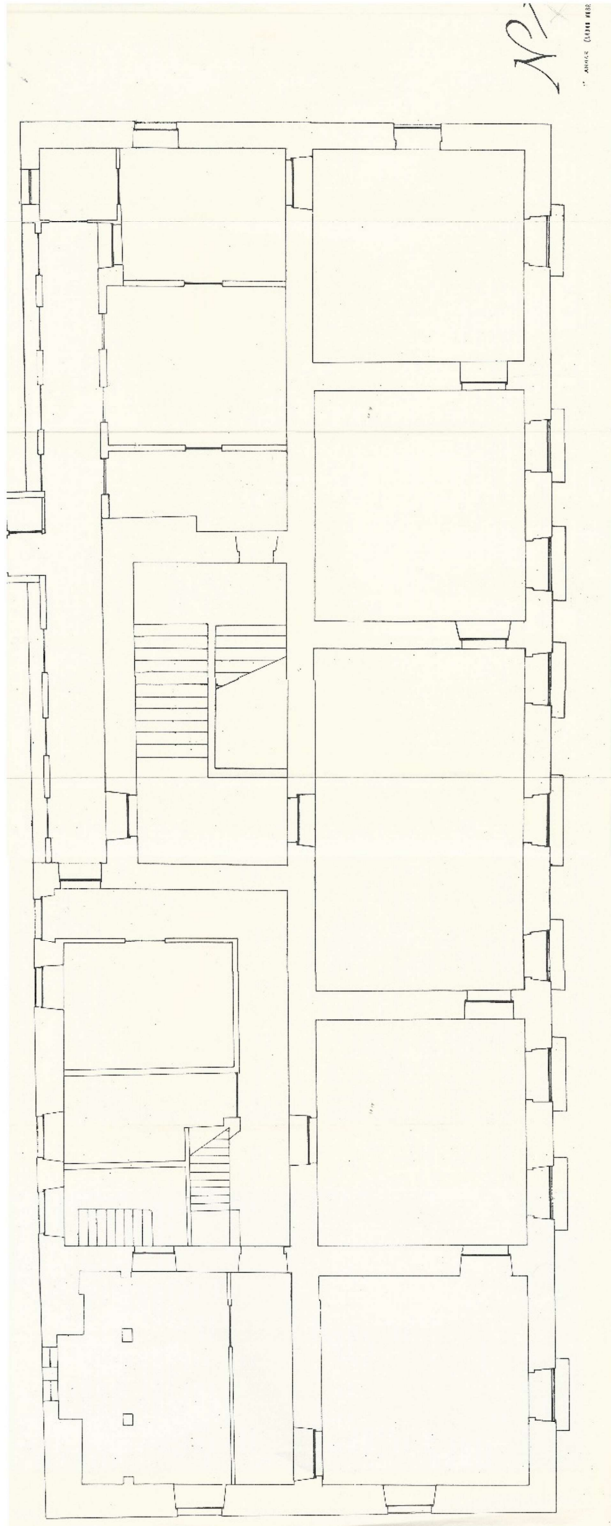


Fig. 69 Planta do andar nobre da Casa do Terreiro, Arcos de Valdevez.

No segundo e terceiro ponto, Carlos de Azevedo caracteriza a casa nobre setecentista como sendo um modelo de casa comprida, que se desenvolve no sentido horizontal, a maioria com um máximo de dois pisos, onde um é claramente o piso dominante, o denominado andar nobre ou piano nobile. Refere ainda que uma das principais preocupações dos arquitetos, mestres ou construtores da época prende-se com a estabilidade estrutural dos edifícios, daí procurarem edifícios mais compridos e mais baixos.<sup>22</sup>

Começando pela estabilidade estrutural, é fácil identificarmos essa característica e essa intenção no Solar da Agrela. Como já descrito no capítulo prévio, dez paredes, em alvenaria de pedra, erguem-se desde o térreo até à cobertura, onde esta assenta. Dessas dez, quatro formam as fachadas do edifício, enquanto as seis restantes, duas no sentido longitudinal e as restantes no sentido transversal, conformam os espaços interiores, dividindo o edifício em amplos salões, em que alguns são posteriormente divididos com paredes em tabique, formando espaços mais pequenos. O edifício é assim composto por uma estrutura autoportante, onde todas as paredes de alvenaria são estruturais, havendo algumas que chegam a ter um metro de espessura, como é o caso das paredes exteriores.

Um caso semelhante é a Casa do Terreiro ou Casa do Conselheiro, situada no concelho de Arcos de Valdevez. Também aí, a estrutura em alvenaria de pedra funciona de forma idêntica ao Solar da Agrela, como se pode ver através das plantas anexas. As próprias paredes que formam a estrutura do edifício, conformam também o espaço interior, formando grandes salões, com destaque para os cinco salões do piso nobre do edifício que se abrem através do frontispício, tal como acontece no Solar da Agrela. De resto, a configuração do espaço interior e disposição dos espaços, quer no piso térreo, quer no andar nobre, é também bastante parecido ao Solar da Agrela, quase como se houvesse um modelo base que se tenha replicado.

É de especular que tal aconteça também na Casa dos Condes de Aurora, em Ponte de Lima, pelo que foi descrito por quem conhece, mas na ausência de plantas do edifício, não é possível ter a certeza.

---

<sup>22</sup> AZEVEDO. 1988. Pág. 71



Fig. 70 Fachada principal da Casa do Terreiro, Arcos de Valdevez.



Ao observarmos as fachadas principais dos dois edifícios anteriormente referidos, deparámo-nos com a existência de pilastras em pedra, pouco salientes, no sentido vertical, que dividem as longas fachadas em várias secções, quebrando dessa forma o sentido horizontal que o frontispício transmite. Esta característica, a quarta apontada por Carlos de Azevedo, é de facto muito comum em solares do século XVIII que adotam a planta de casa comprida.<sup>23</sup>

Além das fachadas serem longas e normalmente com dois pisos no máximo, a linha formada pelas varandas do piso nobre acentua ainda mais a horizontalidade do frontispício, razão pela qual os arquitetos e mestres da época adotavam a solução da colocação de pilastras no exterior. Desta forma, quebravam o sentido horizontal da fachada detinha, ao mesmo tempo que estas lhe davam mais ritmo, característica muito procurada na época, e que caracteriza também a arquitetura barroca, embora normalmente fosse apenas procurada no exterior do edifício e não no interior. A utilização das ditas pilastras estão também ligadas à geometrização e composição dos alçados. Estas, por vezes, são um elemento importantíssimo no desenho do frontispício, ajudando a dividir a fachada em diferentes secções, que por sua vez, podem ser trabalhadas de maneiras diferentes, criando uma maior animação ao alçado, ao contrário do que acontece em Agrela que, apesar de possuir um interessante frontispício, é uniforme em todo o seu comprimento. Os vãos possuem as mesmas dimensões, assim como a distância entre eles é a mesma.

No caso de estudo, tal como na Casa do Consistório de Monção, essa intenção não existe. As fachadas são lisas, e a sua horizontalidade é claramente evidente, embora em Monção, o frontispício não possuísse dimensões tão elevadas como em Agrela.

Outra solução explorada para fazer a referida quebra das fachadas, era a utilização de elementos na linha superior do telhado, como brasões. Esta quinta característica apontada por Carlos de Azevedo, “A tendência (...) para acentuar a linha superior dos edifícios (...)”<sup>24</sup>, está também diretamente ligada à sexta característica referida pelo mesmo.

---

<sup>23</sup> AZEVEDO. 1988. Pág. 71

<sup>24</sup> Idem.



“ Na casa setecentista o elemento mais em evidência é a entrada nobre (...)”<sup>25</sup>. De facto, a entrada principal do edifício, era alvo de uma maior decoração, que em muitos casos era coroada com um tratamento diferente na cornija, como se todo o movimento que a fachada detivesse atingisse o seu esplendor no eixo central do edifício, sendo também um eixo de simetria da fachada.

No Solar da Agrela, encontramos também essa preocupação com a entrada principal do edifício. Embora de forma um pouco tímida, em relação a outros casos conhecidos, a entrada principal apresenta-se mais larga que as restantes portas do piso térreo, ladeada por duas colunas, e com ornamentos colocados em cima da mesma, por baixo do balcão do piso nobre. Em relação à linha do telhado, essa não sofre qualquer interrupção, sendo constante em todo o comprimento da fachada.

O mesmo acontece na Casa do Terreiro, Arcos de Valdevez, embora neste caso exista também uma maior decoração da porta da varanda do piso nobre, e depois coroada com a aplicação da pedra de armas da família, quebrando assim a linha horizontal do telhado.

Um dos aspetos que mais chama a atenção na análise deste edifício é o desenvolvimento da escadaria nobre, ponto 7<sup>26</sup>. Ao observarmos o exterior do Solar da Agrela, facilmente nos apercebemos da ausência de uma escadaria nobre, o que não deixa de ser interessante, tendo em conta a leitura da fachada principal, que nos mostra claramente a existência de um andar nobre, situado no sobrado.

Na maioria dos solares conhecidos, e em especial no norte do país, aqueles que são frequentemente denominados de rurais, utilizam a escadaria principal no exterior do edifício, uma vez que o piso térreo era normalmente usado como local de armazenamento de produtos agrícolas e cortes de animais, remetendo as funções nobres para o primeiro piso do edificado. Essa escadaria fazia normalmente a ligação entre um terreiro situado na zona frontal do edifício e uma varanda, que antecedia o acesso ao interior do andar ou piso principal.

A escadaria apresenta-se umas vezes desenvolvida num único lanço, geralmente perpendicular ao plano definido pelo frontispício, noutros casos paralelo ao mesmo ou até

---

<sup>25</sup> AZEVEDO. 1988. Pág. 71

<sup>26</sup>Idem. Pág. 72



mesmo misturando estas duas formas. O facto de se situarem num ambiente rural fazia com que estas casas possuíssem grandes áreas de terreno associadas, havendo dessa forma espaço suficiente no exterior do edifício para se desenvolver as escadarias, que era um espaço de representação e enquadramento na paisagem.

Em muitos exemplares conhecidos, a escadaria é um elemento importantíssimo do desenho do edifício, sendo também um reflexo da nobreza que existia, tanto pela forma com se desenvolvia, como pela decoração e monumentalidade que apresentava. Nas casas nobres de carácter urbano, normalmente a grande escadaria era transportada e concebida no interior do edifício, facto muitas vezes associado à falta de espaço no exterior do edifício, ou mesmo por este ter entrada diretamente da rua.

Assim, desta forma, o Solar da Agrela parece, curiosamente, seguir o modelo utilizado pelos solares situados em contextos urbanos, sendo a sua escadaria desenvolvida no interior do edifício. Esta é antecedida por um vão trabalhado com maior requinte que os restantes do edifício, como já referido anteriormente, marcando claramente o percurso nobre desde a entrada do edifício até ao sobrado. Ao mesmo tempo, a escadaria parece não querer assumir um papel crucial no desenho do espaço de entrada, uma vez que esta não é diretamente visível quando se atravessa a porta principal para o interior, estando escondida por uma parede, ao contrário do que acontece em muitos outros casos de solares urbanos, em que a escadaria assume um papel importantíssimo no desenho do espaço para quem chega ao edifício e pretende ser vista de imediato.

O oitavo ponto referido pelo autor tem a ver com o fato de, normalmente, os interiores dos edifícios serem simples, mostrando uma dualidade no tratamento do frontispício e dos interiores<sup>27</sup>. Por norma, o piso nobre possui áreas distintas, sendo umas de carácter nobre e social, enquanto as restantes são de uso mais doméstico. Embora o tratamento dos interiores seja mais contido, é provável que as áreas nobres do edifício, “por vezes, apresentem decoração de grande interesse.”<sup>28</sup>

Caracterizadas, normalmente, por salões de dimensões maiores que os restantes espaços, a área nobre apresentava nalguns casos tetos em madeira trabalhados, por vezes em forma de gamela, e paredes decoradas, tanto com azulejos como com pinturas, sendo as

---

<sup>27</sup> AZEVEDO. 1988. Pág.73

<sup>28</sup> Idem.



pinturas de paisagens “mais frequentes em certos salões nobres da segunda metade do século XVIII”, “outra tendência da arte barroca – a de prolongar os espaços até ao infinito.”<sup>29</sup>

Como já foi demonstrado no capítulo anterior, dos cinco salões que compõe a zona nobre do Solar da Agrela, os três centrais apresentam as características descritas anteriormente. Os tetos, em masseira, são decorados, por vezes com talha dourada outras vezes com pinturas, assim como as paredes que também apresentam pinturas. Atualmente, é difícil perceber as pinturas na sua totalidade, devido ao estado de degradação das mesmas mas, mesmo assim, é possível perceber o tema a que algumas se referem. Se observarmos as pinturas do salão mais a sul dos três centrais, percebemos que o tema retratado é a natureza. Em todo o caso, apenas em alguns espaços, ou em situações mais pontuais, é que existe um maior requinte na decoração, como por exemplo, o patamar de chegada das escadas nobre ao andar, onde o piso é em azulejo. Também na parte rural do edifício, nomeadamente na cozinha e na loggia, encontramos dois pormenores de grande interesse, que se prendem com a existência de duas fontes de água. Essa água chegava até às ditas fontes através do caleiro em pedra que compõe a fachada poente. Assim, em geral, o interior do edifício só possui grande decoração ou pormenores de interesse pontualmente, não sendo todo o edifício muito rico no que a isso diz respeito. Outro ponto interessante e relativamente aos interiores, prende-se com a ausência de casas de banho, pelo menos não foi possível identificar nenhuma. Isto revela, uma vez mais, a simplicidade com que por vezes os interiores eram construídos.

A última característica apresentada por Carlos de Azevedo fala-nos da relação entre a casa e o jardim. Este último ponto será, muito provavelmente, aquele que não está presente na caracterização do Solar da Agrela. À exceção de um lago situado no terreiro em frente do frontispício, não existe um tratamento de jardim. O edifício apresenta uma forte relação com a paisagem envolvente, em especial, a norte e nascente, mas não existe um jardim, propriamente dito, ou um percurso pela propriedade, como acontecia em certos casos, que mostre a importância que estes espaços significavam para os proprietários. Talvez, em paralelo com o lago já referido, a existência de uma fonte encastrada no terreno, sejam os únicos pontos que demonstrem alguma preocupação com a relação com natureza.

---

<sup>29</sup> AZEVEDO. 1988. Pág. 74









## Autoria do Projeto

Uma das principais motivações para a realização deste trabalho neste caso de estudo em específico prendia-se com a possibilidade do arquiteto bracarense André Soares ter sido o autor do projeto deste Solar, ou pelo menos ter estado envolvido.

André Soares nasce em 1720 e morre 1769, com 49 anos. “Foi o mais importante artista do tardobarroco e do rococó de Portugal e um dos maiores da Europa do seu tempo.”<sup>30</sup> Obras como o Palácio do Raio, o edifício da Câmara Municipal de Braga ou a Capela de Santa Maria Madalena da Falperra, em Braga, atribuíram-lhe grande notoriedade. “(...) a Casa do Raio apresenta uma fachada profusamente decorada, em que a simetria geral contrasta com as assimetrias introduzidas pelos frontões das janelas(...)”<sup>31</sup>. A plasticidade com que André Soares tratava as formas, aliada ao uso de elementos decorativos naturalistas, elementos rocaille, eram uma espécie de imagem de marca do arquiteto, embora em algumas das suas obras o emprego desses elementos fosse reduzida, como é o caso do Edifício da Câmara Municipal de Braga. Essa plasticidade com que André Soares trabalhava as formas não encontramos na fachada do Solar da Agrela, sendo esta mais rígida, com elementos geometricamente bem desenhados, como é o caso dos frontões triangulares que encimam os vãos do piso nobre, seguindo assim um estilo mais clássico. Em André Soares, vemos muito o recurso a elementos curvos, que conferem mais dinâmica às fachadas. Em Agrela, o único elemento que compõe o frontispício e que contrapõe com a rigidez clássica são as mísulas que sustentam as varandas do andar nobre.

Com base nos documentos encontrados referentes à genealogia, e nas análises feitas ao edifício e ao seu enquadramento artístico, o Solar da Agrela como hoje o conhecemos será um edifício da primeira metade do século XVIII. Não se encontra no edifício a arte com que André Soares decorava as suas fachadas, não sendo no entanto uma fachada menos interessante. Tendo em conta o ano de nascimento de André Soares e a provável época de construção do Solar da Agrela, parece também difícil a sua intervenção no mesmo.

---

<sup>30</sup> [www.andresoares.pt/andresoares.html](http://www.andresoares.pt/andresoares.html). Acesso em 25 de Janeiro de 2017.

<sup>31</sup> A fachada rocaille e escadaria do Palácio do Nobre. Direção-Geral Do Património Cultural-DGPC, Secretariado do Estado e da Cultura. <http://www.patrimoniocultura.pt>. Acesso em 20 de Janeiro de 2017.



Assim, parece plausível especular que André Soares não tenha estado envolvido no desenho do Solar da Agrela. Desenho esse que se assemelha mais a tantos outros desenvolvidos pelo arquiteto e engenheiro militar vianense Manuel Pinto Vilalobos. De fato, na obra de Vilalobos encontramos exemplares semelhantes, como é o caso da Casa de Nossa Senhora de Aurora, em Ponte de Lima, onde lhe é atribuído o desenho da fachada, ou em muitas outras obras por ele desenvolvidas, principalmente em Viana do Castelo, e que são referidas na tese de mestrado em História da Arte Moderna de Miguel Soromenho.

Contudo, não é possível afirmar que terá sido o arquiteto responsável pelo desenho do edifício, mas está certamente relacionado com o percurso e com as obras de Vilalobos. Mais uma vez, não se pode afirmar que é Manuel Pinto de Vilalobos o responsável pelo projeto, mas as suas obras foram uma influência para o desenho do Solar da Agrela.



## Síntese Final

Com o intuito de dar a conhecer um edifício até agora desconhecido no âmbito da Arquitetura Senhorial, apenas mencionado de forma superficial em poucas literaturas do tema, a elaboração desta dissertação contribuiu assim para compilar a pouca informação encontrada e acrescentar informação própria e fidedigna do objeto de estudo. Desde uma resenha histórica até um conjunto de desenhos rigorosos do edificado e fotografias do mesmo, passando pela descrição e pela análise do construído, enquadrando o Solar num contexto histórico e artístico, fica assim um importante contributo para futuras pesquisas, debates, investigações ou intervenções deste objeto, com o intuito de ser usado como ferramenta de apoio, preservando assim a identidade e características que este possui bem como o seu valor patrimonial. Com o avanço do estado de degradação do imóvel, torna-se ainda mais importante e pertinente este documento, que assim se torna num documento único, disponível para todos, que preserva a história e a memória do Solar da Agrela.

Desta forma, ficam reunidas condições para que futuramente este edifício possa entrar na discussão do tema dos solares ou casas nobres, onde já muita informação foi escrita e partilhada, sobretudo em relação à região do Minho, onde a existência de exemplares desta natureza é grande, mas nunca em relação a este caso de estudo em concreto.

O Solar da Agrela possui um enorme valor patrimonial, com pormenores muito próprios e, principalmente, com um desenho de frontispício de grande riqueza. Simetricamente bem construído, com a entrada principal a servir de eixo e com o andar nobre bem identificado, caracterizado pela abertura de nove janelas de sacada com gradeamento em ferro e apoiadas sobre mísulas, formando um friso horizontal que marca a divisão do piso térreo para o piso nobre. As janelas, com molduras em pedra e salientes na fachada, são encimadas ainda por frontões triangulares. No piso térreo temos uma alternância entre portas e janelas. Esta composição de estilo clássico, oferece movimento e dinâmica à fachada, característica muito comum na arquitetura barroca do século XVIII. O desenho da fachada nobre contrapõe-se com o desenho da fachada poente, esta com um carácter rural e ausência de elementos decorativos, onde a loggia era a exceção. Com uma implantação de casa comprida, o edifício divide-se numa parte nobre e numa parte rural, esta com um terceiro piso.





A existência de uma capela privada no conjunto torna o Solar da Agrela ainda mais rico ao mesmo tempo que demonstra a importância que este edifício e a família que o mandou edificar teve na região onde este se encontra.

É importante e urgente realizar uma intervenção ao Solar da Agrela a fim de preservar o mesmo dado o valor que este possui. A nível estrutural, as paredes em alvenaria apresentam-se ainda em bom estado de conservação ao invés da estrutura que suporta os pisos bem como os próprios pisos. Também a estrutura da cobertura e as telhas precisam de ser substituídas.

Sendo este trabalho uma ferramenta de apoio a futuras intervenções e investigações, parece pertinente realçar alguns pontos que devem ser preservados e outros que devem ser recuperados e refeitos:

- 1- O primeiro aspeto que parece crucial é manter a traça atual das fachadas, em especial do frontispício, que torna a imagem deste Solar autêntica e quase única naquela região. O desenho dos vãos (portas e janelas) e do gradeamento é também importante recuperar e manter.
- 2- Recuperar a loggia, voltando a abrir os vãos iniciais, dando de novo vida aos arcos duplos que a mesma possuía, tornando ao mesmo tempo mais interessante a fachada poente.
- 3- Refazer a claraboia que permitia a entrada de luz natural para a escadaria nobre assim como a abertura novamente dos vãos que comunicam com a loggia. Não foi encontrado nenhum desenho de como seria a claraboia, sendo portanto o ideal seguir o exemplo de outras da mesma época.
- 4- Também de extrema importância é recuperar os tetos em madeira, assim como a sua decoração original, dos três salões nobres centrais, que de fato tornam estes espaços mais requintados e conferem identidade aos mesmos. O mesmo deveria acontecer para as pinturas das paredes desses espaços, sendo um trabalho mais complicado dada a sua degradação e havendo apenas fotografias de partes da pintura, não as conhecendo na sua totalidade.
- 5- Recuperar a capela e o seu interior.
- 6- Criar novamente o lago que existia no jardim frontal do edifício.



Nos dias de hoje, e devido ao enquadramento local do Solar da Agrela, torna-se difícil a recuperação deste edifício, uma vez que para habitação será bastante dispendioso tendo em conta o a função do mesmo. Para abraçar um programa de caráter público, como aconteceu e continua a acontecer em muitos exemplares semelhantes, torna-se igualmente complicado dada a sua localização geográfica, uma vez que está fora do contexto urbano. Assim, poderia ser recuperado para fins turísticos ou então, recuperar a produção vinícola que ali existia e criar um edifício ligado à cultura e divulgação do vinho verde visto que Ponte da Barca pertence à denominada Região dos Vinhos Verdes, mais concretamente a Sub-região do Lima<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.  
<rota.vinhoverde.pt/pt/região-demarcada>. Acesso em 28 de Janeiro de 2017.



## Bibliografia

AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*. Editor: Livros Horizonte 2ª ed. Lisboa, 1988. ISBN: 978-972-24-0166-1.

AZEVEDO, José Correia de – *Portugal Monumental – Inventário Ilustrado. Tomo I*. Edições Nova Gesta. Lisboa. Depósito Legal: 72432/93.

BINNEY, Marcos; SAPIEHA, Nicolas – *Casas Nobres de Portugal*. Coleção: Álbuns Ilustrados; Edição/reimpressão: DIFEL. Lisboa, 1991. ISBN: 978-972-29-0160-4.

CORREIA, José Eduardo Horta - A Arquitectura: Maneirismo e "estilo chão" in "*História da Arte em Portugal*", Volume VII, Publicações Alfa. Lisboa, 1986. ISBN:972-27-0436-2.

DIAS, Pedro – *A Arquitectura Manuelina*. Livraria Civilização Editora. Porto, 1988. ISBN: 978-972-26-0458-1

GIL, Júlio – *Os mais belos palácios de Portugal*. 2ª ed. Verbo. Lisboa. ISBN: 972-22-1521-3.

HAUPT, Albrecht – *Arquitetura do Renascimento Em Portugal*. Editorial Presença. Lisboa. 1985. ISBN: 978-972-23-0115-2

MACHADO, José de Sousa - *Ultimas Gerações de Entre Douro e Minho*. Edição do autor. Braga, 1931.

MOURA, Carlos – *História da arte em Portugal: O limiar do Barroco*. Volume 8. Editor: Publicações Alf. SA. Lisboa, 1993. ISBN 972-759-010-1

MOUTINHO, Mário - *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Editorial Estampa, Lda. Lisboa, 1979. ISBN: 978-989-689-078-0

NOVAIS, Luis; DAMÁSIO, Luis Pimenta de Castro; SILVA, Armando B. Malheiro da – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez. Volume 1*. Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. Editora Correio do Minho, S.M. 1989.



PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa: O Classicismo (séculos XVI\_XVII)*. Volume 6. Re-impressão, Circulo de Leitores e Autores. 2007. ISBN: 978-989-644-153-1.

RODRIGUES, Ana Margarida Neto Aurélio Duarte – *A escultura de jardim: das quintas e palácios dos séculos XVII e XVIII em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2011. ISBN: 978-972-31-1416-4.

STOOP, Anne de – *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Editor: Civilização Editora. 1993. ISBN: 972-26-1136-4.

### Publicações académicas

FERNANDES, Mário Jorge Gonçalves – *O Solar de Vila Garcia. Redescoberta da sua fábrica*. Tese de mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho. Guimarães, 2014.

GONÇALVES, Duarte Pinto – *Estudo às Casas Nobres Portuguesas Para o entendimento da Casa de Alvelo*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da informação. Universidade Lusófona do Porto. Porto, 2013.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva - *Manuel Pinto de Vilalobos, da engenharia militar à arquitectura*. Tese de mestrado em História da Arte Moderna apresentada na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1991.





## Bibliografia eletrónica

[www.andresoaes.pt](http://www.andresoaes.pt)

[www.blogimagens.blogspot.pt](http://www.blogimagens.blogspot.pt)

[www.cml.pt](http://www.cml.pt)

[www.ct.cebi-br.org](http://www.ct.cebi-br.org)

[www.dre.pt](http://www.dre.pt)

[www.freguesiasdeportugal.pt](http://www.freguesiasdeportugal.pt)

[www.familysearch.org](http://www.familysearch.org)

[www.geneall.net](http://www.geneall.net)

[www.guiadacidade.pt](http://www.guiadacidade.pt)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

[www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)

[www.vinhoverde.pt](http://www.vinhoverde.pt)

## Artigo de Jornal

*“Romeiros acorrem ao túmulo do Santinho de Nogueira em Ponte da Barca para agradecer a graça dos benefícios obtidos”*. In O Povo da Barca. 20 de Setembro de 1998.



## Índice de imagens

|  |    |
|--|----|
| Fig. 1 Exemplo de Solar com Torre. Solar de Bertiaundos. Ponte de Lima.....              | 12 |
| Fig. 2 Exemplo de Solar com torre. Torre de Aguiã. Arcos de Valdevez.....                | 12 |
| Fig. 3 Vista da fachada poente do Solar da Agrela e envolvente.....                      | 26 |
| Fig. 4 Mapa de Portugal e de Ponte da Barca.....   | 28 |
| Fig. 5 Vista Aérea da Freguesia de Nogueira.....   | 29 |
| Fig. 6 Brasão da Junta de Freguesia de Nogueira.....                                     | 30 |
| Fig. 7 Liteira.....  | 40 |
| Fig. 8 Liteira.....  | 40 |
| Fig. 9: Entrada principal da Quinta da Agrela.....                                       | 54 |
| Fig. 10 Cartografia de 1978 da Freguesia de Nogueira, Ponte da Barca.....                | 56 |
| Fig. 11 Vista da fachada Sul do Solar da Agrela e estrada.....                           | 58 |
| Fig. 12 Pormenor do muro limite da propriedade - caleiro.....                            | 58 |
| Fig. 13 Vista da fachada principal da Capela e relação com a estrada.....                | 58 |
| Fig. 14 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.....     | 62 |
| Fig. 15 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.....     | 62 |
| Fig. 16 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.....     | 63 |
| Fig. 17 Perspetiva de aproximação através da estrada no sentido poente-nascente.....     | 63 |
| Fig. 18 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.....             | 64 |
| Fig. 19 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.....             | 64 |
| Fig. 20 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.....             | 65 |
| Fig. 21 Perspetiva no seguimento do percurso no sentido poente-nascente.....             | 65 |
| Fig. 22 Planta de implantação da propriedade. Escala 1/2000.....                         | 66 |
| Fig. 23 Conjunto de imagens da capela e do seu interior.....                             | 68 |
| Fig. 24 Plantas e alçados da capela. Escala 1/200.....                                   | 69 |
| Fig. 25 Vista do anexo destinado a garagem dos carros dos animais.....                   | 70 |
| Fig. 26 Plantas e alçados da garagem destinada aos carros dos animais. Escala 1/200..... | 71 |
| Fig. 27 Conjunto de imagens do lagar.....  | 72 |
| Fig. 28 Plantas e alçados do lagar. Escala 1/200.....                                    | 73 |
| Fig. 29 Vistas da casa do caseiro.....   | 74 |
| Fig. 30 Plantas da casa dos caseiros. Escala 1/200.....                                  | 75 |
| Fig. 31 Alçados da casa dos caseiros. Escala 1/200.....                                  | 77 |
| Fig. 32 Fachada principal do Solar da Agrela.....  | 80 |
| Fig. 33 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 34 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 35 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 36 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 37 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 38 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |
| Fig. 39 Levantamento arquitetónico.....  | 99 |



|  |            |
|--|------------|
| Fig. 40 Levantamento arquitetónico .....   | 99         |
| Fig. 41 Levantamento arquitetónico .....   | 99         |
| Fig. 42 Portal de entrada do Solar da Agrela.....  | 100        |
| Fig. 43 Escadaria nobre.....   | 100        |
| Fig. 44 Porta de acesso à escadaria nobre.....   | 100        |
| Fig. 45 Alçado nascente, principal (sem escala).....   | 102        |
| Fig. 46 Planta do rés-do-chão (sem escala).....  | 102        |
| Fig. 47 Planta do piso nobre (sem escala).....   | 104        |
| Fig. 48 Alçado norte do edifício (sem escala).....   | 105        |
| Fig. 49 Perfil do edifício (sem escala).....   | 105        |
| Fig. 50 Vista de parte da estrutura dos pisos .....  | 108        |
| Fig. 51 Vista de parte da estrutura dos tetos.....   | 108        |
| Fig. 52 Estrutura das paredes interiores.....  | 108        |
| Fig. 53 Esquema básico do funcionamento estrutural.....  | 110        |
| Fig. 54 Vista dos blocos utilizados para o encerramento dos vãos da loggia .....                 | 120        |
| Fig. 55 Nova escada incorporada.....   | 120        |
| Fig. 56 Vista da estrutura da suposta claraboia.....   | 124        |
| Fig. 57 Vista do novo acrescento na loggia, assim como parte dos vãos encerrados à esquerda .... | 124        |
| Fig. 58 Reconstituição 3D da fachada poente.....   | 128        |
| Fig. 59 Reconstituição do Desenho Arquitetónico .....  | 134        |
| Fig. 60 Reconstituição do Desenho Arquitetónico.....   | 134        |
| Fig. 61 Reconstituição do Desenho Arquitetónico.....   | 134        |
| Fig. 62 Indicação dos percursos (Fase1).....   | 136        |
| Fig. 63 Indicação dos percursos (Fase 2).....  | 140        |
| Fig. 64 Fachada principal do Solar da Agrela.....  | 142        |
| Fig. 65 Vista de longe do Solar da Agrela.....   | 142        |
| <b>Fig. 66 Vistas da aproximação ao Solar da Agrela.....</b>                                     | <b>144</b> |
| Fig. 67: Casa de Nossa Senhora da Aurora ou Casa do Arrabalde .....                              | 146        |
| Fig. 68: Igreja e Casa do Consistório da Misericórdia de Monção .....                            | 146        |
| Fig. 69 Planta do andar nobre da Casa do Terreiro, Arcos de Valdevez.....                        | 150        |
| Fig. 70 Fachada principal da Casa do Terreiro, Arcos de Valdevez.....                            | 152        |



## Índice de anexos

- Anexo 1 – Documento da Direção Geral do Turismo
- Anexo 2 – Documento da fábrica da Capela
- Anexo 3 - Inquirição de género a Francisco Diogo Pereira Gomes
- Anexo 4 – Assento de casamento de D. Maria Luísa da Costa Rego.
- Anexo 5 – Extrato do livro “Últimas Gerações Entre-Douro-e-Minho”.
- Anexo 6 – Assento de óbito de Gonçalo Cerqueira da Costa
- Anexo 7 – Assento de óbito de Paulo Pereira do Lago.
- Anexo 8 – Notícia de jornal.
- Anexo 9 – Fotografias da maquete.

Anexo 1 – Documento da Direção Geral do Turismo



TER-HR-5443-7  
DEC.29/99

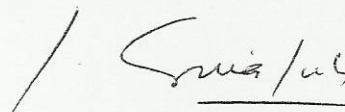
### DECLARAÇÃO

Para efeitos do disposto no Despacho nº.46/94 do Senhor Secretário de Estado do Turismo, de 23/06/94, publicado no Diário da República , II Série, nº. 152 de 04/07/94, declara-se que, por despacho do Senhor Director Geral do Turismo, de 15/03/99, a Casa e Quinta da Agrela, localizado Lugar da Agrela-Nogueira-Ponte da Barca, propriedade de Manuel Dantas de Castro, **foi declarado de relevante valor arquitectónico.**

Não estando disponíveis elementos que permitam avaliar correctamente as alterações que irão ser efectuadas na recuperação do imóvel , o requerente deve respeitar escrupulosamente o estabelecido no ponto 2.2., do Despacho nº. 46/94.

Lisboa, 18/03/99

O DIRECTOR DE SERVIÇOS



(José Corrêa Guedes)

FC

Anexo 2 – Documento da fábrica da Capela

















Anexo 4 – Assento de casamento de D. Maria Luisa da Costa Rego



Anexo 5 – Extrato do livro “Últimas Gerações Entre-Douro-e-Minho”.

**U**ltimas gerações  
de **E**ntre **D**ouro  
e **M**inho  
por José de Sousa Machado  
livro 1



José Lúvia  
facit

Anexo 6 – Assento de óbito de Gonçalo Cerqueira da Costa

Genesys.  
Cinquante  
va de los  
en

Los Diecinueve dias do mes de setiembre  
de anno de siete centos, e dezassete  
faleceu do vida prezente com todos os  
sacramentos da sancta madre Igreja, Gen-  
cals Cerqueira da Vila, Venus, Morador  
na quinta do Agrião desta freguesia  
nao fez testamento, seu testamento. Fale-  
o Sr. do fago the foy do Geny Dalma  
na misericordia da Villa da Barca, on  
foi sepultado por ter declarado em  
vida, q no misericordia da f. Villa que  
ria ser sepultado, de q fez este testam, de  
m, e annos ut supra

J. A. S. Pedro de Santa Cruz

Cinquante  
mi. 500  
de f. 100  
de f. 100  
de f. 100  
de f. 100  
de f. 100

Los doze dias do mes de setiembre do  
anno de mil sette centos e quinze, fa-  
leceu do vida prezente Catharina fer-  
nandes, Viuva do fago do Exido, com  
todos os sacramentos, e nesta Igre-  
ja foi sepultada por ter declarado em  
vida, q no annos. Comra de mala  
ura sey mil vi. q. foi em terra  
de Geny Dalma segun for este testam-  
to de m, e annos ut supra

J. A. S. Pedro de Santa Cruz

Geny Dalma  
de f. 100  
de f. 100

Los doze dias do mes de decem-  
bre do anno de siete centos e quinze

Anexo 7 – Assento de óbito de Paulo Pereira do Lago.



1.º officio Francisca Rodrigues viuva do lugar do Cidre de uma frequen-  
da de 4.º de 2.º sua viuva com todos os sacramentos a vinte e nove de setem-  
bro de mil e setecentos e noventa e dois: seu corpo foi  
sepultado nella igreja a hum de dezembro do mesmo anno,  
e envolto em tunica de S. Francisco. Per testamentum  
em que tomou para gozo de sua alma, gravou se mil  
reis, e para contar hi este, que anno hoje sei de  
vi. dezembro do mesmo anno

O Abbe Joao Manoel Ramos Pereira

1.º officio Paulo Pereira de Lago, viuvo, cavalleiro professo na  
Ordem de Christo, morador, que foi na quinta d'Alfayta  
deva frequencia, morros com todos os sacramentos de doze  
de dezembro de mil e setecentos e noventa e dois: seu  
corpo foi envolto na casa da sua Ordem, e sepultado  
na igreja de San Joao Baptista da villa da Ponte  
da Barca a quatro do mesmo mes, e anno. Mandou  
testamento, e para contar, faz este, que annos  
vi. sei de era nova.

O Abbe Joao Manoel Ramos Pereira.

Officio Joze de Ansim, solteiro, filho oifam, que ficou de Manoel  
de 4.º de 2.º el suir de Ansim ja defunto do lugar de Cavalleira deva frequen-  
cia, morros com todos os sacramentos a oito de dezembro  
de mil e setecentos e noventa e dois: seu corpo foi envolto  
em hum lençol branco, e sepultado nella igreja a nove  
do mes, e anno supra, de que para contar, que mandou  
vi. seu testamento, faz este, que annos hoje e nove do  
dozto mes, e anno

O Abbe Joao Manoel Ramos Pereira.

1.º officio Proaventura Pereira, viuva do lugar de Quintella de  
de 11 de 2.º Osario deva frequencia pandu da vida presente com  
2.º officio todos os sacramentos a vinte e cinco de dezembro de mil e  
de 2.º de 2.º setecentos e noventa e dois: foi seu corpo amortalhado em  
3.º officio hum tunica de S. Francisco, e sepultado nella igreja de  
de 2.º de 2.º frequencia a vinte e seis do mes, e anno supra. E em  
vi. preenou sua ultima vontade de palavra, em que tomou  
para honra de sua alma mil reis, na forma de  
vi. seu marido de tanto como simonista, o que se executa  
vi. conforme a lei, e usas. E para contar faz

Anexo 8 – Noticia de jornal.

---

# Romeiros acorrem ao túmulo do Santinho de Nogueira em Ponte da Barca para agradecer a graça dos benefícios obtidos

## *Dinheiro das ofertas destina-se ao restauro e conservação da Capela*

A freguesia de Nogueira, situada no concelho de Ponte da Barca vai continuar ligada por muito tempo à tradição do "Santinho de Nogueira", devido às benesses com que agraciou em vida, os muitos agricultores, que vinham trabalhar na Quinta da Agrela a sua propriedade.

Com efeito, António de Faria da Costa Pereira Barreto Villas Boas, foi um benemérito. Conta a tradição que ao observar os lavradores a comer cerejas, lhes fazia chegar boroas de milho e garrações de vinho para satisfazerem as suas necessidades. Na sua propriedade era possuidor de uma sineta, cujo toque servia para o anúncio da hora em que procedia à distribuição de algumas moedas e bens alimentícios pela população carenciada. Este grande proprietário possuía metade dos terrenos da freguesia e propriedades em Vilar de Mouros.

## *Relato da graça dos benefícios obtidos*

Na incursão que efectuámos pela paróquia de Nogueira, deparámos com alguns escritos antigos, que nos ajudaram a perceber melhor quem era o denominado Santinho de Nogueira. Com efeito, este benemérito era filho de Baltazar Faria e Dona Joana Felícia. Faleceu nesta freguesia, tendo recebido os sacramentos que lhe foram administrados pelo então pároco, com a idade de 64 anos, em 15 de Fevereiro de 1878, tendo deixado filhos. Uma das suas filhas, Dona Joana Augusta, casou com José da Cunha Guedes de Brito, que tiveram como descendentes quatro filhos, dois dos quais faleceram prematuramente.

## *Vêm excursões de longe para ver o Santinho*

Não são poucos aqueles que, aqui vêm junto do seu túmulo em sinal de agradecimento, de longe e de perto, deixando as suas ofertas.

A freguesia conhece um movimento de gente e automóveis por parte daqueles que desejam tomar contacto com tão ilustre figura. Muitos são os que aqui se deslocam em excursões, já que a fama correu toda a região.

Os fieis relatam as graças dos benefícios obtidos num passa palavra que chega longe.

Hoje o Santinho de Nogueira, encontra-se sepultado em capela do cemitério paroquial, sendo visitado e venerado por inúmeros fieis que aí deixam ficar as oferendas, destinadas à conservação e restauro da capela. Uns mandam celebrar missa pela sua alma em sinal de reconhecimento. Aos domingos, a prática é habitual por parte de Dona Glória Pereira de Brito, empregada do pároco, que abre a capela aos inúmeros fieis rendidos à imagem de tão singular figura, cujo corpo se conserva tal e qual, apesar de falecido há mais de uma centena de anos.

## *Menino D'Oiro era genro do Santinho de Nogueira*

A história haveria de registar para sempre duas personagens, de uma mesma família com percursos de vida totalmente opostos.

Segundo nos contou Maria Pereira, hoje com 96 anos de idade, nascida e criada na Quinta da Agrela, filha de caseiros, cuja memória se reporta aos tempos em que o genro do Santo, conhecido pela sua altivez e gosto pelo jogo da fortuna e do azar, se desfz da enorme fortuna da família. Após a morte do sogro, José da Cunha Guedes, cuja fortuna herdada corresponderia ao seu próprio peso em ouro, depressa se começou a desfazer dos bens deixados. A hipoteca, feita pela justiça, viria a transformar rapidamente, aquela que foi uma magnífica propriedade, num palacete sem vida própria e desprovido do seu rico recheio.

A casa datada do sec. XVIII, foi traçada por um mestre de Braga. Oferece uma frontaria correcta e harmónica embora larga com nove janelas no segundo piso e todas de frontões triangulares.

A propriedade domina uma vasta quanto verde paisagem sobre o vale do rio Vade. Os amplos salões, utilizados há alguns anos, por um grupo folclórico constituído em Nogueira, serviam para os ensaios.

No exterior os terrenos são compostos por uma extensa cerca, onde outrora se entretinham largas dezenas de agricultores, que cultivavam todos os palmos dos terrenos.

Após muitos anos de intensa prática agrícola, em cuja ligação entre proprietário e lavradores, se fazia o dia a dia, resta neste final do século vinte a esperança em melhores dias para um imóvel que se foi degradando desde o final do século passado. Hoje a possibilidade do seu restauro passa por várias opções, as quais nos destacaram como todas de grande utilidade para as gentes locais, seja na concretização de um lar para idosos, centro paroquial ou até um hotel de qualidade.

O futuro o dirá se o antigo solar, outrora propriedade do Santinho de Nogueira voltará a conhecer dias melhores do que aqueles que tem tido nos últimos cento e dez anos.

---

Anexo 9 – Fotografias da maquete





